



Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016

ISSN 1983-7364 ano 10 2016



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

sumário

- 4 Ficha institucional
- 5 Ficha técnica
- 6 Infográfico
- 10 Introdução

Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Rua Amália de Noronha, 151 - Conj. 405

Pinheiros - São Paulo - SP - Brasil

CEP: 05410-010

tel/fax: 55 11 3081-0925

www.forumseguranca.org.br

Parte 1 **Segurança Pública em números**

- 14** Estatísticas criminais
- 60** Gastos com segurança pública
- 78** Força nacional
- 82** Inquéritos policiais
- 86** Violência nas escolas
- 100** População carcerária
- 112** Efetivos das forças policiais e vigilantes

Parte 2 **Estado, crime e violência**

- 118** Pesquisa FBSP/Datafolha

Parte 3 **Apêndice Metodológico**

- 136** Grupo de Qualidade

FICHA INSTITUCIONAL

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Presidente do Conselho de Administração
Paulo Sette Câmara

Conselheiros

Elizabeth Leeds - Presidente de Honra
Cássio Thyone Almeida de Rosa
Daniel Cerqueira
Haydée Glória Cruz Caruso
Humberto Viana
Jacqueline de Oliveira Muniz
Jésus Barreto
Ludmila Ribeiro
Marcos Aurelio Veloso e Silva
Marlene Ines Spaniol
Yolanda Catão

Conselho Fiscal

Edson M. L. S. Ramos
Paula Poncioni
Sérgio Roberto de Abreu

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente
Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva
Samira Bueno

Coordenação Institucional
Patrícia Nogueira Pröglhöf

Consultora Sênior
Olaya Hanashiro

Equipe Técnica e Colaboradores

Cauê Martins
Cristina Neme
David Marques
Isabela Sobral
Marina Pinheiro
Marina Santos
Roberta Astolfi
Stefanie Prandi

Equipe Administrativa

Amanda Gouvea
Débora Lopes
Elaine Rosa
Karina Nascimento
Sueli Bueno

FICHA TÉCNICA

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2016

Coordenação Geral

Renato Sérgio de Lima
Samira Bueno

Estagiárias

Isabela Sobral
Marina Santos
Stefanie Prandi

Textos

André Zanetic (NEV/USP)
Bruno Langeani (Instituto Sou da Paz)
Daniel Cerqueira (IPEA)
Elisandro Lotin (ANASPRA)
Ivan Marques (Instituto Sou da Paz)
Marina Pinheiro (FBSP)
Natalia Pollachi (Instituto Sou da Paz)
Olaya Hanashiro (FBSP)
Patrícia Nogueira Pröglhöf (FBSP)
Renato Sérgio de Lima (FBSP)
Samira Bueno (FBSP)
Ursula Dias Peres (EACH/USP)

Equipe Técnica

Cauê Martins
David Marques
Patrícia Nogueira Pröglhöf
Roberta Astolfi

Colaboradores

Gabriel Tonelli
Ursula Dias Peres

Assessoria de Comunicação

Letra Certa Estratégia e Tática em
Comunicação (11) 3812-6956

Edição de arte

SeePix (11) 3828-3991

Nota legal

Os textos e opiniões expressos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública são de responsabilidade institucional e/ou, quando assinados, de seus respectivos autores. Os conteúdos e o teor das análises publicadas não necessariamente refletem a opinião de todos os colaboradores envolvidos na produção do Anuário, bem como dos integrantes dos Conselhos Diretivos da instituição.

Licença Creative Commons

É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.

Apoio/Patrocínio

Edição 2016 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Fundação Ford

Open Society Foundations - OSF



Segurança Pública em Números 2016

MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS

A cada 9 minutos...

1 pessoa foi morta violentamente no país

58.467

mortes violentas intencionais em 2015, incluindo vítimas de homicídios dolosos, de latrocínios, lesões corporais seguidas de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais.



Redução de 2%

ante o dado de 2014, quando 59.730 pessoas foram mortas.

1.263

vidas poupadas, mas ainda muito distante de patamares civilizados.

QUEM MORRE?



54% jovens de 15 a 24 anos



73% são pretos e pardos

NÚMEROS DE GUERRA

O Brasil registrou mais vítimas de mortes violentas intencionais (ou pessoas assassinadas) em 5 anos do que a Guerra na Síria no mesmo período:

Guerra na Síria

Março/2011 a Novembro/2015



256.124 mortos

Brasil

Janeiro/2011 a Dezembro/2015



279.567 mortos

Fonte: Observatório de Direitos Humanos da Síria; United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR); Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.



OUTRAS FACES DA CRIMINALIDADE



45.460 estupros em 2015



Redução de 10% em relação a 2014



125 vítimas por dia

Mais de um milhão de carros roubados ou furtados em dois anos



110.327

armas apreendidas em 2015

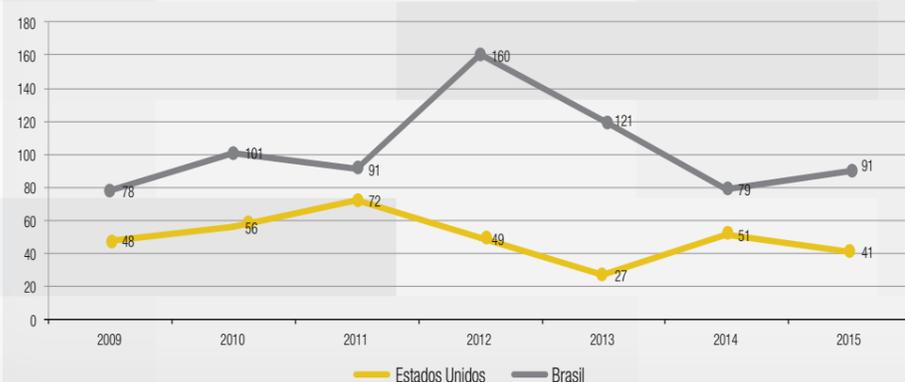
POLÍCIA QUE MORRE, POLÍCIA QUE MATA



Policiais morrem 3x mais fora de serviço do que no trabalho

358 policiais vítimas de homicídio em 2015, sendo 103 em serviço e 290 fora de serviço

Entre 2009 e 2015, policiais brasileiros morreram 113% mais em serviço do que os policiais americanos



Entre morrer e matar...

76%

dos brasileiros têm medo de morrer assassinados



57%

da população acredita que "Bandido bom é bandido morto"

Mortes decorrentes de intervenções policiais



3.320 vítimas de intervenções policiais em 2015



17.688 mortos pelas Polícias entre 2009 e 2015

Taxa de Letalidade Policial

Honduras

1,2

Brasil

1,6

África do Sul

1,1

Taxa de Homicídio Doloso

Honduras

62,5

Brasil

25,7

África do Sul

34,0

* Por 100 mil habitantes

População reconhece as dificuldades enfrentadas pelos Policiais

64% da população brasileira acredita que os policiais são caçados pelo crime

63% acham que os policiais não têm boas condições de trabalho



Polícia é eficiente, porém, muito violenta

50% afirmam que a PM é eficiente em garantir a segurança da população

59% têm medo de ser vítima de violência da Polícia Militar

52% acreditam que a PC é eficiente no esclarecimento de crimes

53% têm medo de ser vítima de violência da Polícia Civil

70% acham que as polícias exageram no uso da violência

Segurança Pública em Números 2016

DESAFIOS PARA OS NOVOS PREFEITOS

Capitais concentram
26% dos assassinatos
do país

Foram **15.008**
homicídios,
latrocínios e
lesões corporais
seguidas de
morte em 2015.

A taxa de **30,8** por 100 mil
habitantes é **15% superior** à
média nacional

1.836 municípios declararam
despesas com segurança pública em
2015, totalizando **4,4 bilhões**



RELAÇÃO ENTRE VIOLÊNCIA E O ESPAÇO ESCOLAR

50% dos alunos frequentando o 9º ano do
ensino fundamental **estão em escolas localizadas**
em áreas de risco de violência.



14,8% dos estudantes afirmaram
ter perdido aula por falta de segurança no trajeto
casa-escola ou na escola.



SEGURANÇA PÚBLICA X SEGURANÇA PRIVADA

552.399
Policiais Civis
e Militares



519.014
Vigilantes
Ativos



CUSTO DA POLÍTICA PÚBLICA DE SEGURANÇA

76,3 bilhões

foram gastos com com segurança pública
pela União, Estados e Municípios

Crescimento de 62% entre 2002 e 2015

Maior crescimento no período acontece entre os municípios



**As despesas com Segurança Pública
representaram 1,38% do PIB**

O PAPEL DO GOVERNO FEDERAL NAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE SEGURANÇA



81% do orçamento do Ministério da Justiça está **comprometido**
com a Polícia Federal e com a Polícia Rodoviária Federal.

2% do orçamento do Ministério da Justiça é destinado para
o Fundo Penitenciário Nacional. **Redução de 49%**
na última década.

3% do orçamento do Ministério da Justiça é para o Fundo
Nacional de Segurança Pública. Desde a criação do Fundo,
em 2002, a **redução foi de 48%**.

FORÇA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA



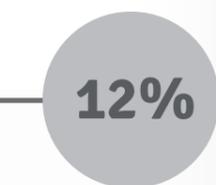
240 operações
entre 2004 e 2015



Ostensivas



Fronteiras



Ambiental

**Estados que mais receberam
operações foram Pará,
Rio de Janeiro e Rondônia**



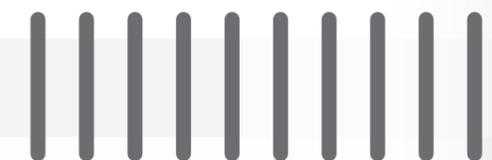
162 milhões

gastos com a Força Nacional
de Segurança Pública em 2015

Efetivo mobilizado de 1.446 profissionais

PRISÕES

584.361
pessoas **encarceradas**



36%
em situação **provisória**, ou seja,
212.178 não foram julgados

A informação a serviço da vida e da cidadania

A 10ª. Edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública traz informações fundamentais sobre o debate civilizatório no Brasil e sobre o papel das instituições e das políticas públicas. Os números contidos nesta edição são a tradução da enorme dificuldade em se reconhecer o drama da violência e alça-lo à condição de uma das pautas centrais do país. A violência, seja ela cometida na e pela sociedade ou aquela cometida pelo próprio Estado, é muitas vezes legitimada como resposta ao crime e há uma enorme distância entre discursos e práticas; entre o reconhecimento do problema e sua conversão em medidas concretas para o seu enfrentamento.

As mortes violentas intencionais continuam a beirar 60 mil registros anuais, com crescimento no número de latrocínios e de mortes decorrentes de intervenção policial, cuja proporção já superou a de ao menos nove pessoas mortas todos os dias pelas polícias brasileiras. E esta marca nos singulariza até mesmo em relação às nações com índices e características parecidas. As taxas de mortes decorrentes de intervenções policiais de Honduras, a nação mais violenta do mundo proporcionalmente, e da África do Sul são inferiores à taxa brasileira. Sob todas as métricas, a ação do Estado resulta no Brasil em um número muito elevado de mortes.

Como outra face de um mesmo problema, a presente edição traz também um dado que é um quase tabu e que não é discutido, ou seja, a de que os policiais morrem três vezes mais fora de serviço. Não há um acúmulo de estudos sobre as condições em que estão ocorrendo estas mortes e sobre qual a responsabilidade do Estado em evita-las. Mais ainda, mesmo em serviço, o policial brasileiro morre duas vezes mais do que os policiais dos EUA. Negar esse mata e morre é negar direitos civis não só para a população como um todo, mas aos quase 700 mil policiais e guardas municipais do país.

E, até como resultado da soma de todos esses dilemas, parcela majoritária da população do país declara, na pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública ao Datafolha, reconhecer que, ao mesmo tempo, as polícias exageram no uso de força e que os policiais brasileiros são caçados pelo crime. Abre-se margem para o reforço de posições que defendem que “bandido bom é bandido morto” e a retroalimentação do nosso perverso ciclo de violência. Em suma, várias são as evidências de que vivemos um colapso estrutural das políticas públicas.

E essa percepção ganha força quando olhamos para as despesas efetuadas com segurança pública, na medida em que as convicções que circulam no debate público são relativizadas pelos dados. É verdade que os estados continuam sendo os principais financiadores das políticas de segurança, mas, proporcionalmente, vale notar que os municípios são os entes que mais cresceram seus gastos na área, com quase 400% de incremento. A União, por sua vez, mesmo tendo crescido seus gastos na função segurança pública, o fez por aumento das despesas com as polícias Federal e Rodoviária Federal.

Já os fundos nacionais de Segurança Pública e Penitenciário Federal representaram, tão somente, cerca de 3% e 2%, respectivamente, do total de gastos do Ministério da Justiça, em 2015. Significa dizer que propostas de modernização e atuação integrada entre diferentes esferas de Poder e de Governo não podem se resumir ao tradicional binômio mais armas e mais viaturas, mesmo porque, com a aprovação da PEC 55 e se considerarmos o valor médio do gasto nos últimos anos como teto de despesas federais, não haverá recursos que deem conta para um sistema disfuncional e pouco eficiente. Ou efetivamente priorizamos a área e conduzimos mudanças substantivas, ou, mantidas as condições atuais, só teremos mais e mais mortes a lamentar nos próximos anos.

Parte 1

Segurança Pública em números

Estatísticas criminais

Registros policiais

TABELA 01

Homicídios dolosos, por número de vítimas e ocorrências
Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽¹⁾	Brasil e Unidades da Federação	Nº de Vítimas					Nº de Ocorrências				
		Ns. Absolutos		Taxas ⁽²⁾			Ns. Absolutos		Taxas ⁽²⁾		
		2014 ⁽³⁾	2015	2014	2015	Variação (%)	2014 ⁽³⁾	2015	2014	2015	Variação (%)
	Brasil	54.023	52.463	26,6	25,7	-3,7
Grupo 1	Alagoas ^{(5) (7)}	2.057	1.656	61,9	49,6	-20,0	2.057	1.650	61,9	49,4	-20,2
	Bahia	5.764	5.708	38,1	37,5	-1,5	5.468	5.421	36,1	35,7	-1,4
	Ceará	4.297	3.923	48,6	44,1	-9,3	4.135	3.757	46,8	42,2	-9,8
	Distrito Federal ^{(4) (5)}	714	627	25,0	21,5	-14,1	693	617	24,3	21,2	-12,9
	Espírito Santo	1.528	1.391	39,3	35,4	-10,0	1.467	1.348	37,8	34,3	-9,2
	Goiás ^{(5) (8)}	2.580	2.651	39,6	40,1	1,4	2.580	2.651	39,6	40,1	1,4
	Maranhão ⁽⁶⁾	1.902	2.007	27,8	29,1	4,7	1.902	2.007	27,8	29,1	4,7
	Mato Grosso ^{(4) (5)}	1.314	1.249	40,8	38,2	-6,1	1.276	1.121	39,6	34,3	-13,3
	Mato Grosso do Sul ^{(4) (5) (8)}	596	556	22,8	21,0	-7,8	596	556	22,8	21,0	-7,8
	Minas Gerais ^{(4) (5)}	4.288	4.176	20,7	20,0	-3,2	4.152	4.032	20,0	19,3	-3,5
	Pará	3.257	3.365	40,2	41,0	2,0	3.188	3.234	39,3	39,4	0,2
	Paraná ⁽⁵⁾	2.515	2.416	22,7	21,6	-4,6	1.367	1.236	12,3	11,1	-10,2
	Pernambuco ^{(4) (5)}	3.315	3.749	35,7	40,1	12,3	3.223	3.622	34,7	38,8	11,6
	Piauí ^{(4) (5)}	685	609	21,4	19,0	-11,4
	Rio de Janeiro	4.942	4.200	30,0	25,4	-15,5	4.610	3.903	28,0	23,6	-15,8
	Rio Grande do Norte	1.557	1.395	45,7	40,5	-11,3	1.402	1.256	41,1	36,5	-11,3
	Rio Grande do Sul ^{(4) (5)}	2.498	2.605	22,3	23,2	3,9	2.342	2.405	20,9	21,4	2,3
	Roraima ⁽⁸⁾	72	74	14,5	14,6	1,0	72	74	14,5	14,6	1,0
	Santa Catarina	760	827	11,3	12,1	7,3	718	815	10,7	12,0	12,0
São Paulo	4.527	3.963	10,3	8,9	-13,2	4.293	3.758	9,7	8,5	-13,2	
Sergipe ⁽⁵⁾	999	1.196	45,0	53,3	18,5	
Grupo 2	Acre ^{(4) (5)}	195	192	24,7	23,9	-3,2
	Amapá	233	254	31,0	33,1	6,8	201	193	26,8	25,2	-6,0
	Paraíba ^{(4) (5)}	1.489	1.469	37,8	37,0	-2,0	1.431	1.407	36,3	35,4	-2,4
	Rondônia ⁽⁵⁾	504	523	28,8	29,6	2,6	484	503	27,7	28,4	2,8
	Tocantins	327	369	21,8	24,4	11,5	313	348	20,9	23,0	9,8
Grupo 3	Amazonas	1.108	1.313	28,6	33,3	16,6	1.084	1.276	28,0	32,4	15,8

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados. Grupo 1: maior qualidade das informações; Grupo 2: menor qualidade das informações; Grupo 3: não há como atestar a qualidade dos dados informados. Maiores detalhes, vide apêndice metodológico.

(2) Por 100 mil habitantes.

(3) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

(4) A categoria homicídio doloso inclui as mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço.

(5) A categoria homicídio doloso inclui as mortes decorrentes de intervenções policiais fora de serviço.

(6) Os dados de ocorrências do Maranhão referem-se ao total de vítimas. O Estado informa registrar um boletim de ocorrência para cada vítima de CVLI.

(7) A categoria homicídio doloso em Alagoas inclui, no ano de 2014, 2 vítimas de "outros crimes com resultado morte". No ano de 2015 os homicídios dolosos incluem 14 vítimas de "outros crimes resultantes em morte" e 6 "resistências seguida de morte" de autoria da Polícia Rodoviária Federal.

(8) Informou apenas o dado de ocorrência.

TABELA 02

Crimes letais intencionais ⁽¹⁾, por tipo

Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽²⁾	Brasil e Unidades da Federação	Latrocínio					Lesão Corporal Seguida de Morte				
		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾			Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾		
		2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	Variação (%)	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	Variação (%)
Brasil		2.182	2.314	1,1	1,1	5,2	886	797	0,4	0,4	-10,8
Grupo 1	Alagoas	61	54	1,8	1,6	-12,0	13	6	0,4	0,2	-54,1
	Bahia	199	207	1,3	1,4	3,5	125	124	0,8	0,8	-1,3
	Ceará	75	65	0,8	0,7	-13,9	67	31	0,8	0,3	-54,1
	Distrito Federal	50	49	1,8	1,7	-4,1	3	6	0,1	0,2	95,7
	Espírito Santo	50	37	1,3	0,9	-26,8	25	16	0,6	0,4	-36,7
	Goiás ⁽⁵⁾	167	137	2,6	2,1	-19,0	24	25	0,4	0,4	2,8
	Maranhão	72	117	1,1	1,7	61,2	124	67	1,8	1,0	-46,4
	Mato Grosso	52	68	1,6	2,1	29,1	36	32	1,1	1,0	-12,2
	Mato Grosso do Sul ⁽⁵⁾	42	36	1,6	1,4	-15,3	8	6	0,3	0,2	-25,9
	Minas Gerais	63	103	0,3	0,5	62,4	70	60	0,3	0,3	-14,8
	Pará	180	191	2,2	2,3	4,8	22	23	0,3	0,3	3,2
	Paraná	105	117	0,9	1,0	10,6	66	61	0,6	0,5	-8,2
	Pernambuco	81	116	0,9	1,2	42,2	38	23	0,4	0,2	-39,9
	Piauí	35	47	1,1	1,5	33,9	14	11	0,4	0,3	-21,7
	Rio de Janeiro	152	133	0,9	0,8	-13,0	41	32	0,2	0,2	-22,4
	Rio Grande do Norte	62	58	1,8	1,7	-7,4	74	135	2,2	3,9	80,6
	Rio Grande do Sul	141	140	1,3	1,2	-1,1	52	32	0,5	0,3	-38,7
	Roraima ⁽⁵⁾	3	9	0,6	1,8	194,8	1	3	0,2	0,6	194,8
Santa Catarina	57	70	0,8	1,0	21,1	13	16	0,2	0,2	21,4	
São Paulo	385	356	0,9	0,8	-8,3	26	45	0,1	0,1	71,7	
Sergipe	33	47	1,5	2,1	40,9	2	-	0,1	-	-	
Grupo 2	Acre	7	10	0,9	1,2	40,5	2	1	0,3	0,1	-50,8
	Amapá	15	17	2,0	2,2	11,0	1	2	0,1	0,3	95,9
	Paraíba	19	30	0,5	0,8	56,8	5	3	0,1	0,1	-40,4
	Rondônia	17	15	1,0	0,8	-12,7	7	4	0,4	0,2	-43,5
	Tocantins	14	9	0,9	0,6	-36,5	9	7	0,6	0,5	-23,2
Grupo 3	Amazonas	45	76	1,2	1,9	66,1	18	26	0,5	0,7	42,1

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno Inexistente.

(1) Os dados informados correspondem ao número de vítimas.

(2) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados. Grupo 1: maior qualidade das informações; Grupo 2: menor qualidade das informações; Grupo 3: não há como atestar a qualidade dos dados informados. Maiores detalhes, vide apêndice metodológico.

(3) Por 100 mil habitantes.

(4) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

(5) Os dados referem-se ao número de ocorrências.

TABELA 03

Crimes violentos letais intencionais ⁽¹⁾

Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽²⁾	Brasil e Unidades da Federação	CVLI - Crimes violentos letais intencionais ⁽³⁾				
		Ns. Absolutos		Taxas ⁽⁴⁾		
		2014 ⁽⁵⁾	2015	2014 ⁽⁵⁾	2015	Variação (%)
	Brasil	57.091	55.574	28,2	27,2	-3,5
Grupo 1	Alagoas ^{(7) (8)}	2.131	1.716	64,2	51,4	-19,9
	Bahia	6.088	6.039	40,2	39,7	-1,3
	Ceará	4.439	4.019	50,2	45,1	-10,1
	Distrito Federal ^{(6) (7)}	767	682	26,9	23,4	-13,0
	Espírito Santo	1.603	1.444	41,3	36,7	-10,9
	Goiás ^{(7) (9)}	2.771	2.813	42,5	42,6	0,2
	Maranhão	2.098	2.191	30,6	31,7	3,6
	Mato Grosso ^{(6) (7)}	1.402	1.349	43,5	41,3	-5,0
	Mato Grosso do Sul ^{(6) (7) (9)}	646	598	24,7	22,6	-8,5
	Minas Gerais ^{(6) (7)}	4.421	4.339	21,3	20,8	-2,5
	Pará	3.459	3.579	42,7	43,6	2,2
	Paraná ⁽⁷⁾	2.686	2.594	24,2	23,2	-4,1
	Pernambuco ^{(6) (7)}	3.434	3.888	37,0	41,6	12,4
	Piauí ^{(6) (7)}	734	667	23,0	20,8	-9,4
	Rio de Janeiro	5.135	4.365	31,2	26,4	-15,5
	Rio Grande do Norte	1.693	1.588	49,7	46,1	-7,1
	Rio Grande do Sul ^{(6) (7)}	2.691	2.777	24,0	24,7	2,8
Roraima ⁽⁹⁾	76	86	15,3	17,0	11,2	
Santa Catarina	830	913	12,3	13,4	8,5	
São Paulo	4.938	4.364	11,2	9,8	-12,3	
Sergipe ⁽⁷⁾	1.034	1.243	46,6	55,4	19,0	
Grupo 2	Acre ^{(6) (7)}	204	203	25,8	25,3	-2,2
	Amapá	249	273	33,2	35,6	7,4
	Paraíba ^{(6) (7)}	1.513	1.502	38,4	37,8	-1,4
	Rondônia ⁽⁷⁾	528	542	30,2	30,7	1,5
	Tocantins	350	385	23,4	25,4	8,7
Grupo 3	Amazonas	1.171	1.415	30,2	35,9	18,9

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Número de vítimas registrado.

(2) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados. Grupo 1: maior qualidade das informações; Grupo 2: menor qualidade das informações; Grupo 3: não há como atestar a qualidade dos dados informados. Maiores detalhes, vide apêndice metodológico.

(3) A categoria "Crimes Violentos Letais Intencionais" agrega as ocorrências de Homicídio Doloso, Latrocínio e Lesão Corporal seguida de Morte.

(4) Por 100 mil habitantes.

(5) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

(6) A categoria homicídio doloso inclui as mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço.

(7) A categoria homicídio doloso inclui as mortes decorrentes de intervenções policiais fora de serviço.

(8) A categoria homicídio doloso em Alagoas inclui, no ano de 2014, 2 vítimas de "outros crimes com resultado morte". No ano de 2015 os homicídios dolosos incluem 14 vítimas de "outros crimes resultantes em morte" e 6 "resistências seguida de morte" de autoria da Polícia Rodoviária Federal.

(9) Informou apenas o dado de ocorrência.

Conclusão

TABELA 04

Mortes violentas intencionais ⁽¹⁾

Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Grupos segundo qualidade dos dados ⁽²⁾	Brasil e Unidades da Federação	Crimes Letais Intencionais - CVLI						Policiais Civis e Militares Mortos em Situação de Confronto			
		Homicídio Doloso		Latrocínio		Lesão Corporal Seguida de Morte		Em serviço		Fora de Serviço	
		Número Absoluto		Número Absoluto		Número Absoluto		Número Absoluto		Número Absoluto	
		2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015
Brasil		54.023	52.463	2.182	2.314	886	797	79	91	336	267
Grupo 1	Alagoas ^{(6) (8)}	2.057	1.656	61	54	13	6	-	2	4	6
	Bahia	5.764	5.708	199	207	125	124	3	3	27	16
	Ceará	4.297	3.923	75	65	67	31	1	-	6	10
	Distrito Federal ^{(5) (6)}	714	627	50	49	3	6	3	4	9	5
	Espírito Santo	1.528	1.391	50	37	25	16	1	-	2	4
	Goiás ^{(6) (9)}	2.580	2.651	167	137	24	25	-	-	8	3
	Maranhão	1.902	2.007	72	117	124	67	2	2	17	7
	Mato Grosso ^{(5) (6)}	1.314	1.249	52	68	36	32	6	3	16	4
	Mato Grosso do Sul ^{(5) (6) (9)}	596	556	42	36	8	6	8	3	18	6
	Minas Gerais ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	4.288	4.176	63	103	70	60	6	2	9	9
	Pará	3.257	3.365	180	191	22	23	6	8	16	18
	Paraná ⁽⁶⁾	2.515	2.416	105	117	66	61	4	4	5	5
	Pernambuco ^{(5) (6)}	3.315	3.749	81	116	38	23	4	5	13	22
	Piauí ^{(5) (6)}	685	609	35	47	14	11	-	3	3	1
	Rio de Janeiro	4.942	4.200	152	133	41	32	18	26	82	72
	Rio Grande do Norte	1.557	1.395	62	58	74	135	4	6	2	1
	Rio Grande do Sul ^{(5) (6)}	2.498	2.605	141	140	52	32	1	5	5	9
Roraima ⁽⁹⁾	72	74	3	9	1	3	-	-	1	1	
Santa Catarina	760	827	57	70	13	16	-	-	4	1	
São Paulo ⁽⁷⁾	4.527	3.963	385	356	26	45	10	10	74	50	
Sergipe ⁽⁶⁾	999	1.196	33	47	2	-	-	1	-	-	
Grupo 2	Acre ^{(5) (6)}	195	192	7	10	2	1
	Amapá	233	254	15	17	1	2
	Paraíba ^{(5) (6)}	1.489	1.469	19	30	5	3	-	2	2	6
	Rondônia ⁽⁶⁾	504	523	17	15	7	4	1	2	2	2
	Tocantins	327	369	14	9	9	7	1	-	-	2
Grupo 3	Amazonas	1.108	1.313	45	76	18	26	-	-	11	7

Continua

Grupos segundo qualidade dos dados ⁽²⁾	Brasil e Unidades da Federação	Morte Decorrente de Intervenção Policial (em serviço e fora de serviço)		Mortes Violentas Intencionais - MVI				
		Número Absoluto		Número Absoluto		Taxa ⁽³⁾		Varição (%)
		2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	
	Brasil	3.146	3.320	59.730	58.467	29,5	28,6	-2,9
Grupo 1	Alagoas ^{(5) (8)}	77	97	2.201	1.813	66,3	54,3	-18,1
	Bahia	278	299	6.366	6.338	42,1	41,7	-0,9
	Ceará	53	86	4.492	4.105	50,8	46,1	-9,2
	Distrito Federal ^{(5) (6)}	10	10	767	682	26,9	23,4	-13,0
	Espírito Santo	23	24	1.626	1.468	41,9	37,4	-10,7
	Goiás ^{(5) (9)}	96	141	2.851	2.927	43,7	44,3	1,3
	Maranhão	60	117	2.158	2.308	31,5	33,4	6,1
	Mato Grosso ^{(5) (6)}	7	8	1.402	1.349	43,5	41,3	-5,0
	Mato Grosso do Sul ^{(5) (6) (9)}	87	45	646	598	24,7	22,6	-8,5
	Minas Gerais ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	126	105	4.421	4.339	21,3	20,8	-2,5
	Pará	152	180	3.611	3.759	44,6	45,8	2,8
	Paraná ⁽⁶⁾	198	241	2.870	2.810	25,9	25,2	-2,8
	Pernambuco ^{(5) (6)}	29	51	3.434	3.888	37,0	41,6	12,4
	Piauí ^{(5) (6)}	16	18	734	667	23,0	20,8	-9,4
	Rio de Janeiro	584	645	5.719	5.010	34,7	30,3	-12,9
	Rio Grande do Norte	69	76	1.762	1.664	51,7	48,3	-6,5
	Rio Grande do Sul ^{(5) (6)}	92	107	2.691	2.777	24,0	24,7	2,8
Roraima ⁽⁹⁾	2	6	78	92	15,7	18,2	15,9	
Santa Catarina	91	63	921	976	13,7	14,3	4,5	
São Paulo ⁽⁷⁾	958	848	5.818	5.196	13,2	11,7	-11,4	
Sergipe ⁽⁶⁾	43	43	1.077	1.286	48,5	57,3	18,2	
Grupo 2	Acre ^{(5) (6)}	2	...	204	203	25,8	25,3	-2,2
	Amapá	25	38	274	311	36,5	40,6	11,2
	Paraíba ^{(5) (6)}	23	15	1.513	1.502	38,4	37,8	-1,4
	Rondônia ⁽⁶⁾	12	7	540	549	30,9	31,0	0,5
	Tocantins	3	5	353	390	23,6	25,7	9,2
Grupo 3	Amazonas	30	45	1.201	1.460	31,0	37,1	19,6

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Ouvidoria de Polícia da Bahia; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno Inexistente.

(1) A categoria Mortes Violentas Intencionais (MVI) corresponde à soma das vítimas de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora (em alguns casos, contabilizadas dentro dos homicídios dolosos, conforme notas explicativas). Sendo assim, a categoria MVI representa o total de vítimas de mortes violentas com intencionalidade definida de determinado território. O número de policiais mortos já está contido no total de homicídios dolosos, e é aqui apresentado apenas para mensuração do fenômeno.

(2) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados. Grupo 1: maior qualidade das informações; Grupo 2: menor qualidade das informações; Grupo 3: não há como atestar a qualidade dos dados informados. Maiores detalhes, vide apêndice metodológico.

(3) Taxa por 100 mil habitantes.

(4) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

(5) A categoria homicídio doloso inclui as mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço.

(6) A categoria homicídio doloso inclui as mortes decorrentes de intervenções policiais fora de serviço.

(7) A categoria homicídio doloso não inclui as mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço e fora ou os homicídios dolosos com provável excludente de ilicitude (reações). Inclui somente os homicídios dolosos praticados por policiais em serviço e fora de serviço.

(8) A categoria homicídio doloso em Alagoas inclui, no ano de 2014, 2 vítimas de "outros crimes com resultado morte". No ano de 2015 os homicídios dolosos incluem 14 vítimas de "outros crimes resultantes em morte" e 6 "resistências seguida de morte" de autoria da Polícia Rodoviária Federal.

(9) Informou apenas o dado de ocorrência.

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de retificações enviadas pelo estado do Maranhão em 04 de novembro de 2016.

COMPARAÇÃO DE MORTES VIOLENTAS INTENCIONAIS ENTRE BRASIL E SÍRIA

TABELA 05

Contexto	Período	Vítimas ⁽¹⁾⁽²⁾
Guerra na Síria	Março de 2011/ Novembro de 2015	256.124 mortos
Brasil	Janeiro de 2011/ Dezembro de 2015	279.567 mortos

Conclusão

Fonte: Observatório de Direitos Humanos da Síria; United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR); Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Os dados de vítimas no Brasil incluem as ocorrências de homicídio doloso, latrocínio, lesão corporal seguida de morte e morte decorrente de intervenção policial.

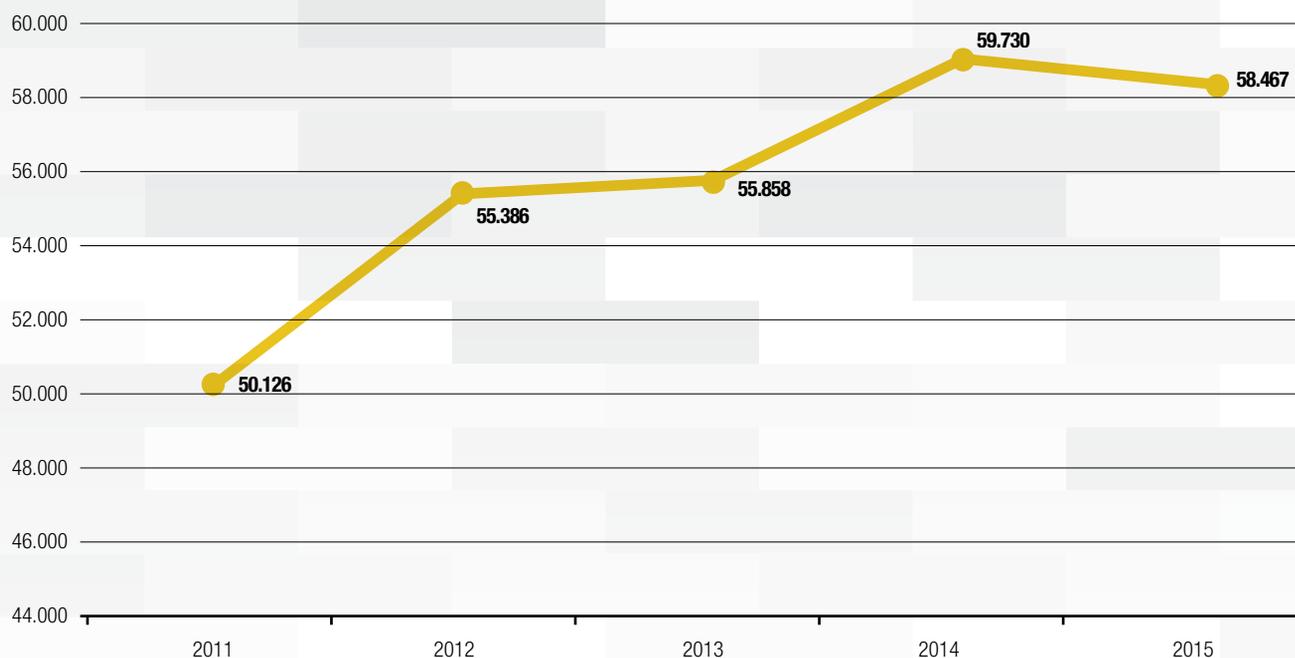
(2) Em janeiro de 2014 a ONU suspendeu a coleta e a publicação de número de mortes na Síria devido ao acesso limitado. A última estimativa da ONU para o período compreendido entre o começo de março de 2011 até 2015 foi de 250.00 mortos. Em novembro de 2015 o Observatório de Direitos Humanos da Síria mostrou um total de 256.124 (United Nations High Commissioner for Refugees (UNHCR)).

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de retificações enviadas pelo estado do Maranhão em 04 de novembro de 2016.

GRÁFICO 01

Mortes Violentas Intencionais

Brasil – 2011-2015



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de retificações enviadas pelo estado do Maranhão em 04 de novembro de 2016.

Para lamentar os nossos mortos

Renato Sérgio de Lima

As quase 59 mil mortes violentas intencionais registradas em 2015, divulgadas nesta 10ª edição do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, indicam um quadro grave de negligência com a vida. Ao longo de sua história, o Brasil não conseguiu alçar a garantia da vida à condição de prioridade nacional e, por conseguinte, as mortes violentas acabam por não merecer a mesma saudável indignação que a corrupção tem provocado na população.

A violência é, na brecha, a linguagem que vai determinando os rumos e sentidos das relações sociais e das políticas públicas no país. E, passo contínuo, uma forte disputa pelo o que é contado como homicídio interdita o debate sobre as melhores práticas de prevenção e enfrentamento do problema.

E é em torno do esforço de destravar o debate que o Fórum Brasileiro de Segurança Pública tem adotado uma categoria mais ampla, de mortes violentas intencionais. Ela busca incorporar as principais formas de classificações de mortes intencionais e visa evitar discussões jurídicas sobre o enquadramento ou não das mortes decorrentes de intervenções policiais entre as ocorrências criminais. Crime ou não; legítimas ou legais, estamos falando de mortes que precisam ser consideradas nas políticas de segurança pública.

Ao fazer isso, consta-se que mobiliza pouco, por exemplo, o fato de que os dados sobre mortes de policiais no Brasil revelarem que estes profissionais são mortos três vezes mais fora de serviço do que em serviço, e/ou os policiais brasileiros matarem ao menos nove pessoas por dia. Vivemos um ciclo sem fim no qual os policiais são caçados todos os dias pelos criminosos e, em contraposição, fazem uso excessivo e letal da violência sem grandes questionamentos políticos e institucionais.

Em termos comparados, enquanto a taxa de mortes decorrentes de intervenção policial no Brasil é de 1,6 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes, em Honduras, país mais violento do mundo, ela é de 1,2 mortes por 100 mil habitantes. E, na África do Sul, essa mesma taxa é de 1,1 mortes para o mesmo grupo de habitantes.

E pouco importa que tais mortes sejam cometidas, em sua maioria, contra jovens negros das periferias brasileiras, já que estes compõem a parcela da população que fica invisível para a sociedade e para as políticas públicas. Vemos a violência letal apenas pela ótica das estatísticas e pouco nos mobilizamos em um projeto de mudança desta realidade. Ao adotarmos tal postura, não enfrentamos o dilema de uma sociedade leniente com a morte violenta e que, muitas vezes, a valoriza e a cultua. A violência é vista como resposta legítima à criminalidade. Buscamos inimigos a serem eliminados e olhamos apenas de relance para os ruídos e ineficiências de um sistema de justiça criminal e de segurança pública falido.

Contudo, ao analisarmos as estatísticas sobre homicídios, verifica-se que há saídas e há esperança. Unidades da Federação que priorizam o enfrentamento do problema e têm planos específicos de redução das mortes violentas intencionais parecem ter mais êxito na redução das suas taxas do que estados que fazem mais do mesmo e/ou não inovam. Integrar e articular iniciativas mostra-se uma ferramenta poderosa de transformação.

E, nesta perspectiva, o FBSP alia-se ao esforço regional de várias entidades e iniciativas que buscam mobilizar governos e sociedades latino-americanas para que os homicídios, em acepção ampliada, ganhem importância na pauta política e transformem-se em fonte de indignação e ação.

TABELA 06

Ocorrências envolvendo policiais, por tipo
Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Brasil e Unidades da Federação	Policiais Civis mortos em confronto em serviço				Policiais Militares mortos em confronto em serviço				Policiais Civis mortos em confronto ou por lesão não natural fora de serviço			
	Ns. Absolutos		Taxa ⁽¹⁾⁽²⁾		Ns. Absolutos		Taxa ⁽¹⁾⁽²⁾		Ns. Absolutos		Taxa ⁽¹⁾⁽²⁾	
	2014 ⁽³⁾	2015	2014 ⁽³⁾	2015	2014 ⁽³⁾	2015	2014 ⁽³⁾	2015	2014 ⁽³⁾	2015	2014 ⁽³⁾	2015
Brasil	18	21	0,2	0,2	61	70	0,1	0,2	32	41	0,3	0,3
Acre
Alagoas	-	-	-	-	-	2	-	0,3	-	-	-	-
Amapá
Amazonas	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	0,4	-
Bahia	1	1	0,2	0,2	2	2	0,1	0,1	1	3	0,2	0,5
Ceará	-	-	-	-	1	-	0,1	-	-	3	-	1,2
Distrito Federal	-	-	-	-	3	4	0,2	0,3	-	1	-	0,2
Espírito Santo	-	-	-	-	1	-	0,1	-	-	-	-	-
Goiás	-	-	-	-	-	-	-	-	2	-	0,7	-
Maranhão	1	-	0,5	-	1	2	0,1	0,3	1	-	0,5	-
Mato Grosso	2	-	0,8	-	4	3	0,6	0,5	2	-	0,8	-
Mato Grosso do Sul	2	1	1,0	0,5	6	2	1,1	0,4	-	3	-	1,5
Minas Gerais	1	1	0,1	0,1	5	1	0,1	0,0	2	2	0,2	0,2
Pará	4	5	1,4	1,8	2	3	0,1	0,2	1	-	0,4	-
Paraíba	-	1	-	0,6	-	1	-	0,1	-	1	-	0,6
Paraná	2	2	0,4	0,4	2	2	0,1	0,1	1	3	0,2	0,6
Pernambuco	-	-	-	-	4	5	0,2	0,3	5	4	0,8	0,7
Piauí	-	-	-	-	-	3	-	0,6	-	-	-	-
Rio de Janeiro	-	3	-	0,3	18	23	0,4	0,5	3	8	0,3	0,8
Rio Grande do Norte	1	1	0,5	0,5	3	5	0,3	0,6	-	-	-	-
Rio Grande do Sul	1	3	0,2	0,5	-	2	-	0,1	-	-	-	-
Rondônia	-	1	-	0,4	1	1	0,2	0,2	-	2	-	0,8
Roraima	-	-	-	-
Santa Catarina	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
São Paulo	2	1	0,1	0,0	8	9	0,1	0,1	13	11	0,4	0,3
Sergipe	-	1	-	0,8	-	-	-	-
Tocantins	1	-	0,6	-	-	-	-	-	-	-	-	-

Continua

Brasil e Unidades da Federação	Policiais Militares mortos em confronto ou por lesão não natural fora de serviço				TOTAL			
	Ns. Absolutos		Taxa ⁽¹⁾⁽²⁾		Ns. Absolutos		Taxa ⁽¹⁾⁽²⁾	
	2014 ⁽³⁾	2015	2014 ⁽³⁾	2015	2014 ⁽³⁾	2015	2014 ⁽³⁾	2015
Brasil	304	226	0,7	0,5	415	358	0,8	0,7
Acre
Alagoas	4	6	0,6	0,8	4	8	0,4	0,9
Amapá
Amazonas	10	7	1,1	0,8	11	7	1,0	0,6
Bahia	26	13	0,8	0,4	30	19	0,8	0,5
Ceará	6	7	0,4	0,4	7	10	0,4	0,5
Distrito Federal	9	4	0,6	0,3	12	9	0,6	0,5
Espírito Santo	2	4	0,2	0,5	3	4	0,3	0,4
Goiás	6	3	0,5	0,3	8	3	0,5	0,2
Maranhão	16	7	2,1	0,9	19	9	2,0	0,9
Mato Grosso	14	4	2,1	0,6	22	7	2,5	0,8
Mato Grosso do Sul	18	3	3,4	0,6	26	9	3,6	1,3
Minas Gerais	7	7	0,2	0,2	15	11	0,3	0,2
Pará	15	18	0,9	1,1	22	26	1,2	1,4
Paraíba	2	5	0,2	0,5	2	8	0,2	0,7
Paraná	4	2	0,2	0,1	9	9	0,4	0,4
Pernambuco	8	18	0,4	0,9	17	27	0,7	1,1
Piauí	3	1	0,6	0,2	3	4	0,4	0,6
Rio de Janeiro	79	64	1,7	1,4	100	98	1,8	1,7
Rio Grande do Norte	2	1	0,2	0,1	6	7	0,6	0,6
Rio Grande do Sul	5	9	0,2	0,4	6	14	0,2	0,5
Rondônia	2	-	0,4	-	3	4	0,4	0,5
Roraima	1	1	0,6	0,6	1	1	0,4	0,4
Santa Catarina	4	1	0,3	0,1	4	1	0,3	0,1
São Paulo	61	39	0,7	0,4	84	60	0,7	0,5
Sergipe	-	1	-	0,2
Tocantins	-	2	-	0,5	1	2	0,2	0,4

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Ouvidoria de Polícia da Bahia; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno Inexistente.

(...) Informação não disponível.

(1) Por grupo de mil policiais.

(2) As taxas de policiais mortos foram calculadas a partir dos efetivos informados à Pesquisa Estadual do IBGE e tem como referência o ano de 2014.

(3) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de retificações enviadas pelo estado do Maranhão em 04 de novembro de 2016.

TABELA 07

Ocorrências envolvendo policiais, por tipo
Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Brasil e Unidades da Federação		Mortes decorrentes de intervenções de Policiais Civis em serviço				Mortes decorrentes de intervenções de Policiais Militares em serviço				Mortes decorrentes de intervenções de Policiais Civis fora de serviço			
		Ns. Absolutos		Taxa ⁽¹⁾		Ns. Absolutos		Taxa ⁽¹⁾		Ns. Absolutos		Taxa ⁽¹⁾	
		2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015
Brasil	
Grupo 1	Alagoas ⁽³⁾	4	14	0,1	0,4	58	78	1,7	2,3	-	-	-	-
	Bahia ⁽⁴⁾
	Ceará ⁽⁵⁾	3	4	0,0	0,0	33	56	0,4	0,6	2	8	0,0	0,1
	Distrito Federal	1	1	0,0	0,0	3	5	0,1	0,2	-	-	-	-
	Espírito Santo	2	2	0,1	0,1	17	15	0,4	0,4	1	-	0,0	-
	Goiás	1	3	0,0	0,0	79	111	1,2	1,7	3	4	0,0	0,1
	Maranhão	4	9	0,1	0,1	49	106	0,7	1,5	2	1	0,0	0,0
	Mato Grosso	-	2	-	0,1	6	4	0,2	0,1	-	-	-	-
	Mato Grosso do Sul	1	2	0,0	0,1	79	38	3,0	1,4	-	-	-	-
	Minas Gerais	7	5	0,0	0,0	98	63	0,5	0,3	7	6	0,0	0,0
	Pará	13	15	0,2	0,2	127	146	1,6	1,8	1	4	0,0	0,0
	Paraná	6	2	0,1	0,0	178	214	1,6	1,9	2	2	0,0	0,0
	Pernambuco ⁽⁴⁾
	Piauí	2	-	0,1	-	11	11	0,3	0,3	-	2	-	0,1
	Rio de Janeiro ⁽⁴⁾
	Rio Grande do Norte	1	2	0,0	0,1	68	73	2,0	2,1	-	-	-	-
	Rio Grande do Sul	6	6	0,1	0,1	60	72	0,5	0,6
Roraima	1	2	0,2	0,4	
Santa Catarina	13	3	0,2	0,0	75	51	1,1	0,7	2	1	0,0	0,0	
São Paulo ⁽⁶⁾	13	26	0,0	0,1	693	580	1,6	1,3	22	22	0,0	0,0	
Sergipe ⁽⁴⁾	
Grupo 2	Acre	-	...	-	...	2	...	0,3	...	-	...	-	...
	Amapá ⁽⁴⁾	
	Paraíba	-	6	-	0,2	21	9	0,5	0,2	1	-	0,0	-
	Rondônia	-	1	-	0,1	11	5	0,6	0,3	1	-	0,1	-
	Tocantins	-	-	-	-	2	5	0,1	0,3	-	-	-	-
Grupo 3	Amazonas	2	1	0,1	0,0	24	30	0,6	0,8	1	-	0,0	-

Continua

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Ouvidoria de Polícia da Bahia; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno Inexistente.

(...) Informação não disponível.

(1) Por 100 mil habitantes.

(2) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

(3) O total de pessoas mortas por policiais em Alagoas inclui 8 mortes decorrentes de ações conjuntas das polícias civil e militar em 2014 e 5 em 2015.

Brasil e Unidades da Federação		Mortes decorrentes de intervenções de Policiais Militares fora de serviço				TOTAL			
		Ns. Absolutos		Taxa ⁽¹⁾		Ns. Absolutos		Taxa ⁽¹⁾	
		2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015
Brasil		3.146	3.320	1,6	1,6
Grupo 1	Alagoas ⁽³⁾	7	-	0,2	-	77	97	2,3	2,9
	Bahia ⁽⁴⁾	278	299	1,8	2,0
	Ceará ⁽⁵⁾	1	12	0,0	0,1	53	86	0,6	1,0
	Distrito Federal	6	4	0,2	0,1	10	10	0,4	0,3
	Espírito Santo	3	7	0,1	0,2	23	24	0,6	0,6
	Goiás	13	23	0,2	0,3	96	141	1,5	2,1
	Maranhão	5	1	0,1	0,0	60	117	0,9	1,7
	Mato Grosso	1	2	0,0	0,1	7	8	0,2	0,2
	Mato Grosso do Sul	7	5	0,3	0,2	87	45	3,3	1,7
	Minas Gerais	14	31	0,1	0,1	126	105	0,6	0,5
	Pará	11	15	0,1	0,2	152	180	1,9	2,2
	Paraná	12	23	0,1	0,2	198	241	1,8	2,2
	Pernambuco ⁽⁴⁾	29	51	0,3	0,5
	Piauí	3	5	0,1	0,2	16	18	0,5	0,6
	Rio de Janeiro ⁽⁴⁾	584	645	3,5	3,9
	Rio Grande do Norte	-	1	-	0,0	69	76	2,0	2,2
	Rio Grande do Sul	26	29	0,2	0,3	92	107	0,8	1,0
	Roraima	1	4	0,2	0,8	2	6	0,4	1,2
Santa Catarina	1	8	0,0	0,1	91	63	1,4	0,9	
São Paulo ⁽⁶⁾	230	220	0,5	0,5	958	848	2,2	1,9	
Sergipe ⁽⁴⁾	43	43	1,9	1,9	
Grupo 2	Acre	2	...	0,3	...
	Amapá ⁽⁴⁾	25	38	3,3	5,0
	Paraíba	1	-	0,0	-	23	15	0,6	0,4
	Rondônia	-	1	-	0,1	12	7	0,7	0,4
	Tocantins	1	-	0,1	-	3	5	0,2	0,3
Grupo 3	Amazonas	3	14	0,1	0,4	30	45	0,8	1,1

Conclusão

(4) Os dados referentes a pessoas mortas por policiais não estão desagregados por corporação.

(5) O total de pessoas mortas por policiais no Ceará inclui 14 mortes em que não há informação sobre a corporação de autoria em 2014 e 6 em 2015.

(6) Foram consideradas como letalidade policial as ocorrências de "morte decorrente de intervenção policial" e "homicídio doloso cometido por policiais fora de serviço". Nos dados da Polícia Militar, inclui ainda a ocorrência de homicídio doloso definida como "reações de policiais militares com provável excludente de ilicitude (reações a roubo e tentativa de roubo)".

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de retificações enviadas pelo estado do Maranhão em 04 de novembro de 2016.

TABELA 08

Vitimização Policial

Brasil – 2009-2015

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Policiais mortos em serviço	78	101	91	160	121	79	91	721
Policiais mortos fora de serviço	186	186	191	287	369	336	267	1.822
Total	264	287	282	447	490	415	358	2.543

Conclusão

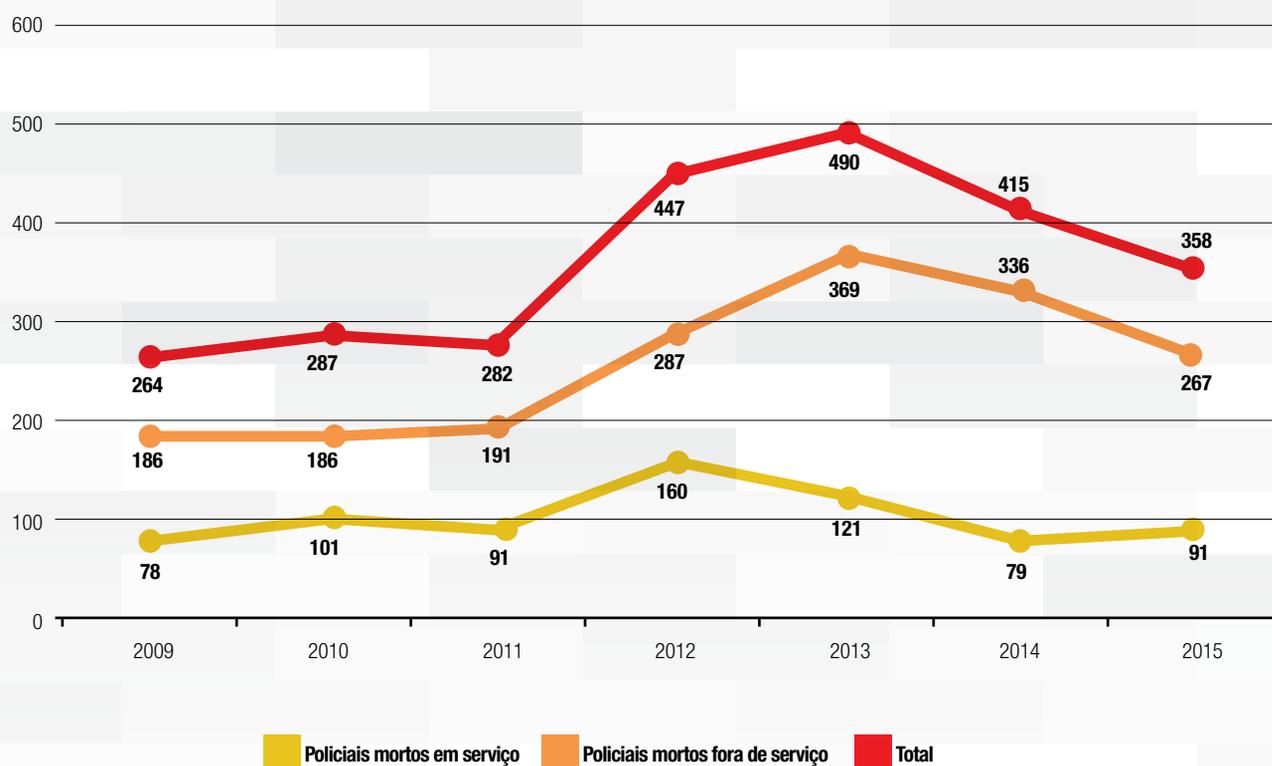
Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de retificações enviadas pelo estado do Maranhão em 04 de novembro de 2016.

GRÁFICO 02

Policiais Civis e Militares Vítimas de Homicídio

Brasil – 2009-2015



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de retificações enviadas pelo estado do Maranhão em 04 de novembro de 2016.

TABELA 09

Mortes de Policiais no Brasil e nos EUA

EUA e Brasil – 2009-2015

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Total
Estados Unidos	48	56	72	49	27	51	41	344
Brasil	78	101	91	160	121	79	91	721

Conclusão

Fonte: FBI Uniform Crime Report; Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

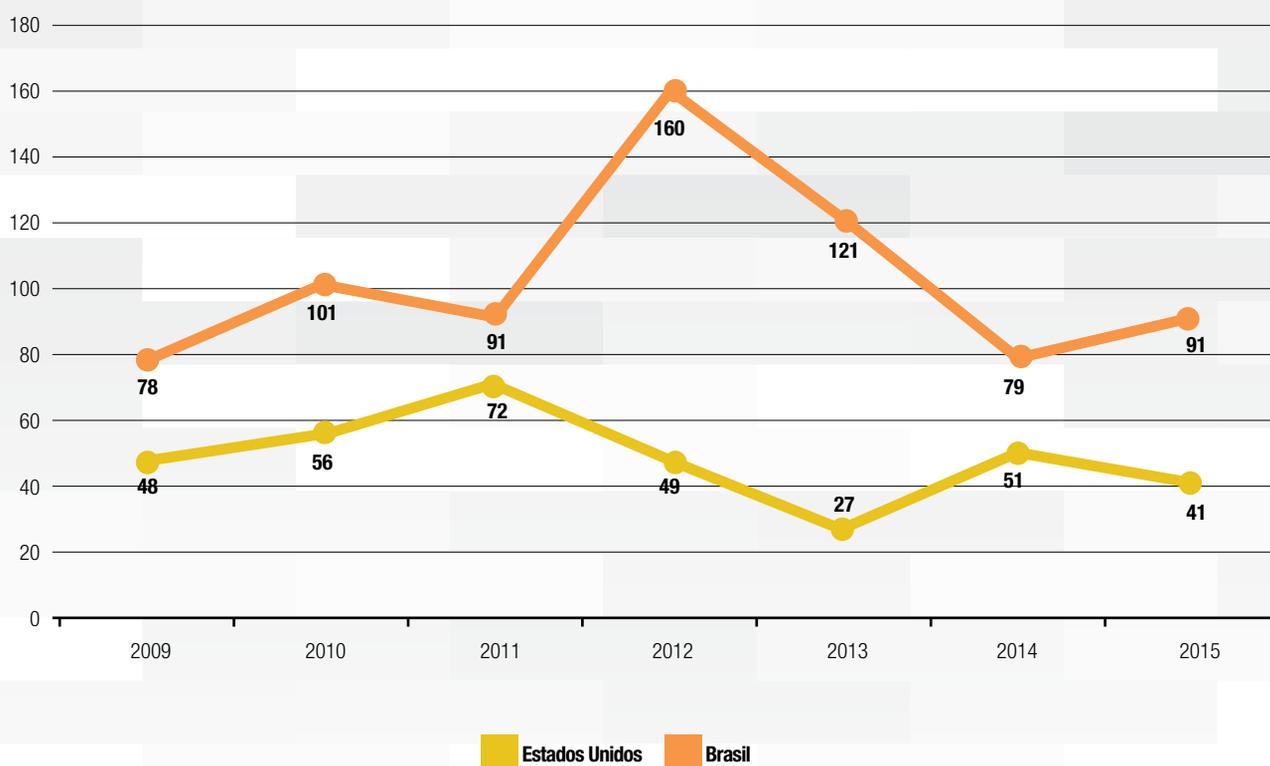
Nota: Os dados coletados dos EUA referem-se a categoria "Law Enforcement Officers Killed in the Line of Duty", o que corresponde apenas às mortes de policiais em horário de serviço.

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de retificações enviadas pelo estado do Maranhão em 04 de novembro de 2016.

GRÁFICO 03

Policiais Mortos em Serviço

EUA e Brasil – 2009-2015



Fonte: FBI Uniform Crime Report; Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de retificações enviadas pelo estado do Maranhão em 04 de novembro de 2016.

Uma “guerra de todos contra todos”

Elisandro Lotin

Os dados divulgados pelo FBSP sobre os índices de violência letal no Brasil são catastróficos e assustam. Mesmo que, comparando com anos anteriores, tenhamos tido uma pequena redução homicídios (-2,5%), o fato é que, ainda sim, são números estarrecedores que deveriam demandar uma atenção e envolvimento maior das autoridades públicas – principalmente no que tange a políticas públicas efetivas de combate aos homicídios.

No contexto das 58.492 mortes violentas intencionais registradas em 2015, temos que 393 foram de policiais, profissionais de segurança pública que estavam de folga ou trabalhando, número que também sofreu uma pequena redução se comparado com 2014.

Entre 2009 e 2015 são 2.572 policiais mortos, número que não encontra similar em nenhum outro país do mundo. Para efeito de comparação, o número de policiais mortos no Brasil em um ano é o mesmo que as mortes de policiais na Inglaterra em 98 anos. Nos EUA, morreram 41 policiais em serviço no ano de 2015, contra 103 no Brasil, ou seja, mais que o dobro.

Os números são claros, vivemos uma guerra civil não declarada que faz vítimas de todos os lados, sejam policiais ou a população.

Nesta “guerra de todos contra todos”, um fator chama a atenção. Tanto as vítimas policiais quanto as vítimas da sociedade, regra geral, possuem a mesma origem. No caso dos policiais, são os praças (soldados, cabos, sargentos e subtenentes), e, no caso das vítimas da sociedade, a grande maioria é oriunda das periferias. A questão que se coloca, a partir desta constatação é: por que os “sem camisa” estão matando os “descamisados”, e vice-versa?

Em uma breve análise, temos que o Estado brasileiro, ao invés de fomentar políticas públicas pautadas na lógica da redução de enfrentamentos (que culminam em mortes de ambos os lados), faz justamente o oposto. Os discursos e ações dos poderes vão de encontro às estratégias de redução das mortes, ou pior, estimulam enfrentamentos que resultam em ações letais. Tais ações do estado se materializam de diversas formas, visto que, historicamente, as forças de segurança pública sempre foram usadas

para o controle social no sentido da manutenção do *status quo*.

Em outras palavras, na medida em que o Estado abre mão de políticas educacionais, ou se omite na questão dos direitos sociais e utiliza as forças de segurança como forma de contenção social dos “excluídos”, ele incentiva confrontos que tornam policiais e população potenciais vítimas, e, no caso dos policiais, vítimas dúplices, visto que quando confrontado, o Estado não raras vezes culpa o policial, seja por ter agido ou por ter morrido.

Somos todos vítimas e é preciso reverter esta lógica, a qual, a médio e longo prazo, somente ocorrerá com a mudança do modelo de segurança pública vigente. No entanto, em função da pequena redução do número de homicídios apresentada até então (que se deve

mais a ações isoladas e do envolvimento da sociedade civil organizada e de organismos de pesquisa que questionam o modelo), os fatos e os dados exigem, a curto prazo, medidas que possam reduzir os índices de mortes, seja de policiais ou da população – e aqui entram as autoridades políticas, que, independentemente de cores ou ideologias, precisam desenvolver políticas públicas urgentes de conscientização, prevenção e inteligência policial, pois já passou da hora do Estado perceber que o caminho da guerra e do enfrentamento direto esta fadado ao fracasso. Aliás, outros países já perceberam isso, vide EUA e Europa, de modo geral, que paulatinamente têm revisto e abandonado a política do enfrentamento, da criminalização e do encarceramento como solução dos problemas de segurança pública.

TABELA 10

Letalidade Policial e Homicídio

Período	País	Vítimas de Letalidade Policial	Taxa	Vítimas de Homicídio Doloso	Taxa
2014/2015	Honduras	98	1,2	5.047	62,5
2015	Brasil	3.320	1,6	52.463	25,7
2015/2016	África do sul	582	1,1	18.673	34,0

Conclusão

Fonte: Observatorio de la Violencia de la UNAH; Sistema Estadístico Policial en Línea (Sepol); Independent Police Investigative Directorate Annual Report/ Republic of South Africa; Banco Mundial; Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

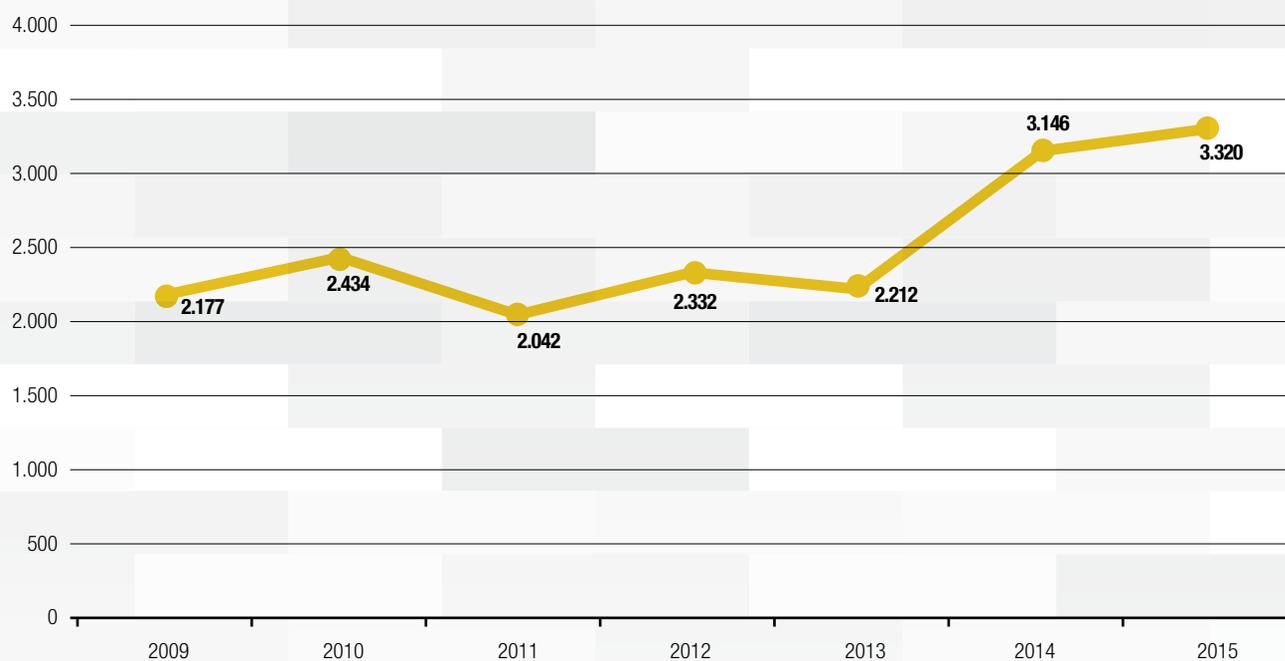
Nota: Os dados coletados da África do Sul referem-se às somas das categorias "deaths as a result of police action" e "deaths in police custody".

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de retificações enviadas pelo estado do Maranhão em 04 de novembro de 2016.

GRÁFICO 04

Mortes Decorrentes de intervenções Policiais (em serviço e fora)

Brasil – 2009-2015



Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de retificações enviadas pelo estado do Maranhão em 04 de novembro de 2016.

Governar pelo medo ou pela lei?

Samira Bueno

Em um país que se diz democrático, os números de mortos em intervenções policiais e de policiais mortos colocam em xeque a completude do nosso processo civilizatório. O Brasil, que se destaca em pesquisas internacionais por ser a nação que concentra o maior número de homicídios do planeta, coloca-se à frente do ranking da barbárie como o país cuja polícia mais mata e mais morre em seu cotidiano de trabalho. E, talvez, um dos maiores desafios postos ao debate sobre o padrão de atuação das nossas polícias seja superar a dicotomia entre a ideia de que bandido bom é bandido morto ou de que a polícia é violenta e por isso deveria ser extinta.

Para não deixar dúvidas sobre o que significam os números registrados pelo Brasil, o Anuário deste ano apresenta uma comparação das taxas de homicídio e letalidade policial no país com outras realidades similares – ou ainda mais graves – do que o contexto brasileiro. Em Honduras, país mais violento do mundo e cuja taxa de homicídio atingiu a marca de 62,5 por grupo de 100 mil no último ano, a taxa de letalidade policial é de 1,2. Já na África do Sul, país extremamente desigual e que igualmente concentra altos indicadores de criminalidade violenta (a taxa de homicídios, de 34,0 por 100 mil, também é superior à registrada no Brasil)–, a letalidade da polícia é de 1,1.

Assim, a taxa de letalidade das nossas polícias, que atinge a marca de 1,6 no ano de 2015 e cuja tendência se mostra ascendente,

demonstra não apenas a urgência do tema para o desenvolvimento do Estado brasileiro, mas também para o estreitamento de laços entre polícia e sociedade.

A falácia do bandido bom é bandido morto, frase que conta com a aprovação de 57% da população segundo pesquisa Datafolha divulgada também nesta edição, mostra o terreno perigoso com o qual os agentes da lei têm flertado. Longe de resolver o problema da criminalidade, a lógica que privilegia o enfrentamento e legitima a morte do suposto bandido parece revelar que este método tem colocado nossos policiais em situação de extrema vulnerabilidade, com proporções inaceitáveis de mortos. Segundo nossas estimativas, foram 2.572 policiais assassinados em serviço ou fora nos últimos sete anos e 17.688 vítimas de intervenções policiais.

Mais do que isso, os dados sobre o padrão de atuação das forças policiais brasileiras parecem explicar porque, embora metade da população julgue as polícias Civil e Militar eficientes na garantia da segurança e na investigação dos crimes, afirme em proporções ainda maiores que elas são violentas e objeto de medo.

Diante dos dados apresentados, fica evidente que o controle da atividade policial precisa sair do discurso e fazer parte do cotidiano das polícias brasileiras. Qualquer democracia no mundo possui uma Polícia forte, que responde a comandos civis e que garante cidadania. A Polícia que queremos não governa pelo medo, mas pela lei.

TABELA 11

Outros crimes letais, por tipo ⁽¹⁾

Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽²⁾	Brasil e Unidades da Federação	Homicídio culposo de trânsito				Mortes acidentais no trânsito (exceto homicídio culposo)				Outras mortes acidentais (exceto homicídio culposo)				Outros crimes resultantes em morte ⁽⁵⁾			
		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾	
		2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015
	Brasil	19.034	15.083	9,4	7,4	4.624	4.489	2,3	2,2	2.340	2.304	1,2	1,1	201	225	0,1	0,1
Grupo 1	Alagoas	166	129	5,0	3,9	127	143	3,8	4,3	2	14	0,1	0,4
	Bahia	819	672	5,4	4,4	803	810	5,3	5,3	270	233	1,8	1,5	23	21	0,2	0,1
	Ceará	815	673	9,2	7,6	407	451	4,6	5,1	35	27	0,4	0,3	75	75	0,8	0,8
	Distrito Federal	324	293	11,4	10,1	113	120	4,0	4,1
	Espírito Santo	424	420	10,9	10,7
	Goiás	1.090	889	16,7	13,4	690	694	10,6	10,5
	Maranhão	533	528	7,8	7,6	407	315	5,9	4,6	57	70	0,8	1,0	19	34	0,3	0,5
	Mato Grosso	484	457	15,0	14,0	130	99	4,0	3,0	48	72	1,5	2,2	19	26	0,6	0,8
	Mato Grosso do Sul	418	356	16,0	13,4	187	129	7,1	4,9
	Minas Gerais
	Pará	1.523	1.413	18,8	17,2	179	161	2,2	2,0
	Paraná ⁽⁶⁾	1.716	...	15,5	68	46	0,6	0,4	11	22	0,1	0,2
	Pernambuco	14	5	0,2	0,1	1	-	0,0	-	116	59	1,3	0,6	14	7	0,2	0,1
	Piauí	373	353	11,7	11,0	433	578	13,6	18,0	20	25	0,6	0,8	5	5	0,2	0,2
	Rio de Janeiro	1.820	1.568	11,1	9,5
	Rio Grande do Norte	172	148	5,0	4,3	31	39	0,9	1,1
	Rio Grande do Sul	1.225	1.006	10,9	8,9	20	24	0,2	0,2
Roraima	12	23	2,4	4,5	131	81	26,4	16,0	2	4	0,4	0,8	
Santa Catarina	1.188	980	17,7	14,4	362	349	5,4	5,1	333	371	5,0	5,4	2	5	0,0	0,1	
São Paulo	4.410	3.560	10,0	8,0	1.212	1.107	2,8	2,5	
Sergipe	366	340	16,5	15,2	-	-	-	-	2	2	0,1	0,1	-	-	-	-	
Grupo 2	Acre
	Amapá	98	75	13,1	9,8	8	4	1,1	0,5	24	33	3,2	4,3	-	3	-	0,4
	Paraíba ⁽⁶⁾	328	427	8,3	10,7	178	207	4,5	5,2	40	41	1,0	1,0	1	-	0,0	-
	Rondônia	223	218	12,8	12,3	103	126	5,9	7,1	90	51	5,1	2,9	21	5	1,2	0,3
	Tocantins	183	201	12,2	13,3	236	209	15,8	13,8	37	34	2,5	2,2	4	-	0,3	-
Grupo 3	Amazonas	310	349	8,0	8,9	6	-	0,2	-	58	79	1,5	2,0	5	8	0,1	0,2

Continua

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno Inexistente

(...) Informação não disponível.

(1) Os dados informados correspondem ao volume de ocorrências policiais registradas e não, necessariamente, indicam o número de vítimas envolvidas.

(2) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados. Grupo 1: maior qualidade das informações; Grupo 2: menor qualidade das informações; Grupo 3: não há como atestar a qualidade dos dados. Maiores detalhes, vide apêndice metodológico.

(3) Por 100 mil habitantes.

(4) Retificação das informações publicadas no Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽²⁾	Brasil e Unidades da Federação	Outros homicídios culposos				Suicídio				Mortes a esclarecer			
		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾	
		2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015
		2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015
	Brasil	1.266	969	0,6	0,5	8.172	8.688	4,0	4,2	7.576	8.396	3,7	4,1
Grupo 1	Alagoas	149	158	4,5	4,7	13	14	0,4	0,4
	Bahia	88	51	0,6	0,3	381	375	2,5	2,5	291	313	1,9	2,1
	Ceará	93	74	1,1	0,8	488	533	5,5	6,0	1.209	1.350	13,7	15,2
	Distrito Federal	18	5	0,6	0,2	136	120	4,8	4,1
	Espírito Santo	157	172	4,0	4,4	51	91	1,3	2,3
	Goiás	74	69	1,1	1,0	268	274	4,1	4,1	1.669	1.887	25,6	28,5
	Maranhão	65	36	0,9	0,5	111	114	1,6	1,7	184	147	2,7	2,1
	Mato Grosso	42	48	1,3	1,5	126	109	3,9	3,3	223	286	6,9	8,8
	Mato Grosso do Sul	28	13	1,1	0,5	168	159	6,4	6,0	897	900	34,2	33,9
	Minas Gerais	1.339	1.279	6,5	6,1
	Pará	42	23	0,5	0,3	240	270	3,0	3,3	122	167	1,5	2,0
	Paraná ⁽⁵⁾	208	156	1,9	1,4	283	322	2,6	2,9	416	444	3,8	4,0
	Pernambuco	247	277	2,7	3,0	928	1.056	10,0	11,3
	Piauí	22	34	0,7	1,1	97	92	3,0	2,9	84	74	2,6	2,3
	Rio de Janeiro	211	141	1,3	0,9	371	377	2,3	2,3
	Rio Grande do Norte	16	23	0,5	0,7
	Rio Grande do Sul	979	938	8,7	8,3	959	1.106	8,6	9,8
Roraima	6	3	1,2	0,6	26	15	5,2	3,0	77	47	15,5	9,3	
Santa Catarina	61	42	0,9	0,6	595	630	8,8	9,2	
São Paulo	225	198	0,5	0,4	1.719	2.058	3,9	4,6	
Sergipe	25	26	1,1	1,2	29	28	1,3	1,2	-	-	-	-	
Grupo 2	Acre
	Amapá	3	3	0,4	0,4	17	19	2,3	2,5	4	6	0,5	0,8
	Paraíba ⁽⁶⁾	9	6	0,2	0,2	47	119	1,2	3,0	17	11	0,4	0,3
	Rondônia	5	7	0,3	0,4	64	86	3,7	4,9	272	283	15,6	16,0
	Tocantins	8	8	0,5	0,5	54	43	3,6	2,8	114	109	7,6	7,2
Grupo 3	Amazonas	17	3	0,4	0,1	81	121	2,1	3,1	46	105	1,2	2,7

Conclusão

(5) No Paraná, a natureza de morte a esclarecer somente é possível de ser utilizada no ato do atendimento no local dos fatos (ocorrências), nos casos em que o policial não possui elementos suficientes para identificar qual a natureza criminal do delito. Contudo, quando esses fatos são estratificados segundo a contagem de vítimas, não mais existe a natureza de "morte a esclarecer", uma vez que a Autoridade Policial Judiciária deve, em um prazo máximo de 60 (sessenta) dias, apresentar a tipificação ou desqualificação criminal da morte ocorrida.

(6) Na Paraíba, morte a esclarecer trata-se de vítima que não apresenta vestígios de violência, aquelas em que as famílias reclamam de erros médicos, encontro de cadáver sem vestígios aparentes de violência (e outras situações como afogamento), dependendo de laudos periciais para determinar a causa morte. Todos os casos nestas linhas são passíveis de esclarecimentos, deste modo, são registrados Boletins de Ocorrência designando "morte a esclarecer", e após investigações advindas de Inquérito Policial, caso se configure que houve um vestígio de crime, a tipificação é comunicada ao setor e os dados são atualizados no sistema.

TABELA 12

Roubos e furtos de veículos ⁽¹⁾

Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽²⁾	Brasil e Unidades da Federação	Roubo de veículo ⁽³⁾				Furto de veículo ⁽³⁾				Roubo e Furto de Veículo			
		Ns. Absolutos		Taxas ⁽⁴⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽⁴⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽⁴⁾	
		2014 ⁽⁵⁾	2015	2014 ⁽⁵⁾	2015	2014 ⁽⁵⁾	2015	2014 ⁽⁵⁾	2015	2014 ⁽⁵⁾	2015	2014 ⁽⁵⁾	2015
	Brasil	242.726	242.097	280,0	267,0	270.297	267.881	311,8	295,4	513.023	509.978	591,7	562,4
Grupo 1	Alagoas	3.690	3.153	549,4	439,4	863	751	128,5	104,7	4.553	3.904	677,9	544,1
	Bahia	14.582	14.448	425,8	397,0	5.478	5.536	160,0	152,1	20.060	19.984	585,7	549,1
	Ceará	...	9.411	...	338,7	...	4.839	...	174,2	...	14.250	...	512,8
	Distrito Federal	7.124	4.808	449,1	291,5	8.353	6.490	526,6	393,4	15.477	11.298	975,7	684,9
	Espírito Santo	3.343	2.963	198,4	168,6	3.456	3.068	205,1	174,6	6.799	6.031	403,4	343,2
	Goiás	12.740	16.304	376,2	459,8	10.455	11.990	308,7	338,2	23.195	28.294	684,9	798,0
	Maranhão	3.347	4.065	248,8	278,4	1.735	2.240	129,0	153,4	5.082	6.305	377,7	431,8
	Mato Grosso	4.338	3.541	255,6	197,2	4.026	3.614	237,2	201,2	8.364	7.155	492,9	398,4
	Mato Grosso do Sul	1.150	991	85,9	70,5	3.569	3.697	266,5	262,9	4.719	4.688	352,3	333,4
	Minas Gerais	9.958	11.687	105,5	118,3	25.918	27.470	274,6	278,1	35.876	39.157	380,2	396,4
	Pará	4.970	5.643	313,4	327,5	2.136	2.718	134,7	157,7	7.106	8.361	448,1	485,2
	Paraná	8.539	9.242	127,1	132,8	16.453	17.232	245,0	247,6	24.992	26.474	372,1	380,4
	Pernambuco	7.980	10.436	310,6	384,3	4.305	4.348	167,6	160,1	12.285	14.784	478,2	544,4
	Piauí	2.866	2.876	302,4	280,7	1.456	1.641	153,7	160,2	4.322	4.517	456,1	440,9
	Rio de Janeiro	32.652	31.035	552,0	501,8	17.684	16.944	298,9	274,0	50.336	47.979	850,9	775,8
	Rio Grande do Norte	2.677	2.892	256,5	260,3	894	923	85,7	83,1	3.571	3.815	342,2	343,4
	Rio Grande do Sul	13.760	18.142	221,3	280,9	18.962	20.409	305,0	316,1	32.722	38.551	526,2	597,0
	Roraima	256	212	143,2	111,0	571	495	319,3	259,1	827	707	462,5	370,1
Santa Catarina	3.264	3.463	73,4	74,9	13.781	14.031	310,0	303,5	17.045	17.494	383,4	378,4	
São Paulo	98.763	78.659	384,0	295,7	122.769	110.690	477,4	416,0	221.532	189.349	861,4	711,7	
Sergipe	2.013	2.210	323,3	333,9	788	881	126,6	133,1	2.801	3.091	449,9	467,0	
Grupo 2	Acre	156	398	69,8	166,1	81	49	36,2	20,4	237	447	106,0	186,5
	Amapá	254	378	154,0	216,8	639	1.059	387,4	607,5	893	1.437	541,4	824,3
	Paraíba	2.178	3.154	210,2	282,9
	Rondônia	1.235	1.795	151,2	207,3	2.666	3.304	326,3	381,6	3.901	5.099	477,5	588,9
	Tocantins	474	564	82,9	92,2	1.421	1.595	248,4	260,6	1.895	2.159	331,3	352,8
Grupo 3	Amazonas	2.595	2.781	343,4	349,8	1.838	1.867	243,2	234,9	4.433	4.648	586,6	584,7

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Os dados informados correspondem ao volume de ocorrências policiais registradas.

(2) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados. Grupo 1: maior qualidade das informações; Grupo 2: menor qualidade das informações; Grupo 3: não há como atestar a qualidade dos dados informados. Maiores detalhes, vide apêndice metodológico.

(3) As taxas de roubo e furto de veículos foram calculadas a partir da frota de veículos informada pelo Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em dezembro/2014 e dezembro/2015.

(4) Por 100 mil veículos.

(5) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

TABELA 13

Crimes violentos não letais contra o patrimônio ⁽¹⁾, por tipo
Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽²⁾	Brasil e Unidades da Federação	Roubo a instituição financeira ⁽³⁾				Roubo de carga			
		Ns. Absolutos		Taxas ⁽⁴⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽⁵⁾	
		2014 ⁽⁶⁾	2015	2014 ⁽⁶⁾	2015	2014 ⁽⁶⁾	2015	2014 ⁽⁶⁾	2015
	Brasil	1.592	1.750	2,1	2,6	16.475	18.491	8,1	9,0
Grupo 1	Alagoas	41	21	5,1	2,8	75	95	2,3	2,8
	Bahia	74	136	1,9	3,9	326	436	2,2	2,9
	Ceará	...	18	...	1,1	...	212	...	2,4
	Distrito Federal	9	8	0,4	0,5	43	31	1,5	1,1
	Espírito Santo	36	41	2,5	2,9	21	28	0,5	0,7
	Goiás	97	114	3,9	5,0	337	514	5,2	7,8
	Maranhão	164	152	12,1	11,7	42	48	0,6	0,7
	Mato Grosso	22	33	2,0	3,3	24	17	0,7	0,5
	Mato Grosso do Sul	15	10	1,4	1,0	1	2	0,0	0,1
	Minas Gerais	119	111	1,5	1,5	471	653	2,3	3,1
	Pará	26	24	1,5	1,4	80	147	1,0	1,8
	Paraná ⁽⁷⁾	389	453	8,1	10,5
	Pernambuco	20	38	0,9	1,8	282	150	3,0	1,6
	Piauí	18	6	2,3	0,9	4	9	0,1	0,3
	Rio de Janeiro	72	60	1,2	1,1	5.890	7.225	35,8	43,7
	Rio Grande do Norte	11	51	1,2	6,1	13	15	0,4	0,4
	Rio Grande do Sul	48	77	0,9	1,4	162	274	1,4	2,4
	Roraima
Santa Catarina	90	81	2,8	2,8	109	96	1,6	1,4	
São Paulo	182	159	0,9	0,9	8.518	8.490	19,3	19,1	
Sergipe ⁽⁷⁾	46	30	7,1	4,7	51	36	2,3	1,6	
Grupo 2	Acre	4	8	1,5	3,1
	Amapá
	Paraíba	35	35	3,5	3,9	3	3	0,1	0,1
	Rondônia	6	7	1,1	1,5	6	3	0,3	0,2
	Tocantins	34	26	5,4	4,7	11	7	0,7	0,5
Grupo 3	Amazonas	34	51	3,1	4,9	6	-	0,2	-

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Banco Central do Brasil; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno Inexistente

(...) Informação não disponível.

(1) Os dados informados correspondem ao volume de ocorrências policiais registradas.

(2) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados. Grupo 1: maior qualidade das informações; Grupo 2: menor qualidade das informações; Grupo 3: não há como atestar a qualidade dos dados informados. Maiores detalhes, vide apêndice metodológico.

(3) A taxa de roubo a instituição financeira foi calculada a partir da relação de agências

bancárias, postos de atendimento bancário - PAB, postos avançados de atendimento - PAA e postos de atendimento bancário eletrônico - PAE informados pelo Banco Central em dezembro de 2013 e 2014.

(4) Por 100 instituições financeiras.

(5) Por 100 mil habitantes.

(6) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

(7) Inclui empresas de transporte de valores.

TABELA 14

Leis especiais ⁽¹⁾, por tipo

Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽²⁾	Brasil e Unidades da Federação	Entorpecentes - Tráfico				Entorpecentes - Posse e Uso				Porte ilegal de arma de fogo			
		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾	
		2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015
	Brasil	154.281	160.159	76,1	78,3	102.376	107.008	50,5	52,3	47.714	49.072	23,5	24,0
Grupo 1	Alagoas	1.173	1.276	35,3	38,2	263	408	7,9	12,2	975	889	29,4	26,6
	Bahia	5.116	5.549	33,8	36,5	3.835	3.915	25,4	25,7	2.601	2.733	17,2	18,0
	Ceará	4.032	4.643	45,6	52,1	2.986	2.982	33,8	33,5	3.612	3.698	40,8	41,5
	Distrito Federal	2.329	2.911	81,7	99,9	5.298	7.301	185,7	250,5	1.559	1.543	54,7	52,9
	Espírito Santo	5.849	5.995	150,6	152,5	4.784	3.395	123,1	86,4	2.625	2.180	67,6	55,5
	Goiás ⁽⁵⁾	6.959	6.732	106,7	101,8	8.305	8.191	127,3	123,9	5.185	5.433	79,5	82,2
	Maranhão	1.419	1.893	20,7	27,4	821	1.117	12,0	16,2	1.120	1.609	16,3	23,3
	Mato Grosso	2.905	2.663	90,1	81,5	2.872	3.919	89,1	120,0	1.412	1.879	43,8	57,5
	Mato Grosso do Sul	3.007	3.312	114,8	124,9	2.642	3.147	100,9	118,7	1.106	1.113	42,2	42,0
	Minas Gerais	26.298	26.687	126,8	127,9	18.442	19.348	88,9	92,7	5.244	5.295	25,3	25,4
	Pará	4.613	4.895	56,9	59,6	2.235	2.558	27,6	31,2	2.031	2.246	25,1	27,4
	Paraná	8.975	8.865	81,0	79,4	11.017	11.870	99,4	106,3	5.379	5.312	48,5	47,6
	Pernambuco	5.329	4.760	57,4	50,9	3.616	5.755	39,0	61,6	2.064	2.211	22,2	23,7
	Piauí	488	706	15,3	22,0	329	448	10,3	14,0	545	561	17,1	17,5
	Rio de Janeiro	12.277	13.791	74,6	83,3	11.760	11.776	71,4	71,2	4.861	4.682	29,5	28,3
	Rio Grande do Norte	366	369	10,7	10,7	119	195	3,5	5,7	220	250	6,5	7,3
	Rio Grande do Sul	9.902	8.984	88,4	79,9	13.529	11.116	120,7	98,8	2.442	2.384	21,8	21,2
Roraima	105	131	21,1	25,9	82	256	16,5	50,6	64	42	12,9	8,3	
Santa Catarina	5.664	6.754	84,2	99,0	4.858	5.450	72,2	79,9	1.161	1.441	17,3	21,1	
São Paulo	41.563	44.364	94,4	99,9	
Sergipe	545	457	24,6	20,4	240	244	10,8	10,9	542	521	24,4	23,2	
Grupo 2	Acre
	Amapá	293	288	39,0	37,6	375	308	49,9	40,2	149	167	19,8	21,8
	Paraíba	589	608	14,9	15,3	840	805	21,3	20,3	1.195	1.226	30,3	30,9
	Rondônia	1.031	1.004	59,0	56,8	1.310	1.189	74,9	67,2	728	630	41,6	35,6
	Tocantins	668	590	44,6	38,9	471	319	31,5	21,1	282	320	18,8	21,1
Grupo 3	Amazonas	2.786	1.932	71,9	49,1	1.347	996	34,8	25,3	612	707	15,8	18,0

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Os dados informados correspondem ao volume de ocorrências policiais registradas.

(2) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados (vide apêndice metodológico).

(3) Por 100 mil habitantes.

(4) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

(5) Inclui as ocorrências de "Porte ilegal de arma de fogo de uso permitido" e "Posse ou porte ilegal de arma de fogo de uso restrito".

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de retificações enviadas pelo estado do Mato Grosso em 04 de novembro de 2016.

TABELA 15

Crimes contra a liberdade sexual ⁽¹⁾, por tipo
Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽²⁾	Brasil e Unidades da Federação	Estupro ⁽³⁾				Tentativa de estupro ⁽⁴⁾			
		Ns. Absolutos		Taxas ⁽⁵⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽⁵⁾	
		2014 ⁽⁶⁾	2015	2014 ⁽⁶⁾	2015	2014 ⁽⁶⁾	2015	2014 ⁽⁶⁾	2015
	Brasil	50.438	45.460	24,9	22,2	7.846	6.988	3,9	3,4
Grupo 1	Alagoas	565	516	17,0	15,4	70	62	2,1	1,9
	Bahia	2.712	2.428	17,9	16,0	327	286	2,2	1,9
	Ceará	1.687	1.580	19,1	17,7	190	234	2,1	2,6
	Distrito Federal	777	624	27,2	21,4	87	75	3,1	2,6
	Espírito Santo	238	203	6,1	5,2	196	181	5,0	4,6
	Goiás	605	537	9,3	8,1	472	393	7,2	5,9
	Maranhão	1.019	952	14,9	13,8	268	232	3,9	3,4
	Mato Grosso	1.300	1.478	40,3	45,3	142	188	4,4	5,8
	Mato Grosso do Sul	1.414	1.429	54,0	53,9	135	155	5,2	5,8
	Minas Gerais	4.001	3.970	19,3	19,0	750	696	3,6	3,3
	Pará	2.927	2.751	36,1	33,5	185	177	2,3	2,2
	Paraná	4.298	4.120	38,8	36,9	502	532	4,5	4,8
	Pernambuco	2.231	1.892	24,0	20,2	343	241	3,7	2,6
	Piauí	481	539	15,1	16,8	113	118	3,5	3,7
	Rio de Janeiro	5.676	4.887	34,5	29,5	596	488	3,6	2,9
	Rio Grande do Norte	323	320	9,5	9,3	14	20	0,4	0,6
	Rio Grande do Sul	3.176	1.754	28,3	15,6	842	511	7,5	4,5
	Roraima	278	180	55,9	35,6	47	42	9,5	8,3
Santa Catarina	2.832	2.695	42,1	39,5	655	697	9,7	10,2	
São Paulo	10.026	9.265	22,8	20,9	1.422	1.335	3,2	3,0	
Sergipe	510	442	23,0	19,7	47	44	2,1	2,0	
Grupo 2	Acre	478	524	60,5	65,2
	Amapá	343	286	45,7	37,3	23	18	3,1	2,3
	Paraíba	367	290	9,3	7,3	22	20	0,6	0,5
	Rondônia	778	692	44,5	39,1	86	80	4,9	4,5
	Tocantins	425	380	28,4	25,1	51	50	3,4	3,3
Grupo 3	Amazonas	971	726	25,1	18,4	261	113	6,7	2,9

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Os dados informados correspondem ao volume de ocorrências policiais registradas e não, necessariamente, indicam o número de vítimas envolvidas.

(2) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados. Grupo 1: maior qualidade das informações; Grupo 2: menor qualidade das informações; Grupo 3: não há como atestar a qualidade dos dados informados. Maiores detalhes, vide apêndice metodológico.

(3) A Lei Federal 12.015/2009 altera a conceituação de "estupro", passando a incluir, além da conjunção carnal, os "atos libidinosos" e "atentados violentos ao pudor".

(4) "Tentativa de estupro" passa, portanto, a incluir "tentativa de atentado violento ao pudor".

(5) Por 100 mil habitantes.

(6) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

Combate à violência de gênero e proteção dos direitos das mulheres

Marina Pinheiro

Em setembro do ano de 2016 a pesquisa do Fórum Brasileiro de Segurança Pública em parceria com o Datafolha revelou que, no Brasil, 30% dos homens e mulheres concordam com a afirmação: “A mulher que usa roupas provocantes não pode reclamar se for estuprada”.¹

A revelação é preocupante, ainda mais considerando que o ano de 2016 foi marcado por episódios de estupro coletivo que chocaram o país, como o caso em que uma adolescente de 16 anos foi estuprada por cerca de 30 homens no Rio de Janeiro e o caso de Castelo do Piauí (PI) em que quatro adolescentes foram vítimas do mesmo tipo de crime e atiradas de um penhasco.²

No ano de 2015 o Disque 180, a central de atendimento para mulheres que recebe denúncias de violência, reclamações sobre os serviços de rede de atendimento à mulher e que fornece orientação sobre direitos das mulheres e a legislação, divulgou um aumento de 129% no número total de relatos de violências sexuais (estupro, assédio, exploração sexual), representando uma média de 9,53 registros por dia.³

Tanto a repercussão de crimes sexuais cometidos contra mulheres como o aumento dos relatos indicam que há um avanço em relação ao reconhecimento das graves violações de direitos humanos cometidas contra mulheres.

Os dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública registram 45.460 casos de estupro em 2015, uma redução de 10% em relação a 2014 em que foram registradas 50.438 ocorrências.⁴ Os números são referentes a estupros de mulheres e de homens⁵, embora as mulheres sejam as maiores vítimas, o registro do Sinan mostra que 89% das vítimas são do sexo feminino⁶.

Mesmo considerando a redução dos casos de estupro de 2014 a 2015, os números continuam muito elevados. Os estados com as maiores taxas são: Acre, com uma taxa de 60,5, seguido de Mato Grosso do Sul (53,9), Mato Grosso (45,3), Santa Catarina (39,5), Paraná (36,9) e Roraima (35,6). Em números absolutos os maiores números de registros de estupro foram em São Paulo (9.265), no Rio de Janeiro (4.887 casos) e Paraná (4.120).

1 Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Datafolha, “#APolíciaPrecisaFalarSobreEstupro, Percepção sobre violência sexual e atendimento a mulheres vítimas nas instituições policiais”, Setembro, 2016.

2 Moraes, C., “Compartilhar estupro coletivo nas redes, a nova versão da barbárie brasileira”, http://brasil.elpais.com/brasil/2016/05/26/politica/1464275134_153470.html, El País, 17 de junho de 2016.

3 SPM, “Balanço 2015: Uma década de conquistas”, Ligue 180 Central de Atendimento à Mulher,

4 Fórum Brasileiro de Segurança Pública, Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

5 Desde 2009 a tipificação de estupro inclui a agressão a homens.

6 Agência Patrícia Galvão, “Dossiê Violência Contra as Mulheres, Violência Sexual”, Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-sexual/>

Os números são ainda mais alarmantes se levarmos em conta a subnotificação. Assim como a culpabilização das vítimas de estupro, respostas negativas das autoridades e as descrenças aos relatos de abuso afetam a decisão das vítimas em denunciar.

Chama a atenção que os números de relatos de violência no Disque 180 estejam evoluindo em sentido contrário ao da notificação de crimes de estupro. O aumento dos relatos no Disque 180 poderia ser atribuído a um maior reconhecimento dos seus direitos e abusos por parte das mulheres. No entanto seria necessário um estudo específico para entender a discrepância entre os dois indicadores, e se

alguma mudança na forma de registro pode ter causado uma distorção nos números de boletins de ocorrências. Ou ainda, se a queda dos números se deve a um aumento na subnotificação, levando em conta que a maioria das pessoas que sofre violência sexual não registra denúncia na polícia. Um estudo do departamento de justiça americano verificou que entre 2005 e 2010, 64% das mulheres vítimas de estupros nos Estados Unidos não reportaram o crime à polícia.⁷ O estudo do IPEA calcula que o número de estupros por ano no Brasil seja de em torno de 527 mil tentativas ou casos de estupros consumados no país, dos quais apenas 10% seriam reportados à polícia⁸.

7 U.S. Department of Justice . Office of Justice Programs - Bureau of Justice Statistics . Female Victims of Sexual Violence, 1994-2010. Março de 2013. Disponível em: <http://www.bjs.gov/content/pub/pdf/fvsv9410.pdf>

8 Cerqueira, D. e Coelho, D. de S.C., "Estupro no Brasil: uma radiografia segundo os dados de saúde" (versão preliminar), Nota Técnica, IPEA, No 11, Brasília, março de 2014.

TABELA 16

Crimes não letais intencionais contra a pessoa ⁽¹⁾, por tipo
Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽²⁾	Brasil e Unidades da Federação	Tentativa de homicídio				Lesão corporal culposa de trânsito				Lesão corporal dolosa			
		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾	
		2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015
	Brasil	50.544	44.881	24,9	21,9	329.798	285.719	162,6	139,7	575.954	522.111	284,0	255,3
Grupo 1	Alagoas	598	703	18,0	21,0	5.804	5.100	174,7	152,7	24	13	0,7	0,4
	Bahia	3.256	2.845	21,5	18,7	8.893	7.309	58,8	48,1	34.001	30.493	224,8	200,6
	Ceará	1.771	1.728	20,0	19,4	2.431	1.871	27,5	21,0	17.239	16.749	194,9	188,1
	Distrito Federal	1.174	996	41,2	34,2	10.713	9.415	375,6	323,0	12.373	11.632	433,8	399,1
	Espírito Santo	3.025	2.467	77,9	62,8	11.474	11.383	295,3	289,7
	Goiás	4.744	4.161	72,7	62,9	9.980	10.582	153,0	160,1	1.022	822	15,7	12,4
	Maranhão	1.268	1.197	18,5	17,3	11.230	9.453	163,9	136,9	14.666	12.488	214,1	180,9
	Mato Grosso	1.920	1.513	59,5	46,3	7.066	6.367	219,1	195,0	12.812	9.516	397,4	291,4
	Mato Grosso do Sul	1.081	967	41,3	36,5	4.888	3.751	186,6	141,5	11.909	12.198	454,6	460,1
	Minas Gerais	5.844	5.156	28,2	24,7	76.046	71.008	366,8	340,3
	Pará	1.739	1.543	21,5	18,8	14.042	11.506	173,3	140,2	23.381	21.865	288,5	266,4
	Paraná	801	792	7,2	7,1	29.938	26.438	270,2	236,8	68.196	59.451	615,4	532,6
	Pernambuco	3.816	3.190	41,1	34,1
	Piauí	614	625	19,2	19,5	3.073	4.015	96,2	125,3	5.416	5.436	169,5	169,7
	Rio de Janeiro	4.633	3.976	28,1	24,0	34.135	29.753	207,4	179,8	73.534	64.975	446,7	392,6
	Rio Grande do Norte	340	337	10,0	9,8	5.340	2.803	156,7	81,4	2.689	2.222	78,9	64,6
	Rio Grande do Sul	4.059	4.062	36,2	36,1	82	68	0,7	0,6
Roraima	186	110	37,4	21,8	2.698	2.209	542,9	436,9	2.871	1.555	577,7	307,5	
Santa Catarina	1.472	1.327	21,9	19,5	17.713	14.671	263,3	215,1	24.126	21.906	358,6	321,2	
São Paulo	5.470	4.466	12,4	10,1	133.256	113.180	302,6	254,9	152.546	138.807	346,4	312,7	
Sergipe	231	382	10,4	17,0	2.961	3.416	133,4	152,3	3.932	3.711	177,2	165,5	
Grupo 2	Acre
	Amapá	361	339	48,1	44,2	274	...	36,5
	Paraíba	372	300	9,4	7,6	207	157	5,2	4,0	2.596	2.384	65,8	60,0
	Rondônia	894	908	51,1	51,4	13.965	13.274	798,7	750,7	10.565	9.468	604,2	535,5
	Tocantins	349	356	23,3	23,5	2.320	2.117	155,0	139,7	2.730	2.055	182,4	135,6
Grupo 3	Amazonas	526	435	13,6	11,0	8.789	8.264	226,9	209,8	11.806	11.974	304,8	304,0

Continua

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno Inexistente

(...) Informação não disponível.

(1) Os dados informados correspondem ao volume de ocorrências policiais registradas e não, necessariamente, indicam o número de vítimas envolvidas.

(2) Grupos segundo qualidade estimada dos dados registrados. Grupo 1: maior qualidade das informações; Grupo 2: menor qualidade das informações; Grupo 3: não há como atestar a qualidade dos dados. Maiores detalhes, vide apêndice metodológico.

Grupos de Estados segundo qualidade dos dados ⁽²⁾	Brasil e Unidades da Federação	Outras lesões corporais culposas				Outros crimes resultantes em lesão corporal			
		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾		Ns. Absolutos		Taxas ⁽³⁾	
		2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015	2014 ⁽⁴⁾	2015
	Brasil	18.791	16.976	9,3	8,3	10.547	10.050	5,2	4,9
Grupo 1	Alagoas	-	-	-	-	-	-	-	-
	Bahia	2.136	1.876	14,1	12,3	979	865	6,5	5,7
	Ceará	6	5	0,1	0,1	-	-	-	-
	Distrito Federal
	Espírito Santo
	Goiás	223	192	3,4	2,9
	Maranhão	1.016	867	14,8	12,6	259	211	3,8	3,1
	Mato Grosso	776	1.559	24,1	47,7	1.428	1.516	44,3	46,4
	Mato Grosso do Sul	254	248	9,7	9,4
	Minas Gerais
	Pará
	Paraná	593	607	5,4	5,4	293	356	2,6	3,2
	Pernambuco	54	38	0,6	0,4
	Piauí	247	410	7,7	12,8	2	-	0,1	-
	Rio de Janeiro	1.908	1.529	11,6	9,2
	Rio Grande do Norte	161	231	4,7	6,7
	Rio Grande do Sul	3.293	2.657	29,4	23,6
Roraima	108	21	21,7	4,2	13	255	2,6	50,4	
Santa Catarina	3.051	2.420	45,4	35,5	6.850	6.196	101,8	90,9	
São Paulo	3.945	3.461	9,0	7,8	
Sergipe	109	103	4,9	4,6	34	22	1,5	1,0	
Grupo 2	Acre
	Amapá	147	80	19,6	10,4	12	64	1,6	8,3
	Paraíba	113	147	2,9	3,7	103	66	2,6	1,7
	Rondônia	646	506	36,9	28,6	427	380	24,4	21,5
	Tocantins	54	54	3,6	3,6	93	81	6,2	5,3
Grupo 3	Amazonas	5	3	0,1	0,1	-	-	-	-

Conclusão

(3) Por 100 mil habitantes.

(4) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

TABELA 17

Mortes por agressão, por instrumento utilizado
Brasil e Unidades da Federação – 2014

Brasil e Unidade da Federação	Arma de Fogo	Objeto Cortante (Arma Branca)	Outros	Total
Brasil	42.755	12.102	4.824	59.681
Acre	116	102	14	232
Alagoas	1.821	256	20	2.097
Amapá	148	104	4	256
Amazonas	759	370	107	1.236
Bahia	4.652	881	364	5.897
Ceará	3.800	646	182	4.628
Distrito Federal	706	162	78	946
Espírito Santo	1.291	259	58	1.608
Goias	1.993	640	171	2.804
Maranhão	1.675	642	116	2.433
Mato Grosso	856	409	99	1.364
Mato Grosso do Sul	355	238	104	697
Minas Gerais	3.363	1.000	336	4.699
Pará	2.327	919	226	3.472
Paraíba	1.250	219	77	1.546
Paraná	2.083	665	214	2.962
Pernambuco	2.543	732	87	3.362
Piauí	456	226	40	722
Rio de Janeiro	3.656	382	1.374	5.412
Rio Grande do Norte	1.316	206	85	1.607
Rio Grande do Sul	2.052	475	178	2.705
Rondônia	398	125	49	572
Roraima	47	75	38	160
Santa Catarina	496	292	75	863
São Paulo	3.536	1.750	654	5.940
Sergipe	896	157	43	1.096
Tocantins	164	170	31	365

Conclusão

Fonte: Ministério da Saúde/DATASUS; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GRÁFICO 05

Mortes por agressão, por instrumento utilizado

Brasil e Unidades da Federação – 2014

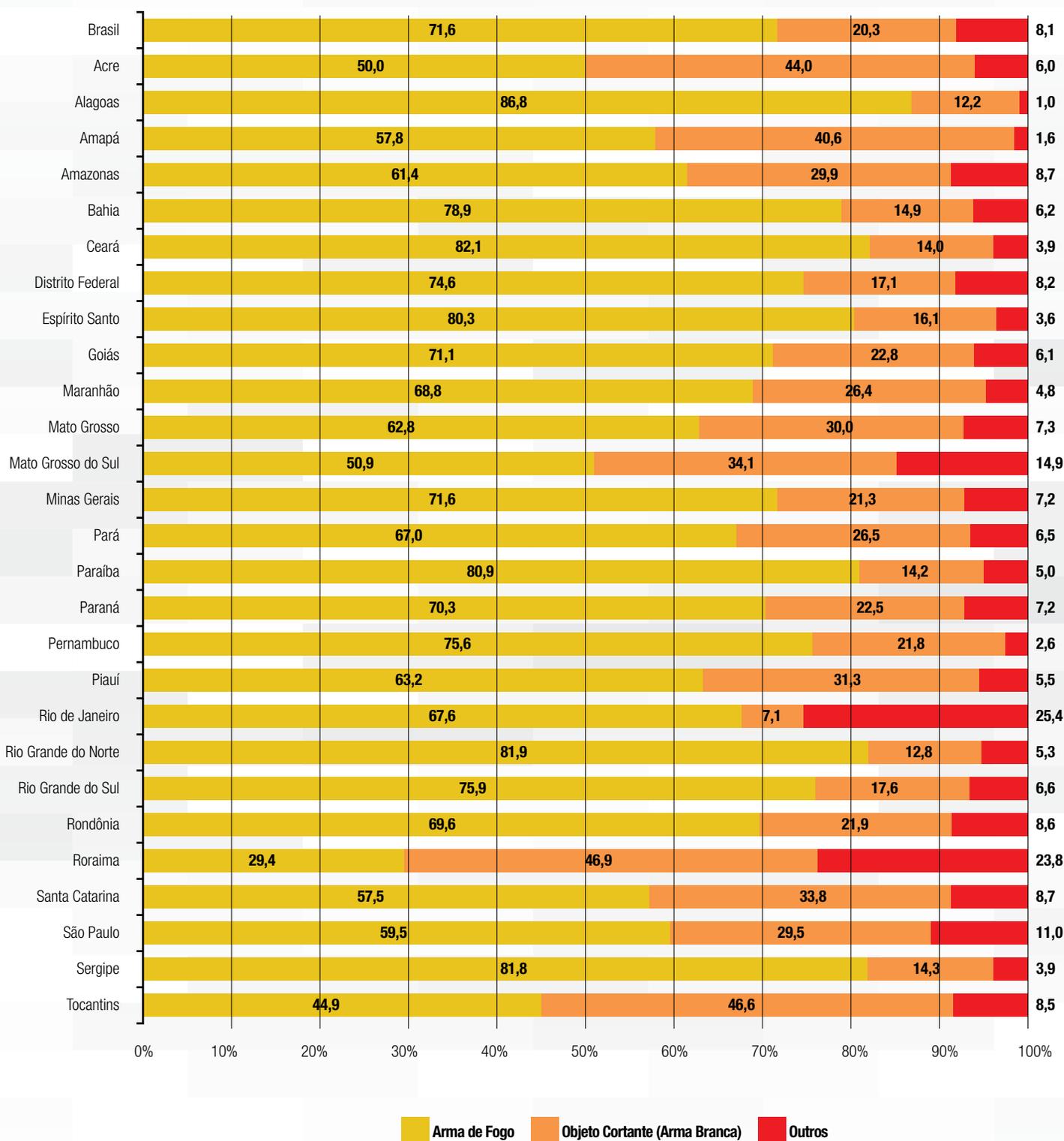


TABELA 18

Apreensão de armas de fogo, em ns. Absolutos

Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Brasil e Unidades da Federação	Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal		Total		Variação percentual
	Ns. Absolutos		Ns. Absolutos		Ns. Absolutos		Ns. Absolutos		
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	
Brasil	108.888	97.528	8.762	10.653	1.697	2.146	119.347	110.327	-7,6
Acre	535	...	2	1	537	1	-99,8
Alagoas	1.472	2.036	5	13	46	93	1.523	2.142	40,6
Amapá	97	...	-	1	41	40	138	41	-70,3
Amazonas	594	668	19	38	14	20	627	726	15,8
Bahia	4.628	5.051	183	19	104	193	4.915	5.263	7,1
Ceará	6.224	6.615	591	4.998	51	62	6.866	11.675	70,0
Distrito Federal	2.302	2.277	1.467	1.658	26	28	3.795	3.963	4,4
Espírito Santo	4.301	4.026	114	100	46	31	4.461	4.157	-6,8
Goias	3.676	...	205	166	50	60	3.931	226	-94,3
Maranhão	1.543	2.252	17	10	64	85	1.624	2.347	44,5
Mato Grosso	2.267	...	208	470	73	89	2.548	559	-78,1
Mato Grosso do Sul	1.021	1.132	353	243	144	99	1.518	1.474	-2,9
Minas Gerais	21.669	23.022	78	86	110	119	21.857	23.227	6,3
Pará	1.155	1.729	219	219	59	121	1.433	2.069	44,4
Paraíba	875	1.187	57	69	36	45	968	1.301	34,4
Paraná	6.864	7.009	215	178	206	150	7.285	7.337	0,7
Pernambuco	6.670	5.008	146	142	25	41	6.841	5.191	-24,1
Piauí	991	1.059	533	256	46	100	1.570	1.415	-9,9
Rio de Janeiro	8.649	8.956	177	165	73	147	8.899	9.268	4,1
Rio Grande do Norte	533	539	434	369	63	70	1.030	978	-5,0
Rio Grande do Sul	7.912	...	170	370	87	124	8.169	494	-94,0
Rondônia	881	1.000	36	131	40	196	957	1.327	38,7
Roraima	151	66	3	2	23	29	177	97	-45,2
Santa Catarina	3.940	4.320	17	16	54	79	4.011	4.415	10,1
São Paulo	18.036	17.635	3.494	908	135	62	21.665	18.605	-14,1
Sergipe	1.247	1.353	19	25	53	40	1.319	1.418	7,5
Tocantins	655	588	-	-	28	23	683	611	-10,5

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Federal; Polícia Rodoviária; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

TABELA 19

Apreensão de armas de fogo, em porcentagem

Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Brasil e Unidades da Federação	Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social		Polícia Federal		Polícia Rodoviária Federal	
	%		%		%	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Brasil	91,2	88,4	7,3	9,7	1,4	1,9
Acre
Alagoas	96,7	95,1	0,3	0,6	3,0	4,3
Amapá	70,3	...	-	...	29,7	...
Amazonas	94,7	92,0	3,0	5,2	2,2	2,8
Bahia	94,2	96,0	3,7	0,4	2,1	3,7
Ceará	90,6	56,7	8,6	42,8	0,7	0,5
Distrito Federal	60,7	57,5	38,7	41,8	0,7	0,7
Espírito Santo	96,4	96,8	2,6	2,4	1,0	0,7
Goiás	93,5	...	5,2	...	1,3	...
Maranhão	95,0	96,0	1,0	0,4	3,9	3,6
Mato Grosso	89,0	...	8,2	...	2,9	...
Mato Grosso do Sul	67,3	76,8	23,3	16,5	9,5	6,7
Minas Gerais	99,1	99,1	0,4	0,4	0,5	0,5
Pará	80,6	83,6	15,3	10,6	4,1	5,8
Paraíba	90,4	91,2	5,9	5,3	3,7	3,5
Paraná	94,2	95,5	3,0	2,4	2,8	2,0
Pernambuco	97,5	96,5	2,1	2,7	0,4	0,8
Piauí	63,1	74,8	33,9	18,1	2,9	7,1
Rio de Janeiro	97,2	96,6	2,0	1,8	0,8	1,6
Rio Grande do Norte	51,7	55,1	42,1	37,7	6,1	7,2
Rio Grande do Sul	96,9	...	2,1	...	1,1	...
Rondônia	92,1	75,4	3,8	9,9	4,2	14,8
Roraima	85,3	68,0	1,7	2,1	13,0	29,9
Santa Catarina	98,2	97,8	0,4	0,4	1,3	1,8
São Paulo	83,2	94,8	16,1	4,9	0,6	0,3
Sergipe	94,5	95,4	1,4	1,8	4,0	2,8
Tocantins	95,9	96,2	-	-	4,1	3,8

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícia Federal; Polícia Rodoviária; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(...) Informação não disponível.

TABELA 20

Quantidade de armas furtadas ou roubadas e quantidade de registros de armas novas na Segurança Privada

Brasil e Unidades da Federação, 2015 - 2016⁽¹⁾

Brasil e Unidades da Federação	Armas roubadas ou furtadas na segurança privada ⁽¹⁾			Quantidade de registros de armas novas na segurança privada ⁽²⁾
	Roubo	Furto	Total	
Brasil	2.789	1.288	4.077	7.247
Acre	11	13	24	2
Alagoas	34	1	35	46
Amapá	8	5	13	68
Amazonas	47	36	83	119
Bahia	64	21	85	648
Ceará	186	43	229	208
Distrito Federal	33	18	51	1.466
Espírito Santo	7	10	17	216
Goiás	123	57	180	215
Maranhão	55	28	83	10
Mato Grosso	63	54	117	81
Mato Grosso do Sul	2	20	22	1
Minas Gerais	200	64	264	482
Pará	104	31	135	259
Paraíba	157	25	182	62
Paraná	102	36	138	486
Pernambuco	173	46	219	142
Piauí	41	16	57	164
Rio de Janeiro	453	40	493	374
Rio Grande do Norte	65	39	104	127
Rio Grande do Sul	165	115	280	21
Rondônia	36	4	40	101
Roraima	3	1	4	61
Santa Catarina	60	27	87	107
São Paulo	553	533	1.086	1.681
Sergipe	28	-	28	87
Tocantins	16	5	21	13

Conclusão

Fonte: Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada - Polícia Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Os dados de armas roubadas referem-se a um período de pouco mais de dez meses entre 09/12/2015 e 25/10/2016.

(2) Os dados de registros de novas armas referem-se ao ano de 2015.

TABELA 21

Quantidade de armas furtadas ou roubadas da segurança privada, por tipo

Brasil – 2015 - 2016⁽¹⁾

Tipo de arma	Quantidade de armas roubadas ou furtadas
Total	4.077
Revólver .38	3.830
Espingarda 12	181
Pistola 380	59
Carabina 38	5
Revólver .32	1
Rifle 38	1

Conclusão

Fonte: Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada - Polícia Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Os dados referem-se a um período de pouco mais de dez meses entre 09/12/2015 e 25/10/2016.

A entrada de armas de fogo no mercado legal - O crescimento da demanda por armas de fogo

Ivan C. Marques e Natália Pollachi

Nos últimos anos vem avançando o consenso¹ internacional de que a arma pessoal não garante segurança individual e, pelo contrário, prejudica a segurança pública e aumenta o risco a que seu proprietário se expõe nas eventuais reações a crimes. A aferição do caso brasileiro² é de que a reação armada a um crime implica em um risco 56% maior e está presente mesmo entre policiais treinados que, segundo este Anuário, são três vezes mais vitimados na folga. No entanto, na contramão do consenso, a demanda por armas de fogo no Brasil vem crescendo.

Este crescimento parece estar mais relacionado à sensação de insegurança do que à real variação dos índices de homicídio. Em São Paulo, por exemplo, esta sensação de insegurança continua aumentando apesar dos índices de homicídio estarem caindo³ sendo fortemente impactada por outros fatores incluindo a cobertura da mídia, outras modalidades criminais (como roubo) e pelo grau de confiança na eficiência das instituições de segurança.

O temor é que se repita o que foi descrito pelo Ipea – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada que observou⁴ que as décadas de 1980 e 1990 foram marcadas pela falta de confiança da população na capacidade estatal de prover segurança, resultando em um aumento

expressivo do número de armas de fogo em circulação no Brasil.

Infelizmente, a ilusão de que armados os indivíduos estariam mais seguros tem impactos mais amplos do que o risco individual. A análise da origem das armas apreendidas relacionadas a crimes mostram que seu perfil é próximo do mercado legal, ao menos 61% são de marcas brasileiras, 77% curtas e 64% na capital paulista foram fabricadas antes de 2003⁵ mostrando que as armas que entraram em circulação sob controles frágeis das décadas passadas ainda alimentam a violência que o país vive hoje.

Um fator que dificulta a compreensão desta circulação interna de armas é que, mesmo previsto em lei há 13 anos, os sistemas de dados do Exército e da Polícia Federal ainda não foram integrados, dificultando o acesso das Polícias Estaduais e Federais à parte das informações e permitindo incongruências como, por exemplo, que um cidadão que já tenha tido negada sua solicitação de compra de arma para defesa pessoal pela Polícia Federal consiga este registro junto ao Exército como colecionador sem que este histórico tenha sido parte da análise.

Nesta realidade cindida, as Polícias Estaduais, responsáveis por cerca de 90% das apreensões de armas, deveriam checar e cadastrar estas armas no sistema da PF. A correta

1 Manifesto de especialistas disponível em: <http://migre.me/v2PAg>. Acesso em 28 de out. de 2016.

2 LIMA, Renato; SINHORETTO, Jaqueline; PIETRO-COLLA, Lucci. “Também morre quem atira”. Revista Brasileira de Ciências Criminais, n.29, 2000, p. 372.

3 <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2013/01/pesquisa-aponta-sensacao-recorde-de-inseguranca-entre-paulistanos.html>

4 CERQUEIRA, Daniel, COELHO, Danilo, SIQUEIRA, Roberto. Mapa das Armas de Fogo nas Microrregiões Brasileiras. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), 2013, p. 02-03. Disponível em: <http://migre.me/qWr6G>.

5 Pesquisas disponíveis em: http://soudapaz.org/upload/pdf/pesquisa_an_lise_de_armas_do_sudeste_online.pdf e http://www.soudapaz.org/upload/pdf/relatorio_20_01_2014_alterado_isbn.pdf.

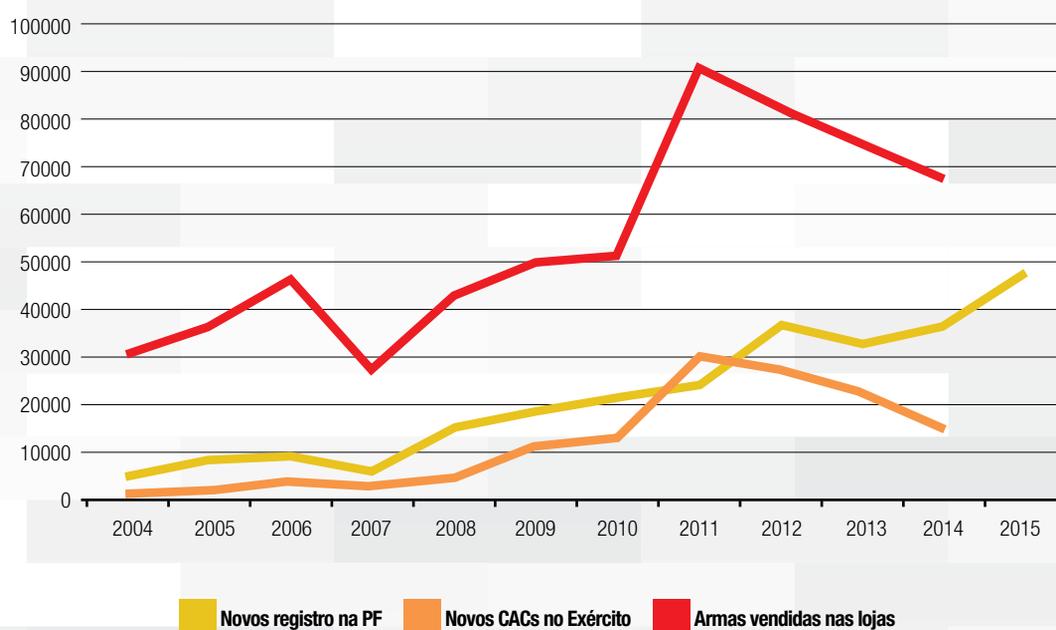
alimentação e análise destes dados permitiria usar a origem das armas como elemento em investigações, responsabilizar desvios propositais e identificar padrões comuns para planejar o policiamento e operações específicas. A Polícia Federal e o Exército, por sua vez, poderiam aprimorar suas análises de concessão de registro e autorizações de venda, direcionar sua fis-

calização e realizar operações que desmontem redes organizadas.

No entanto, mesmo sem esta radiografia das conexões entre mercado legal e ilegal, a concessão de novos registros de armas de fogo pela Polícia Federal vem respondendo à demanda e aumentando de modo preocupante, como observado no gráfico abaixo.

GRÁFICO XX

Evolução da entrada de armas no mercado legal



Fonte: Polícia Federal e Exército Brasileiro. Dados do Exército incompletos para 2015.

Em 2015 a Polícia Federal continua 650.464 registros ativos sendo que o maior aumento de concessão se deu entre civis que já obtiveram 121.496 registros para defesa pessoal sob a nova legislação, para além dos 135.654 colecionadores, atiradores e caçadores registrados junto ao Exército. Como cada registro permite a aquisição de várias armas de acordo com sua categoria, observamos o grande aumento da venda de armas nas lojas autorizadas.

Para o desenvolvimento de um controle de armas de fogo consistente é necessária maior coordenação entre as diversas instâncias envolvidas reconhecendo a lógica integrada do mercado de armas. Também é preciso um realinhamento entre os dados empíricos e as práticas, assim como que sejam retomadas as campanhas nacionais de conscientização sobre o perigo relacionado à posse e ao uso de armas por outras categorias que não profissionais da segurança em serviço.

Panorama das Apreensões de Armas no Brasil em 2016

Bruno Langeani e Natália Pollachi

No segundo ano em que este Anuário compila a quantidade nacional de armas apreendidas no Brasil, chama atenção que menos estados tenham fornecido dados em relação ao ano anterior, impedindo análises de tendências nestes locais e em âmbito federal. Esta falta de informações é sintomática da falta de políticas específicas para a retirada de armas ilegais de circulação na maioria dos estados e da sua inconstância como pauta do âmbito federal.

Depois de uma longa série temporal em que a proporção de homicídios cometidos com armas de fogo mantém-se ao redor de 70%,¹ já é consenso entre pesquisadores e gestores o impacto da circulação de armas na dinâmica da violência no Brasil.² Ainda assim, há muitos estados em que o controle e a retirada de armas ilegais de circulação não são objetos de uma política focalizada, ou seja, acontece circunstancialmente em abordagens policiais ou atendimentos de ocorrências policiais.

Em recente pesquisa sobre as armas apreendidas no Sudeste, foi corroborada a informa-

ção de que a maioria das armas apreendidas relacionadas a crimes são de fabricação nacional (61%).³ Este dado aponta para a urgência de melhoria dos controles de circulação com potencial imediato de impacto, visto que a maioria das armas usadas no crime estão sob jurisdição das nossas autoridades.

A iniciativa de sistematizar esta informação de armas de fogo apreendidas nos dá subsídios para entender a retirada de armas de circulação e também analisar a importância desta política por polícia em cada Estado. Em 14 estados, mais de 90% das apreensões ficam à cargo das polícias estaduais (militar e civil). Em apenas sete as polícias federais são responsáveis por mais de 20% das apreensões, chegando a mais de 40% no Ceará, Distrito Federal e Rio Grande do Norte.

A coleta sistematizada destas informações e sua contextualização junto a outros dados, como os efetivos policiais, a presença ou não de fronteiras, de fluxos internacionais, o perfil das armas apreendidas, entre outros, etc. per-

1 Anuários do FBSP.

2 Manifesto de especialistas disponível em: <http://migre.me/v2PAg>. Acesso em 28 de out. de 2016.

3 A CPI da Câmara dos Deputados em 2006 já identificara que entre 78% e 87% das armas apreendidas eram nacionais. Pesquisa anterior do Instituto Sou da Paz sobre armas apreendidas na capital paulista identificou que 78% eram nacionais.cou que 78% eram nacionais.

mitirão uma maior compreensão destas práticas, seu monitoramento e avaliação.

É possível observar, por exemplo, que há estados que se destacam na apreensão em termos de taxa populacional, como Ceará, Distrito Federal, Minas Gerais e Espírito Santo, com taxas acima de 100 armas apreendidas por 100 mil habitantes. No outro extremo, 10 apresentam taxas abaixo de 50/100 mil habitantes.

As séries históricas são importante para compreender, por exemplo, que São Paulo e Rio de Janeiro, que hoje apresentam respectivamente taxas de 42 e 56/100 mil habitantes, já realizaram um grande esforço de retirada de armas de circulação, política que contribuiu não só para que hoje se encontrem com níveis mais baixos de apreensão, mas também de homicídios. Estados como Espírito Santo, por sua vez, têm realizado este esforço mais recentemente e como parte de uma política integral de redução

de homicídios, com quedas consecutivas em suas taxas.

A grande quantidade de armas brasileiras apreendidas é evidência de que o fluxo do mercado legal para o ilegal é mais curto do que se imagina. Exemplo recente é o relatório da CPI da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro que apontou que, em 10 anos, 17 mil armas foram desviadas de empresas de segurança privada para o crime no Rio de Janeiro. É como se dois anos do trabalho da polícia em termos de apreensão fosse jogado fora por conta de uma categoria.

Com importante exceções que não devem ser ignoradas (como fuzis e submetralhadoras), no geral o acesso criminal a armas não se dá por complexos crimes transnacionais. Ele começa e termina dentro do nosso território, o que faz crescer, portanto, a responsabilidade das autoridades federais e estaduais no combate à sua circulação.

TABELA 22

Crimes violentos letais intencionais (CVLI), por tipo

Capitais - 2014-2015

UF	Capitais	Homicídio Doloso					Lesão Corporal Seguida de Morte				
		Ns. Abs.		Taxa ⁽²⁾		Variação (%)	Ns. Abs.		Taxa ⁽²⁾		Variação (%)
		2014 ⁽³⁾	2015	2014 ⁽³⁾	2015		2014 ⁽³⁾	2015	2014 ⁽³⁾	2015	
	Total Capitais	15.107	14.033	31,3	28,8	-7,9	234	245	0,5	0,5	3,8
SE	Aracaju	260	341	41,7	53,9	29,3	-	-	-	-	-
PA	Belém	694	722	48,4	50,2	3,5	2	6	0,1	0,4	198,6
MG	Belo Horizonte	785	609	31,5	24,3	-22,8	5	4	0,2	0,2	-20,4
RR	Boa Vista ⁽⁴⁾	44	49	14,0	15,3	9,3	-	3	-	0,9	-
DF	Brasília	714	627	25,0	21,5	-14,1	3	6	0,1	0,2	95,7
MS	Campo Grande ⁽⁴⁾	149	129	17,7	15,1	-14,5	3	1	0,4	0,1	-67,1
MT	Cuiabá	245	232	42,6	40,0	-6,1	4	3	0,7	0,5	-25,6
PR	Curitiba	569	449	30,5	23,9	-21,7	10	8	0,5	0,4	-20,6
SC	Florianópolis	46	51	10,0	10,9	8,9	-	3	-	0,6	-
CE	Fortaleza	1.930	1.604	75,0	61,9	-17,5	30	17	1,2	0,7	-43,8
GO	Goiânia ⁽⁴⁾	628	553	44,5	38,7	-13,1	6	3	0,4	0,2	-50,6
PB	João Pessoa	473	462	60,6	58,4	-3,6	1	1	0,1	0,1	-1,4
AP	Macapá	141	141	31,6	30,9	-2,1	1	-	0,2	-	-100,0
AL	Maceió ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	680	511	67,6	50,4	-25,5	4	-	0,4	-	-1,0
AM	Manaus	779	988	38,6	48,0	24,5	17	26	0,8	1,3	50,2
RN	Natal	515	427	59,7	49,1	-17,8	31	52	3,6	6,0	66,2
TO	Palmas	68	98	25,6	35,9	40,3	1	-	0,4	-	-100,0
RS	Porto Alegre	625	645	42,4	43,7	2,9	4	3	0,3	0,2	-25,2
RO	Porto Velho	143	156	28,9	31,0	7,2	2	1	0,4	0,2	-50,9
PE	Recife	490	551	30,5	34,1	11,8	10	5	0,6	0,3	-50,3
AC	Rio Branco	120	114	33,0	30,8	-6,7	2	1	0,5	0,3	-50,9
RJ	Rio de Janeiro	1.237	1.200	19,2	18,5	-3,3	17	11	0,3	0,2	-35,5
BA	Salvador	1.344	1.342	46,3	45,9	-0,8	26	38	0,9	1,3	45,2
MA	São Luís	677	574	63,6	53,5	-16,0	35	32	3,3	3,0	-9,4
SP	São Paulo	1.198	1.057	10,1	8,8	-12,3	11	11	0,1	0,1	-0,6
PI	Teresina	422	327	50,2	38,7	-22,8	7	7	0,8	0,8	-0,4
ES	Vitória	131	74	37,2	20,8	-44,1	2	3	0,6	0,8	48,4

Continua

UF	Capitais	Latrocínio					Crimes Violentos Letais Intencionais ⁽¹⁾				
		Ns. Abs.		Taxa ⁽²⁾		Variação (%)	Ns. Abs.		Taxa ⁽²⁾		Variação (%)
		2014 ⁽³⁾	2015	2014 ⁽³⁾	2015		2014 ⁽³⁾	2015	2014 ⁽³⁾	2015	
Total Capitais		678	730	1,4	1,5	6,8	16.019	15.008	33,2	30,8	-7,1
SE	Aracaju	13	15	2,1	2,4	13,7	273	356	43,8	56,3	28,6
PA	Belém	38	43	2,7	3,0	12,6	734	771	51,2	53,6	4,6
MG	Belo Horizonte	7	11	0,3	0,4	56,4	797	624	32,0	24,9	-22,1
RR	Boa Vista ⁽⁴⁾	2	7	0,6	2,2	243,7	46	59	14,6	18,4	25,9
DF	Brasília	50	49	1,8	1,7	-4,1	767	682	26,9	23,4	-13,0
MS	Campo Grande ⁽⁴⁾	15	9	1,8	1,1	-40,7	167	139	19,8	16,3	-17,8
MT	Cuiabá	13	14	2,3	2,4	6,8	262	249	45,5	42,9	-5,8
PR	Curitiba	25	31	1,3	1,6	23,0	604	488	32,4	26,0	-19,8
SC	Florianópolis	6	4	1,3	0,9	-34,5	52	58	11,3	12,3	9,6
CE	Fortaleza	29	30	1,1	1,2	2,7	1.989	1.651	77,3	63,7	-17,6
GO	Goiânia ⁽⁴⁾	31	30	2,2	2,1	-4,5	665	586	47,1	41,0	-13,0
PB	João Pessoa	4	7	0,5	0,9	72,6	478	470	61,2	59,4	-3,0
AP	Macapá	13	10	2,9	2,2	-24,7	155	151	34,7	33,1	-4,6
AL	Maceió ⁽⁵⁾⁽⁶⁾	16	13	1,6	1,3	-19,4	700	524	69,6	51,7	-25,8
AM	Manaus	45	72	2,2	3,5	57,1	841	1.086	41,6	52,8	26,8
RN	Natal	22	16	2,6	1,8	-27,9	568	495	65,9	56,9	-13,6
TO	Palmas	5	1	1,9	0,4	-80,5	74	99	27,9	36,3	30,2
RS	Porto Alegre	25	35	1,7	2,4	39,6	654	683	44,4	46,2	4,1
RO	Porto Velho	7	8	1,4	1,6	12,3	152	165	30,8	32,8	6,7
PE	Recife	14	15	0,9	0,9	6,6	514	571	32,0	35,3	10,5
AC	Rio Branco	5	7	1,4	1,9	37,5	127	122	34,9	32,9	-5,7
RJ	Rio de Janeiro	51	44	0,8	0,7	-14,0	1.305	1.255	20,2	19,4	-4,2
BA	Salvador	50	64	1,7	2,2	27,2	1.420	1.444	48,9	49,4	1,1
MA	São Luís	23	48	2,2	4,5	106,8	735	654	69,1	60,9	-11,8
SP	São Paulo	150	122	1,3	1,0	-19,2	1.359	1.190	11,4	9,9	-13,0
PI	Teresina	17	25	2,0	3,0	46,4	446	359	53,1	42,5	-19,9
ES	Vitória	2	-	0,6	-	-100,0	135	77	38,3	21,6	-43,6

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) CVLI considera a soma das vítimas de homicídio doloso, lesão corporal seguida de morte e latrocínio.

(2) Por 100 mil habitantes.

(3) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

(4) Informou apenas o número de ocorrências.

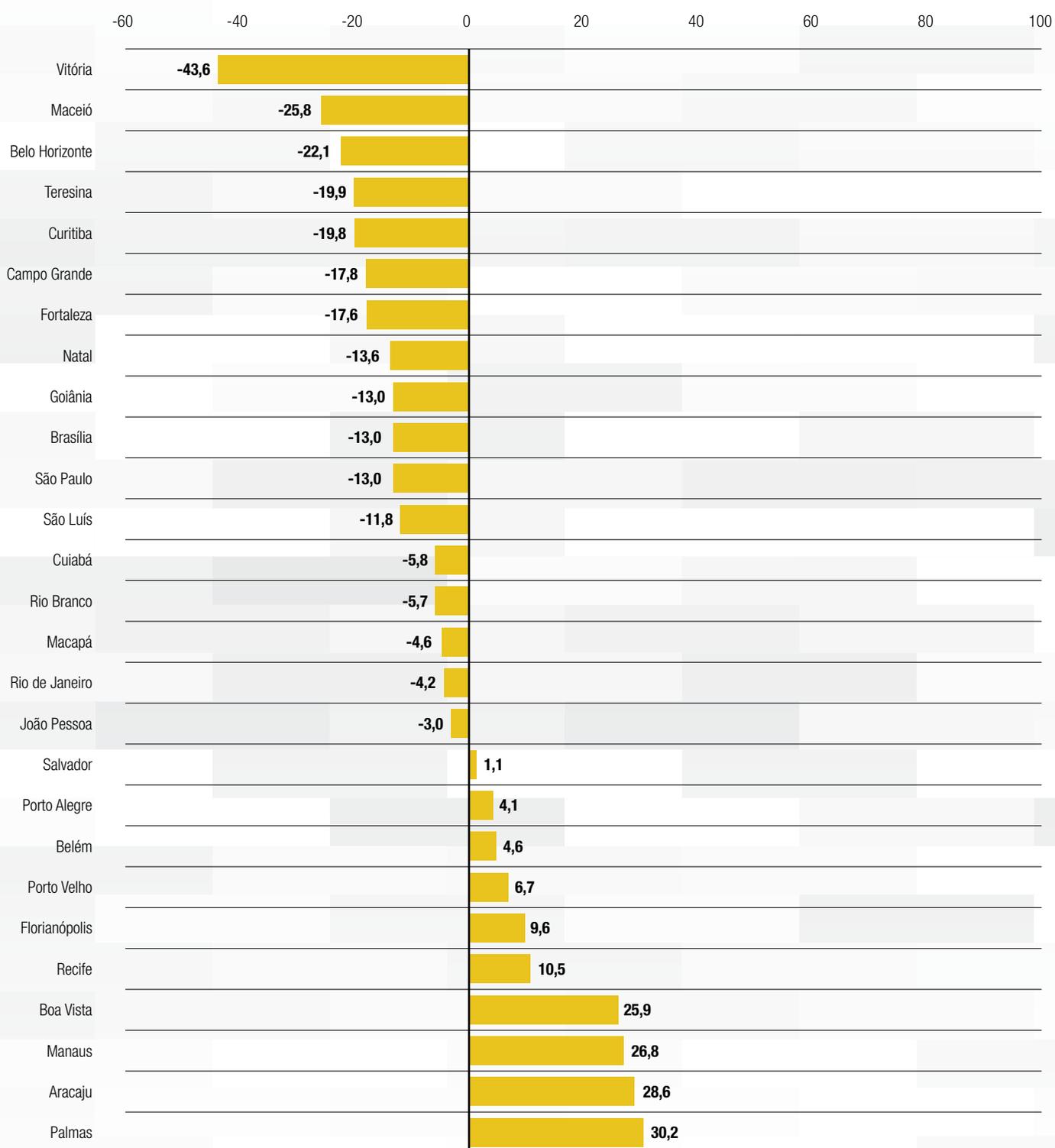
(5) A categoria homicídio doloso em Maceió inclui, no ano de 2014, 2 vítimas de "outros crimes com resultado morte" e 4 no ano de 2015.

(6) A Secretaria de Segurança Pública de Alagoas considera as ocorrências de resistência seguida de morte no cálculo do CVLI. Para fins de comparação com os demais estados, foram subtraídas 34 ocorrências de resistência de Maceió no ano de 2014 e 42 no ano de 2015.

GRÁFICO 06

Variação da taxa de CVLI

Capitais – 2014-2015



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

TABELA 23

Crime contra a liberdade sexual

Capitais - 2014-2015

UF	Capitais	Estupro				
		Ns. Abs.		Taxa ⁽¹⁾		Variação (%)
		2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015	
Total capitais		12.183	11.114	25,2	22,8	-9,5
SE	Aracaju	149	137	23,9	21,7	-9,4
PA	Belém	568	499	39,6	34,7	-12,6
MG	Belo Horizonte	567	550	22,8	22,0	-3,4
RR	Boa Vista	206	143	65,4	44,6	-31,8
DF	Brasília	777	624	27,2	21,4	-21,4
MS	Campo Grande	363	428	43,1	50,1	16,5
MT	Cuiabá	285	385	49,5	66,3	33,9
PR	Curitiba	616	582	33,0	31,0	-6,3
SC	Florianópolis	172	137	37,3	29,2	-21,7
CE	Fortaleza	517	483	20,1	18,6	-7,3
GO	Goiânia	134	120	9,5	8,4	-11,6
PB	João Pessoa	105	83	13,4	10,5	-22,0
AP	Macapá
AL	Maceió	151	158	15,0	15,6	3,8
AM	Manaus	829	706	41,0	34,3	-16,4
RN	Natal	182	162	21,1	18,6	-11,8
TO	Palmas	90	56	33,9	20,5	-39,4
RS	Porto Alegre	371	192	25,2	13,0	-48,4
RO	Porto Velho	388	333	78,5	66,2	-15,7
PE	Recife	408	394	25,4	24,4	-4,0
AC	Rio Branco	260	317	71,4	85,5	19,7
RJ	Rio de Janeiro	1.591	1.474	24,7	22,8	-7,7
BA	Salvador	527	514	18,2	17,6	-3,1
MA	São Luís	256	205	24,1	19,1	-20,6
SP	São Paulo	2.292	2.087	19,3	17,4	-9,5
PI	Teresina	171	189	20,3	22,4	10,0
ES	Vitória	18	20	5,1	5,6	9,9

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Por 100 mil habitantes.

(2) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

TABELA 24

Crimes contra o patrimônio ⁽¹⁾, por tipo

Capitais - 2014-2015

UF	Capitais	Roubo de veículo					Furto de veículo				
		Ns. Abs.		Taxa ⁽¹⁾		Variação (%)	Ns. Abs.		TAXA ⁽¹⁾		Variação (%)
		2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015		2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015	
	Total Capitais	117.141	117.085	484,0	467,3	-3,5	98.628	95.042	407,5	379,3	-6,9
SE	Aracaju	784	707	289,1	250,0	-13,5	426	517	157,1	182,8	16,4
PA	Belém	1.828	2.016	460,7	486,2	5,5	479	618	120,7	149,0	23,4
MG	Belo Horizonte	3.998	4.421	240,2	257,9	7,4	6.830	6.992	410,3	407,9	-0,6
RR	Boa Vista ⁽⁴⁾	246	286	157,0	171,4	9,2	435	509	277,6	305,0	9,9
DF	Brasília	7.124	4.808	449,1	291,5	-35,1	8.353	6.490	526,6	393,4	-25,3
MS	Campo Grande ⁽⁴⁾	567	544	111,1	102,3	-7,9	2.004	2.043	392,7	384,2	-2,2
MT	Cuiabá	1.499	1.441	408,8	378,0	-7,5	1.138	1.159	310,3	304,1	-2,0
PR	Curitiba	3.980	4.278	266,0	282,2	6,1	4.936	4.890	329,9	322,6	-2,2
SC	Florianópolis	314	361	99,0	110,5	11,6	630	554	198,6	169,6	-14,6
CE	Fortaleza	...	6.066	...	600,8	2.601	...	257,6	...
GO	Goiânia ⁽⁴⁾	6.195	7.706	570,9	698,4	22,3	2.859	3.907	263,5	354,1	34,4
PB	João Pessoa	432	60	136,1	17,8	-86,9	387	42	122,0	12,5	-89,8
AP	Macapá
AL	Maceió	1.542	1.065	543,8	359,1	-34,0	287	283	101,2	95,4	-5,7
AM	Manaus	2.589	2.781	415,8	427,4	2,8	1.838	1.867	295,2	286,9	-2,8
RN	Natal	1.903	2.105	534,0	566,8	6,1	524	510	147,0	137,3	-6,6
TO	Palmas	179	198	114,5	119,8	4,6	678	805	433,8	487,2	12,3
RS	Porto Alegre	6.938	9.487	833,8	1115,7	33,8	4.081	4.210	490,4	495,1	1,0
RO	Porto Velho	959	1.380	406,8	558,1	37,2	1.171	1.577	496,8	637,8	28,4
PE	Recife	2.272	2.713	357,4	415,3	16,2	1.067	1.046	167,9	160,1	-4,6
AC	Rio Branco	156	398	104,4	251,8	141,3	93	49	62,2	31,0	-50,2
RJ	Rio de Janeiro	13.725	15.478	532,6	580,2	8,9	7.515	7.178	291,6	269,1	-7,7
BA	Salvador	6.373	6.540	777,9	773,0	-0,6	1.753	1.717	214,0	202,9	-5,2
MA	São Luís	1.353	1.564	389,3	429,9	10,5	305	460	87,7	126,5	44,1
SP	São Paulo	49.340	38.224	673,7	503,6	-25,2	49.677	43.796	678,3	577,0	-14,9
PI	Teresina	2.517	2.243	614,2	517,1	-15,8	724	790	176,7	182,1	3,1
ES	Vitória	328	215	171,4	111,5	-35,0	438	432	228,8	224,0	-2,1

Continua

UF	Capitais	Roubo e Furto de veículo				
		Ns. Abs.		Taxa ⁽¹⁾		Variação (%)
		2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015	
	Total Capitais	215.769	212.127	891,5	846,5	-5,0
SE	Aracaju	1.210	1.224	446,2	432,8	-3,0
PA	Belém	2.307	2.634	581,5	635,2	9,2
MG	Belo Horizonte	10.828	11.413	650,5	665,8	2,3
RR	Boa Vista ⁽⁴⁾	681	795	434,6	476,4	9,6
DF	Brasília	15.477	11.298	975,7	684,9	-29,8
MS	Campo Grande ⁽⁴⁾	2.571	2.587	503,9	486,5	-3,5
MT	Cuiabá	2.637	2.600	719,1	682,1	-5,1
PR	Curitiba	8.916	9.168	595,9	604,8	1,5
SC	Florianópolis	944	915	297,6	280,1	-5,9
CE	Fortaleza	...	8.667	...	858,4	...
GO	Goiânia ⁽⁴⁾	9.054	11.613	834,3	1052,5	26,1
PB	João Pessoa	819	102	258,1	30,3	-88,3
AP	Macapá
AL	Maceió	1.829	1.348	645,0	454,5	-29,5
AM	Manaus	4.427	4.648	711,0	714,4	0,5
RN	Natal	2.427	2.615	681,0	704,1	3,4
TO	Palmas	857	1.003	548,3	607,0	10,7
RS	Porto Alegre	11.019	13.697	1324,2	1610,8	21,6
RO	Porto Velho	2.130	2.957	903,6	1195,8	32,3
PE	Recife	3.339	3.759	525,3	575,4	9,5
AC	Rio Branco	249	447	166,6	282,8	69,8
RJ	Rio de Janeiro	21.240	22.656	824,2	849,2	3,0
BA	Salvador	8.126	8.257	991,9	975,9	-1,6
MA	São Luís	1.658	2.024	477,0	556,4	16,6
SP	São Paulo	99.017	82.020	1352,0	1080,6	-20,1
PI	Teresina	3.241	3.033	790,9	699,2	-11,6
ES	Vitória	766	647	400,2	335,4	-16,2

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Departamento Nacional de Trânsito (Denatran); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxa por 100 mil veículos.

(2) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

TABELA 25

Leis especiais, por tipo

Capitais - 2014-2015

UF	Capitais	Tráfico de entorpecentes					Uso/porte de entorpecentes				
		Ns. Abs.		Taxa ⁽¹⁾		Variação (%)	Ns. Abs.		Taxa ⁽¹⁾		Variação (%)
		2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015		2014 ⁽²⁾	2015	2014 ⁽²⁾	2015	
	Total capitais	37.081	37.613	76,8	77,3	0,6	25.910	28.411	53,7	58,4	8,7
SE	Aracaju	257	185	41,2	29,2	-29,0	145	122	23,2	19,3	-17,1
PA	Belém	1.024	1.048	71,5	72,8	1,9	374	427	26,1	29,7	13,6
MG	Belo Horizonte	4.266	3.856	171,2	154,1	-10,0	2.753	2.136	110,5	85,4	-22,8
RR	Boa Vista	42	100	13,3	31,2	133,8	35	191	11,1	59,6	435,8
DF	Brasília	2.329	2.911	81,7	99,9	22,3	5.298	7.301	185,7	250,5	34,9
MS	Campo Grande	772	860	91,6	100,7	10,0	530	685	62,9	80,2	27,7
MT	Cuiabá	1.008	794	175,2	136,8	-21,9	1.122	1.352	195,0	232,9	19,5
PR	Curitiba	1.124	1.160	60,3	61,7	2,4	2.036	2.637	109,2	140,3	28,5
SC	Florianópolis	1.018	1.296	220,6	275,9	25,1	408	542	88,4	115,4	30,5
CE	Fortaleza	1.491	1.887	58,0	72,8	25,6	971	1.012	37,8	39,1	3,4
GO	Goiânia	1.229	1.308	87,0	91,4	5,1	1.713	1.522	121,3	106,4	-12,3
PB	João Pessoa	127	48	16,3	6,1	-62,7	56	25	7,2	3,2	-56,0
AP	Macapá
AL	Maceió	676	689	67,2	68,0	1,1	153	216	15,2	21,3	40,0
AM	Manaus	2.700	1.924	133,6	93,5	-30,0	1.258	937	62,3	45,5	-26,9
RN	Natal	168	260	19,5	29,9	53,4	53	145	6,1	16,7	171,1
TO	Palmas	171	181	64,4	66,4	3,0	142	88	53,5	32,3	-39,7
RS	Porto Alegre	2.838	2.431	192,7	164,6	-14,6	842	648	57,2	43,9	-23,3
RO	Porto Velho	580	521	117,4	103,6	-11,7	486	325	98,4	64,6	-34,3
PE	Recife	1.937	1.568	120,4	97,0	-19,5	467	929	29,0	57,4	97,9
AC	Rio Branco	405	500	111,3	134,9	21,3	311	444	85,5	119,8	40,2
RJ	Rio de Janeiro	3.594	3.803	55,7	58,7	5,4	4.744	4.658	73,5	71,9	-2,2
BA	Salvador	1.048	1.213	36,1	41,5	15,0	683	729	23,5	25,0	6,1
MA	São Luís	638	829	60,0	77,2	28,8	395	589	37,1	54,8	47,8
SP	São Paulo	6.521	6.891	54,8	57,6	5,0
PI	Teresina	278	465	33,1	55,1	66,5	134	231	15,9	27,4	71,6
ES	Vitória	840	885	238,6	248,7	4,2	801	520	227,5	146,1	-35,8

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Taxa por 100 mil habitantes.

(2) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de retificações enviadas pelo estado do Mato Grosso em 04 de novembro de 2016.

Gastos com segurança pública

TABELA 26

Despesas realizadas com a Função Segurança Pública, por Subfunções
União e Unidades da Federação – 2014-2015

Em reais correntes

União e Unidades da Federação	Policiamento			Defesa Civil			Informação e Inteligência		
	2014	2015	Variação (%)	2014	2015	Variação (%)	2014	2015	Variação (%)
Total ^{(1) (2)}	20.524.933.610,35	23.992.161.859,80	16,9	2.236.474.217,82	2.694.082.480,79	20,5	1.189.003.252,11	829.165.877,16	-30,3
União	1.319.420.000,00	1.175.995.000,00	-10,9	1.149.257.000,00	1.369.290.000,00	19,1	465.140.000,00	177.515.000,00	-61,8
Acre	296.323.627,70	278.214.412,04	-6,1	51.402.979,27	43.390.258,45	-15,6	1.272.604,86	1.040.025,17	-18,3
Alagoas	724.178.550,79	768.480.653,46	6,1	21.791.822,08	6.856.798,36	-68,5	2.370.967,91	4.130.265,49	74,2
Amapá	7.902.046,91	8.469.261,81	7,2	5.435.120,79	5.150.891,08	-5,2	-	93.464,38	-
Amazonas	158.705.388,37	85.773.656,27	-46,0	75.146.866,44	62.660.508,53	-16,6	352.000,00	296.000,00	-15,9
Bahia	513.538.310,37	3.323.207.447,01	547,1	5.060.894,75	1.716.954,03	-66,1	14.201.237,48	14.955.712,56	5,3
Ceará	376.468.713,19	296.775.700,34	-21,2	20.357.239,59	58.155.989,18	185,7	652.637,04	3.987.574,32	511,0
Distrito Federal	91.328.252,76	25.153.831,59	-72,5	-	-	-	-	-	-
Espírito Santo	84.640.371,33	36.031.476,06	-57,4	8.212.824,38	18.355.107,68	123,5	1.710.615,90	2.129.603,13	24,5
Goiás	161.730.958,99	214.939.180,12	32,9	21.813.200,19	261.252.353,99	1.097,7	3.074.637,46	1.430.223,75	-53,5
Maranhão ^{(3) (4)}	145.276.677,44	124.914.901,97	-14,0	9.119.615,14	15.417.741,24	69,1	-	-	-
Mato Grosso	47.394.181,99	68.014.575,74	43,5	16.240.332,44	13.455.970,17	-17,1	6.053.198,04	7.043.547,57	16,4
Mato Grosso do Sul	780.668.552,95	1.057.458.603,74	35,5	19.160.659,49	16.935.795,94	-11,6	149.296.866,44	-	-
Minas Gerais ^{(5) (6)}	237.265.895,54	313.044.716,36	31,9	27.316.213,16	64.379.479,62	135,7	108.750.490,11	118.189.580,14	8,7
Pará	180.248.886,87	164.784.733,81	-8,6	8.513.019,65	9.122.001,38	7,2	29.680.511,43	39.109.462,71	31,8
Paraíba	9.302.002,77	6.060.361,25	-34,8	12.184.997,17	7.495.900,29	-38,5	1.059.835,50	344.688,10	-67,5
Paraná	2.317.751.420,87	2.545.738.958,83	9,8	131.430.867,73	170.470.340,69	29,7	57.225.002,86	70.962.234,41	24,0
Pernambuco	1.704.023.277,48	1.738.372.078,33	2,0	311.147.139,75	220.543.207,05	-29,1	894.984,17	991.361,25	10,8
Piauí	44.397.123,55	39.777.231,78	-10,4	11.050.539,97	5.553.744,59	-49,7	-	-	-
Rio de Janeiro	511.733.639,39	232.426.254,24	-54,6	154.050.377,91	129.885.237,12	-15,7	39.850,70	21.641,15	-45,7
Rio Grande do Norte	438.394.084,74	472.170.231,85	7,7	35.740.648,71	38.730.962,68	8,4	-	-	-
Rio Grande do Sul	316.426.677,15	222.845.267,29	-29,6	5.169.050,94	9.482.252,56	83,4	40.231.265,81	40.600.596,29	0,9
Rondônia	577.923.408,33	624.964.054,72	8,1	68.569.417,23	57.004.119,75	-16,9	-	-	-
Roraima	6.188.459,88	15.240.898,42	146,3	1.968.212,40	3.123.608,38	58,7	9.966.456,67	9.157.398,30	-8,1
Santa Catarina	151.953.265,64	55.199.992,84	-63,7	6.904.879,27	3.522.506,74	-49,0	-	-	-
São Paulo	8.940.526.702,93	9.671.430.179,82	8,2	24.949.301,03	41.717.943,34	67,2	293.781.831,27	337.119.182,23	14,8
Sergipe	368.191.071,21	405.440.009,52	10,1	57.584.209,12	58.506.856,45	1,6	-	-	-
Tocantins	27.001.061,21	21.238.190,59	-21,3	4.985.789,22	1.905.951,50	-61,8	3.472.258,46	48.316,21	-98,6

Continua

Em reais correntes

União e Unidades da Federação	Demais subfunções			Total		
	2014	2015	Variação (%)	2014	2015	Variação (%) ⁽⁷⁾
Total ^{(1) (2)}	43.412.229.624,77	48.676.773.322,54	12,1	68.250.421.705,05	76.192.183.540,29	11,6
União	6.011.369.000,00	6.313.151.000,00	5,0	8.945.185.000,00	9.035.951.000,00	1,0
Acre	100.476.954,16	105.815.947,59	5,3	449.476.165,99	428.460.643,25	-4,7
Alagoas	314.905.784,59	278.346.220,75	-11,6	1.063.247.125,37	1.057.813.938,06	-0,5
Amapá	46.787.619,42	451.952.860,61	866,0	60.124.787,12	465.666.477,88	674,5
Amazonas	1.122.199.592,79	1.210.922.821,58	7,9	1.356.403.847,60	1.359.652.986,38	0,2
Bahia	2.896.807.584,62	377.762.501,35	-87,0	3.429.608.027,22	3.717.642.614,95	8,4
Ceará	1.302.125.407,68	1.453.291.763,95	11,6	1.699.603.997,50	1.812.211.027,79	6,6
Distrito Federal	720.069.533,79	648.972.731,71	-9,9	811.397.786,55	674.126.563,30	-16,9
Espírito Santo	1.112.848.246,52	1.188.980.960,25	6,8	1.207.412.058,13	1.245.497.147,12	3,2
Goiás	1.983.797.519,51	2.030.948.421,67	2,4	2.170.416.316,15	2.508.570.179,53	15,6
Maranhão ^{(3) (4)}	936.513.939,70	1.014.941.012,48	8,4	1.090.910.232,28	1.155.273.655,69	5,9
Mato Grosso	1.049.965.474,05	1.344.181.311,01	28,0	1.119.653.186,52	1.432.695.404,49	28,0
Mato Grosso do Sul	-	42.099,99	-	949.126.078,88	1.074.436.499,67	13,2
Minas Gerais ^{(5) (6)}	9.703.767.400,00	12.530.049.802,13	29,1	10.077.099.998,81	13.025.663.578,25	29,3
Pará	1.661.577.115,55	1.911.713.094,39	15,1	1.880.019.533,50	2.124.729.292,29	13,0
Paraíba	838.537.898,01	897.889.968,88	7,1	861.084.733,45	911.790.918,52	5,9
Paraná	1.147.298,77	505.025.890,91	43.918,7	2.507.554.590,23	3.292.197.424,84	31,3
Pernambuco	168.381.689,84	173.710.648,29	3,2	2.184.447.091,24	2.133.617.294,92	-2,3
Piauí	3.576.200,97	183.305.573,19	5.025,7	59.023.864,49	228.636.549,56	287,4
Rio de Janeiro	7.051.960.565,78	8.328.143.548,15	18,1	7.717.784.433,78	8.690.476.680,66	12,6
Rio Grande do Norte	273.001.548,33	293.011.175,57	7,3	747.136.281,78	803.912.370,10	7,6
Rio Grande do Sul	2.642.116.906,79	2.784.808.921,56	5,4	3.003.943.900,69	3.057.737.037,70	1,8
Rondônia	284.802.501,61	285.145.347,08	0,1	931.295.327,17	967.113.521,55	3,8
Roraima	226.144.055,61	271.631.209,92	20,1	244.267.184,56	299.153.115,02	22,5
Santa Catarina	1.814.657.887,98	1.950.485.269,14	7,5	1.973.516.032,89	2.009.207.768,72	1,8
São Paulo	1.127.484.130,54	1.212.120.306,61	7,5	10.386.741.965,77	11.262.387.612,00	8,4
Sergipe	315.178.576,16	320.140.881,02	1,6	740.953.856,49	784.087.746,99	5,8
Tocantins	547.529.192,00	610.282.032,76	11,5	582.988.300,89	633.474.491,06	8,7

Conclusão

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) O total das despesas com segurança pública em 2014, excluindo as despesas previdenciárias do regime estatutário declaradas por Maranhão e Minas Gerais é de R\$ 65.215.155.901,64.

(2) O total das despesas com segurança pública em 2015, excluindo as despesas previdenciárias do regime estatutário declaradas por Maranhão e Minas Gerais é de R\$71.919.845.890,11.

(3) No ano de 2014, o Estado do Maranhão declarou a subfunção "Previdência do Regime Estatutário" e "Previdência Básica" na Função Segurança Pública no valor de R\$1.870.355,89 O total da função segurança pública, sem as despesas previdenciárias, é de R\$1.089.039.876,39.

(4) No ano de 2015, o Estado do Maranhão declarou a subfunção "Previdência do Regime Estatutário" e "Previdência Básica" na Função Segurança Pública no valor de R\$3.258.973,59. O total da função segurança pública, sem as despesas previdenciárias, é de R\$1.152.014.682,10. A variação entre 2014 e 2015 é de 5,8%.

(5) No ano de 2014, o Estado de Minas Gerais declarou a subfunção "Previdência do Regime Estatutário" na Função Segurança Pública no valor de R\$3.033.395.447,52. O total da função, sem as despesas previdenciárias, é de R\$7.043.704.551,29.

(6) No ano de 2015, o Estado de Minas Gerais declarou a subfunção "Previdência do Regime Estatutário" na Função Segurança Pública no valor de R\$4.269.078.676,59. O total da função segurança pública, sem as despesas previdenciárias, é de R\$8.756.584.901,66. A variação entre 2014 e 2015 é de 24,3%.

(7) A variação das despesas declaradas na função segurança pública, excetuando as despesas previdenciárias do regime estatutário declaradas por Maranhão e Minas Gerais, é de 10,4%.

TABELA 27

Participação das despesas realizadas com a Função Segurança Pública no total das despesas realizadas União e Unidades da Federação - 2012-2015

Em porcentagem (%)

União e Unidades da Federação	2012	2013	2014	2015
União	0,4	0,4	0,5	0,5
Acre	7,7	7,7	7,8	8,7
Alagoas	12,3	14,1	13,0	13,5
Amapá	1,0	1,2	1,3	11,7
Amazonas	8,7	7,8	8,7	9,7
Bahia	10,0	9,1	9,4	10,2
Ceará	8,9	8,3	7,8	8,8
Distrito Federal	3,5	3,5	4,3	2,4
Espírito Santo	8,3	8,8	8,0	10,2
Goiás	8,6	8,6	10,1	12,1
Maranhão ⁽¹⁾	7,6	6,4	8,0	8,3
Mato Grosso	8,0	9,0	8,2	11,2
Mato Grosso do Sul	9,8	8,2	7,1	8,9
Minas Gerais ⁽²⁾⁽³⁾	9,1	9,4	13,3	17,7
Pará	9,9	9,6	10,1	10,7
Paraíba	10,4	10,5	9,2	10,0
Paraná	7,2	7,3	7,2	7,6
Pernambuco	9,0	8,2	7,4	8,5
Piauí	3,8	1,4	0,8	3,2
Rio de Janeiro	9,3	10,3	10,2	14,0
Rio Grande do Norte	9,6	7,7	7,4	7,8
Rio Grande do Sul	5,5	6,8	5,8	6,7
Rondônia	13,6	13,1	13,8	16,1
Roraima	5,6	4,7	8,8	9,9
Santa Catarina	8,1	8,6	9,3	9,3
São Paulo	5,6	5,2	4,9	5,8
Sergipe	11,9	10,8	10,0	11,3
Tocantins	10,1	9,5	7,8	9,1

Conclusão

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Não há alteração na participação das despesas com a função segurança pública em relação ao total das despesas realizadas pelo Estado excluindo-se os gastos previdenciários.

(2) A participação das despesas realizadas na função segurança pública em 2014 no Estado de Minas Gerais, excetuando-se as despesas previdenciárias, foi de 10,6%.

(3) A participação das despesas realizadas na função segurança pública em 2015 no Estado de Minas Gerais, excetuando-se as despesas previdenciárias, foi de 11,9%.

TABELA 28

Despesa per capita realizada com a Função
Segurança Pública
União e Unidades da Federação - 2014-2015

Em reais correntes

União e Unidades da Federação	2014	2015
Total	336,54	372,61
União	44,11	44,19
Acre	568,88	533,23
Alagoas	320,13	316,62
Amapá	80,07	607,38
Amazonas	350,15	345,24
Bahia	226,73	244,52
Ceará	192,19	203,52
Distrito Federal	284,46	231,27
Espírito Santo	310,78	316,93
Goiás	332,72	379,47
Maranhão ⁽¹⁾⁽²⁾	159,24	167,33
Mato Grosso	347,25	438,74
Mato Grosso do Sul	362,31	405,26
Minas Gerais ⁽³⁾⁽⁴⁾	486,02	624,16
Pará	232,85	258,89
Paraíba	218,33	229,54
Paraná	226,28	294,92
Pernambuco	235,44	228,31
Piauí	18,48	71,36
Rio de Janeiro	468,85	525,10
Rio Grande do Norte	219,20	233,55
Rio Grande do Sul	268,04	271,85
Rondônia	532,62	546,95
Roraima	491,55	591,60
Santa Catarina	293,37	294,64
São Paulo ⁽³⁾	235,87	253,68
Sergipe	333,83	349,58
Tocantins	389,47	418,10

Conclusão

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) O valor da despesa per capita do Maranhão em 2014, excluindo as despesas previdenciárias, é de R\$158,96.

(2) O valor da despesa per capita do Maranhão em 2015, excluindo as despesas previdenciárias, é de R\$166,85.

(3) O valor da despesa per capita de Minas Gerais em 2014, excluindo as despesas previdenciárias, é de R\$339,71.

(4) O valor da despesa per capita de Minas Gerais em 2015, excluindo as despesas previdenciárias, é de R\$419,59.

TABELA 29

Despesas realizadas com a Função Segurança Pública e taxas de homicídio
Unidades da Federação - 2014-2015

Unidades da Federação	Despesas (em reais correntes)		Variação 2014-2015 (%)	Taxa de homicídio ⁽¹⁾		Variação 2014-2015 (%)
	2014	2015		2014	2015	
Acre ⁽⁷⁾	449.476.165,99	428.460.643,25	-4,7	24,7	23,9	-3,2
Alagoas ^{(7) (8)}	1.063.247.125,37	1.057.813.938,06	-0,5	61,9	49,6	-20,0
Amapá	60.124.787,12	465.666.477,88	674,5	31,0	33,1	6,8
Amazonas	1.356.403.847,60	1.359.652.986,38	0,2	28,6	33,3	16,6
Bahia	3.429.608.027,22	3.717.642.614,95	8,4	38,1	37,5	-1,5
Ceará	1.699.603.997,50	1.812.211.027,79	6,6	48,6	44,1	-9,3
Distrito Federal ^{(6) (7)}	811.397.786,55	674.126.563,30	-16,9	25,0	21,5	-14,1
Espírito Santo	1.207.412.058,13	1.245.497.147,12	3,2	39,3	35,4	-10,0
Goiás ^{(7) (9)}	2.170.416.316,15	2.508.570.179,53	15,6	39,6	40,1	1,4
Maranhão ^{(2) (3)}	1.090.910.232,28	1.155.273.655,69	5,9	27,8	29,1	4,7
Mato Grosso ^{(6) (7)}	1.119.653.186,52	1.432.695.404,49	28,0	40,8	38,2	-6,1
Mato Grosso do Sul ^{(6) (7) (9)}	949.126.078,88	1.074.436.499,67	13,2	22,8	21,0	-7,8
Minas Gerais ⁽⁴⁾⁽⁵⁾⁽⁶⁾⁽⁷⁾	10.077.099.998,81	13.025.663.578,25	29,3	20,7	20,0	-3,2
Pará	1.880.019.533,50	2.124.729.292,29	13,0	40,2	41,0	2,0
Paraíba ^{(6) (7)}	861.084.733,45	911.790.918,52	5,9	37,8	37,0	-2,0
Paraná	2.507.554.590,23	3.292.197.424,84	31,3	22,7	21,6	-4,6
Pernambuco ^{(6) (7)}	2.184.447.091,24	2.133.617.294,92	-2,3	35,7	40,1	12,3
Piauí ^{(6) (7)}	59.023.864,49	228.636.549,56	287,4	21,4	19,0	-11,4
Rio de Janeiro	7.717.784.433,78	8.690.476.680,66	12,6	30,0	25,4	-15,5
Rio Grande do Norte	747.136.281,78	803.912.370,10	7,6	45,7	40,5	-11,3
Rio Grande do Sul ^{(6) (7)}	3.003.943.900,69	3.057.737.037,70	1,8	22,3	23,2	3,9
Rondônia ⁽⁷⁾	931.295.327,17	967.113.521,55	3,8	28,8	29,6	2,6
Roraima ^{(6) (9)}	244.267.184,56	299.153.115,02	22,5	14,5	14,6	1,0
Santa Catarina	1.973.516.032,89	2.009.207.768,72	1,8	11,3	12,1	7,3
São Paulo	10.386.741.965,77	11.262.387.612,00	8,4	10,3	8,9	-13,2
Sergipe ⁽⁷⁾	740.953.856,49	784.087.746,99	5,8	45,0	53,3	18,5
Tocantins	582.988.300,89	633.474.491,06	8,7	21,8	24,4	11,5

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional - STN; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Por 100 mil habitantes, com base no número de vítimas registrado.

(2) No ano de 2014, o Estado do Maranhão declarou a subfunção "Previdência do Regime Estatutário" e "Previdência Básica" na Função Segurança Pública no valor de R\$1.870.355,89 O total da função segurança pública, sem as despesas previdenciárias, é de R\$1.089.039.876,39.

(3) No ano de 2015, o Estado do Maranhão declarou a subfunção "Previdência do Regime Estatutário" e "Previdência Básica" na Função Segurança Pública no valor de R\$3.258.973,59. O total da função segurança pública, sem as despesas previdenciárias, é de R\$1.152.014.682,10. A variação entre 2014 e 2015 é de 5,8%.

(4) No ano de 2014, o Estado de Minas Gerais declarou a subfunção "Previdência do Regime Estatutário" na Função Segurança Pública no valor de R\$3.033.395.447,52. O total da função, sem as despesas previdenciárias, é de R\$7.043.704.551,29.

(5) No ano de 2015, o Estado de Minas Gerais declarou a subfunção "Previdência do Regime Estatutário" na Função Segurança Pública no valor de R\$4.269.078.676,59. O total da função segurança pública, sem as despesas previdenciárias, é de R\$8.756.584.901,66. A variação entre 2014 e 2015 é de 24,3%.

(6) A categoria homicídio doloso inclui as mortes decorrentes de intervenções policiais em serviço.

(7) A categoria homicídio doloso inclui as mortes decorrentes de intervenções policiais fora de serviço.

(8) A categoria homicídio doloso em Alagoas inclui, no ano de 2014, 2 vítimas de "outros crimes com resultado morte". No ano de 2015 os homicídios dolosos incluem 14 vítimas de "outros crimes resultantes em morte" e 6 "resistências seguida de morte" de autoria da Polícia Rodoviária Federal.

(9) Informou apenas o dado de ocorrência.

TABELA 30

Despesas realizadas pelos municípios com a Função Segurança Pública
Municípios - 2014-2015

Unidades da Federação	Quantidade de municípios que declararam despesas na Função Segurança Pública		Valor declarado na Função Segurança Pública (Em R\$ correntes)	
	2014	2015	2014	2015
Total	1980	1836	3.900.289.605,73	4.424.983.925,31
Acre	2	-	4.888.413,00	-
Alagoas	10	5	7.694.369,32	3.107.594,34
Amapá	1	1	27.415.325,32	30.023.178,20
Amazonas	26	11	13.068.514,05	38.093.277,32
Bahia	125	131	100.478.829,10	116.906.079,24
Ceará	29	24	178.365.355,14	197.357.279,49
Distrito Federal	-	-	-	-
Espírito Santo	24	28	41.841.179,78	49.215.650,20
Goiás	167	100	42.068.448,86	44.095.937,14
Maranhão	47	25	30.899.536,98	12.808.396,81
Mato Grosso	14	16	3.628.037,76	9.525.016,35
Mato Grosso do Sul	8	12	52.509.023,32	51.721.834,26
Minas Gerais	483	467	271.288.897,74	302.331.964,88
Pará	28	17	118.851.855,44	114.825.072,54
Paraíba	17	14	30.016.538,52	32.292.666,86
Paraná	110	115	242.775.970,47	265.632.057,21
Pernambuco	40	44	65.340.508,22	57.704.334,13
Piauí	32	11	959.853,67	474.904,80
Rio de Janeiro	41	43	533.561.550,94	632.119.292,59
Rio Grande do Norte	9	7	28.320.988,43	23.830.827,27
Rio Grande do Sul	243	269	210.114.485,76	239.622.485,26
Rondônia	1	5	19.403,91	3.042.813,90
Roraima	2	-	25.594.875,01	-
Santa Catarina	201	245	221.201.547,91	239.462.107,27
São Paulo	248	233	1.588.414.598,92	1.896.709.446,44
Sergipe	7	6	30.844.059,51	39.163.766,24
Tocantins	65	7	30.127.438,65	24.917.942,57

Conclusão

Fonte: FIMBRA/STN; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

TABELA 31

Evolução das despesas realizadas com a Função Segurança Pública, por porte populacional do município

Municípios - 1998-2015

Em R\$ constantes de 2015⁽¹⁾

Ano	Porte populacional do município							Total
	Até 5.000 habitantes	De 5.001 a 10.000 habitantes	De 10.001 a 20.000 habitantes	De 20.001 a 50.000 habitantes	De 50.001 a 100.000 habitantes	De 100.001 a 500.000 habitantes	Mais de 500.000 habitantes	
1998	12.073.974,24	14.090.250,99	19.724.561,86	51.201.413,39	96.413.100,68	234.509.362,50	490.215.640,72	918.228.304,38
1999	9.473.043,22	11.310.234,11	23.710.963,39	56.332.104,94	90.375.335,98	220.461.691,14	503.742.717,18	915.406.089,95
2000	14.404.444,13	19.072.603,11	28.871.297,47	83.338.035,72	74.664.843,34	280.470.049,21	560.797.102,98	1.061.618.375,95
2001	10.064.900,66	19.840.291,27	30.152.573,75	81.220.592,63	107.751.283,23	302.867.875,78	643.971.966,73	1.195.869.484,04
2002	11.021.140,27	21.145.542,28	29.931.361,58	112.517.313,03	113.840.219,00	366.048.372,95	742.051.171,89	1.396.555.120,99
2003	11.590.994,27	22.638.107,09	32.839.797,32	119.850.342,67	113.943.275,51	394.881.979,08	813.189.058,77	1.508.933.554,73
2004	10.709.114,54	21.095.653,69	32.681.104,36	124.345.162,29	122.176.223,37	513.006.640,27	887.616.088,55	1.711.629.987,06
2005	10.739.128,20	18.941.742,90	34.068.251,75	139.086.014,17	126.069.351,49	548.834.734,84	901.818.696,53	1.779.557.919,89
2006	14.274.112,01	21.430.712,99	50.051.761,75	180.630.111,53	198.932.715,44	640.012.437,04	999.417.578,17	2.104.749.428,94
2007	20.054.392,33	30.936.049,52	62.574.480,01	183.671.834,81	243.195.548,59	724.169.960,24	1.110.935.691,78	2.375.537.957,28
2008	15.965.341,55	28.160.108,47	63.617.825,25	227.833.979,85	325.092.166,41	849.709.711,00	1.275.011.206,29	2.785.390.338,81
2009	14.606.074,78	25.090.176,07	59.617.212,11	206.185.101,84	306.869.202,96	1.026.767.415,32	1.374.339.864,16	3.013.475.047,24
2010	16.577.138,76	33.888.859,04	71.611.643,92	232.086.078,53	319.018.054,11	1.172.362.048,49	1.489.778.030,09	3.335.321.852,94
2011	16.927.867,56	26.994.200,85	83.709.279,55	270.248.580,03	346.524.726,35	1.344.023.370,47	1.780.142.828,15	3.868.570.852,95
2012	19.962.356,85	27.713.418,38	80.848.801,56	299.928.920,21	398.750.677,63	1.451.381.492,70	2.064.177.166,72	4.342.762.834,04
2013	13.622.708,38	23.100.421,75	70.870.641,00	261.474.753,48	421.612.466,38	1.442.974.251,86	2.059.633.161,36	4.293.288.404,21
2014	17.935.609,45	26.335.268,55	90.241.178,43	292.424.877,71	496.684.648,66	1.540.850.216,45	1.960.059.153,39	4.424.530.952,66
2015	14.770.679,47	23.838.835,51	84.123.698,62	301.451.272,94	497.058.027,23	1.462.494.273,46	2.153.198.465,55	4.536.935.252,78
Varição 1998-2015 (em %)	22,3	69,2	326,5	488,8	415,6	523,6	339,2	394,1

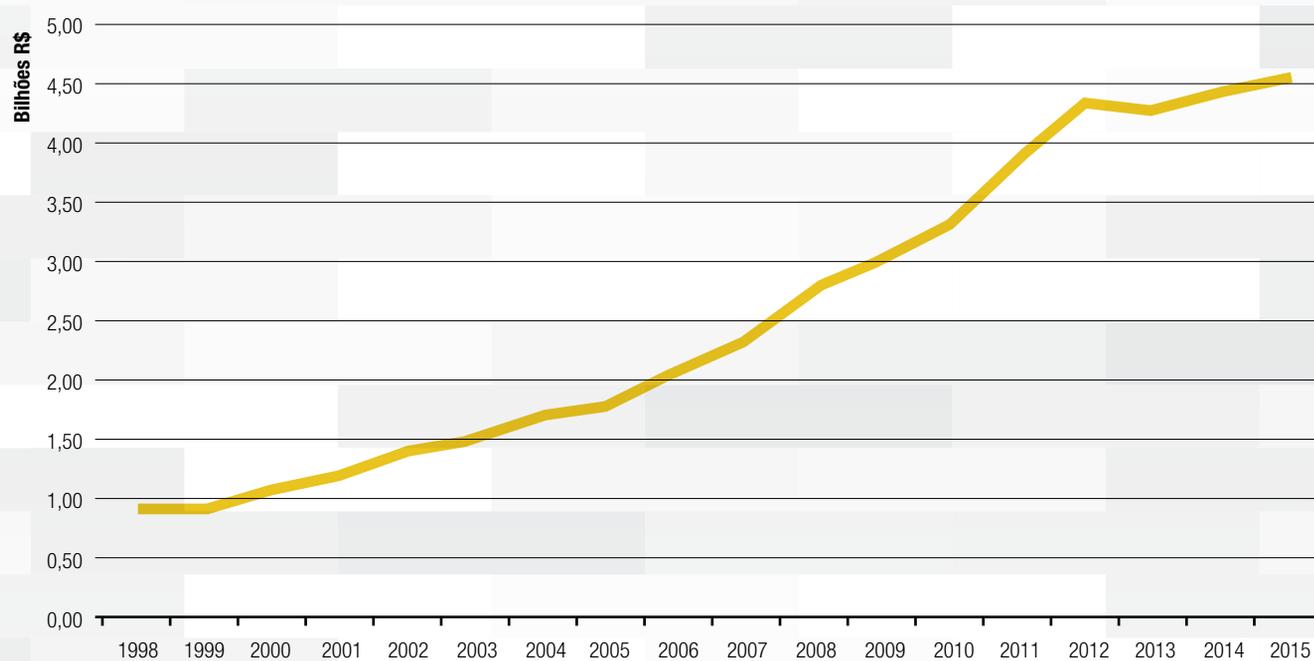
Conclusão

Fonte: Peres, Bueno e Tonelli, 2016. "Os Municípios e a Segurança Pública no Brasil: uma análise da relevância dos entes locais para o financiamento da segurança pública desde a década de 1990". Revista Brasileira de Segurança Pública, 2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Valores atualizados pelo IPCA de dez./2015.

GRÁFICO 07

Evolução das despesas realizadas com a Função Segurança Pública



Fonte: Peres, Bueno e Tonelli, 2016. "Os Municípios e a Segurança Pública no Brasil: uma análise da relevância dos entes locais para o financiamento da segurança pública desde a década de 1990". Revista Brasileira de Segurança Pública, 2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Valores atualizados pelo IPCA de dez./2015.

TABELA 32

Evolução das despesas realizadas com a Função Segurança Pública
União, Unidades da Federação e Municípios - 2002-2015

Em R\$ constantes de 2015 ⁽¹⁾

Ano	Ente Federativo			TOTAL
	União	Unidades da Federação	Municípios	
2002	4.851.574.871,24	41.858.576.119,32	1.396.555.120,99	48.106.706.111,55
2003	4.847.405.980,64	39.311.256.593,04	1.508.933.554,73	45.667.596.128,41
2004	5.184.246.976,23	37.436.735.752,85	1.711.629.987,06	44.332.612.716,14
2005	5.348.549.595,57	42.601.299.075,12	1.779.557.919,89	49.729.406.590,58
2006	6.721.440.299,14	47.034.924.487,79	2.104.749.428,94	55.861.114.215,87
2007	8.706.639.778,56	49.539.691.096,51	2.375.537.957,28	60.621.868.832,35
2008	10.222.398.185,19	52.112.061.365,90	2.785.390.338,81	65.119.849.889,90
2009	11.899.070.022,54	57.091.021.706,88	3.013.475.047,24	72.003.566.776,67
2010	13.677.259.687,79	53.288.737.501,08	3.335.321.852,94	70.301.319.041,81
2011	10.151.042.316,19	60.464.150.131,46	3.868.570.852,95	74.483.763.300,60
2012	10.785.437.599,10	56.010.105.289,62	4.342.762.834,04	71.138.305.722,76
2013	10.726.955.598,80	58.018.778.839,83	4.293.288.404,21	73.039.022.842,84
2014	9.899.949.472,59	65.635.179.956,06	4.424.530.952,66	79.959.660.381,31
2015	9.035.951.436,00	67.629.250.126,80	4.536.935.252,78	81.202.136.815,58
Varição 2002-2015 (em %)	86,2	61,6	224,9	68,8

Fonte: Peres, Bueno e Tonelli, 2016. "Os Municípios e a Segurança Pública no Brasil: uma análise da relevância dos entes locais para o financiamento da segurança pública desde a década de 1990". Revista Brasileira de Segurança Pública, 2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

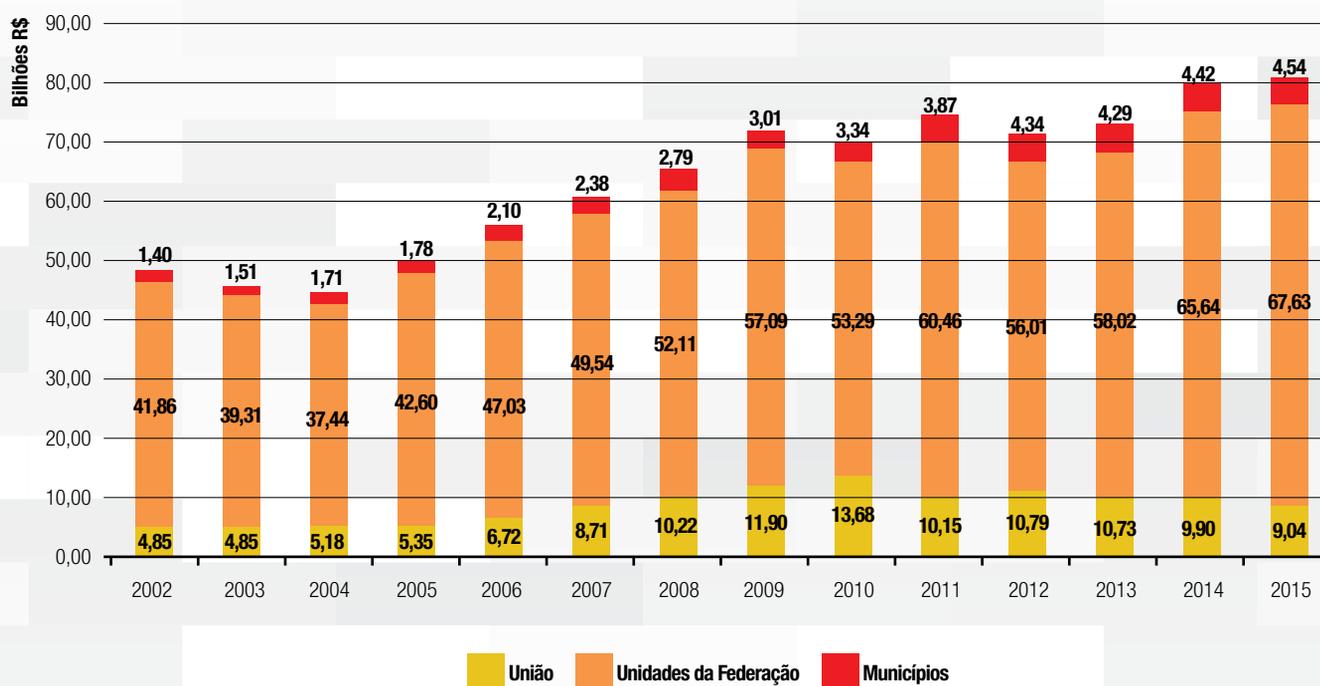
(1) valores atualizados pelo IPCA de dez./2015.

Conclusão

GRÁFICO 08

Evolução das despesas realizadas com a Função Segurança Pública

União, Unidades da Federação e Municípios - 2002-2015



Fonte: Peres, Bueno e Tonelli, 2016. "Os Municípios e a Segurança Pública no Brasil: uma análise da relevância dos entes locais para o financiamento da segurança pública desde a década de 1990". Revista Brasileira de Segurança Pública, 2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) valores atualizados pelo IPCA de dez./2015.

TABELA 33

Participação das despesas realizadas com a Função Segurança Pública por ente federativo no PIB

União, Unidades da Federação e Municípios - 2002-2015

Em porcentagem

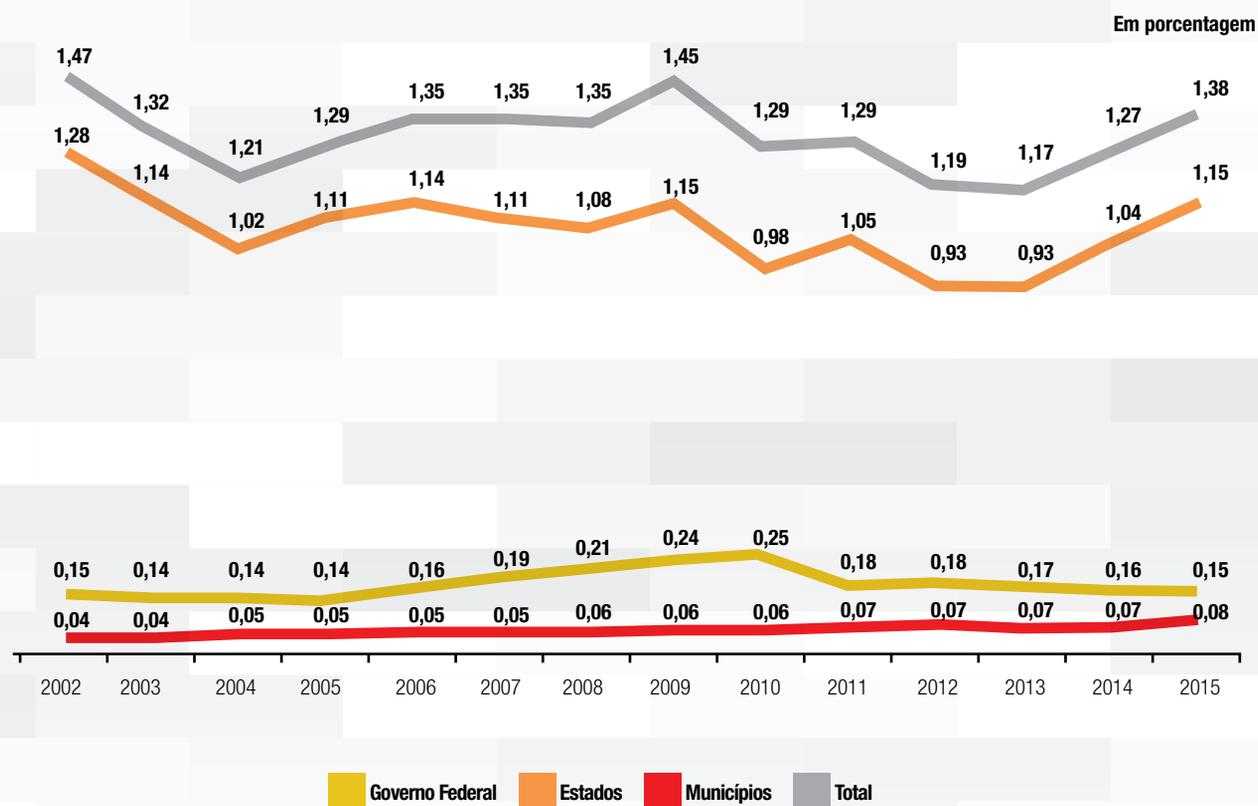
Ano	União	Unidades da Federação	Municípios	Total
2002	0,15	1,28	0,04	1,47
2003	0,14	1,14	0,04	1,32
2004	0,14	1,02	0,05	1,21
2005	0,14	1,11	0,05	1,29
2006	0,16	1,14	0,05	1,35
2007	0,19	1,11	0,05	1,35
2008	0,21	1,08	0,06	1,35
2009	0,24	1,15	0,06	1,45
2010	0,25	0,98	0,06	1,29
2011	0,18	1,05	0,07	1,29
2012	0,18	0,93	0,07	1,19
2013	0,17	0,93	0,07	1,17
2014	0,16	1,04	0,07	1,27
2015	0,15	1,15	0,08	1,38

Conclusão

Fonte: Peres, Bueno e Tonelli, 2016. "Os Municípios e a Segurança Pública no Brasil: uma análise da relevância dos entes locais para o financiamento da segurança pública desde a década de 1990". Revista Brasileira de Segurança Pública, 2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

GRÁFICO 09

Participação das despesas realizadas com a Função Segurança Pública por ente federativo no PIB União, Unidades da Federação e Municípios - 2002-2015



Fonte: Peres, Bueno e Tonelli, 2016. "Os Municípios e a Segurança Pública no Brasil: uma análise da relevância dos entes locais para o financiamento da segurança pública desde a década de 1990". Revista Brasileira de Segurança Pública, 2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

TABELA 34

Execução Orçamentária do Ministério da Justiça por Órgão/Unidade Orçamentária/GND

Ministério da Justiça - 2006-2015

Em R\$ constantes de 2015 (R\$ milhões) ⁽¹⁾

	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	Variação (%)
Ministério da Justiça	9.797,55	11.483,45	12.904,39	13.164,44	13.708,50	12.744,33	13.143,62	13.260,11	12.479,54	11.285,70	15,2
MJ - Administração Direta	343,64	431,12	2.168,90	2.350,54	2.672,67	1.704,09	1.769,74	1.765,53	1.345,68	731,70	112,9
Pessoal e encargos sociais	196,73	236,37	251,31	274,13	351,76	379,39	372,56	369,19	368,65	351,60	78,7
Outras despesas correntes	142,27	180,61	1.022,32	1.593,98	1.837,55	1.197,18	661,80	473,89	484,31	245,00	72,2
Investimentos	4,64	14,15	895,12	482,44	483,36	127,52	735,26	922,45	492,72	135,10	2.812,2
Depto. Polícia Rodoviária Federal	2.977,82	3.178,41	3.019,91	3.303,65	3.452,40	3.461,78	3.425,97	3.643,06	3.599,21	3.466,00	16,4
Pessoal e encargos sociais	2.636,07	2.778,71	2.669,81	2.922,47	3.053,67	2.930,05	2.810,82	2.943,65	2.950,11	2.900,70	10,0
Outras despesas correntes	262,89	319,27	310,64	321,33	337,56	449,62	442,53	470,12	501,35	485,00	84,5
Investimentos	78,87	80,43	39,61	51,67	61,16	82,11	172,62	229,29	147,75	80,30	1,8
Inversões Financeiras	-	-	-	8,19	-	-	-	-	-	-	-
Depto. Polícia Federal	4.431,76	4.952,92	5.642,50	5.796,84	5.719,03	5.510,68	5.167,27	5.666,26	5.817,55	5.623,30	26,9
Pessoal e encargos sociais	3.848,61	4.330,82	4.971,98	5.170,57	5.020,43	4.787,93	4.553,87	4.537,37	4.656,70	4.591,50	19,3
Juros e Encargos da Dívida	23,88	22,86	19,57	27,55	25,59	23,76	11,85	0,00	0,00	0,00	-100,0
Outras despesas correntes	496,05	500,87	547,04	502,99	596,54	586,64	556,03	922,92	946,81	940,40	89,6
Investimentos	15,29	49,35	64,77	34,10	12,79	47,52	11,10	205,97	214,04	91,30	497,0
Amortização da Dívida	47,94	49,18	39,14	61,50	63,69	64,55	34,42	-	-	-	
Funai	399,83	465,01	509,92	578,78	614,67	634,70	628,12	670,91	598,41	539,80	35,0
Funpen	521,48	330,79	352,11	150,84	127,10	120,39	519,36	392,75	354,60	265,00	-49,2
Fundo Nacional de Segurança Pública	582,81	1.375,95	494,23	319,39	291,45	350,88	463,98	429,37	400,31	377,40	-35,2
Fundo Nacional Antidrogas	-	-	-	-	-	22,18	86,68	190,19	212,71	150,30	577,7
Outros	540,20	749,25	716,81	664,39	831,18	939,63	1.082,50	502,03	151,07	132,20	-75,5

Conclusão

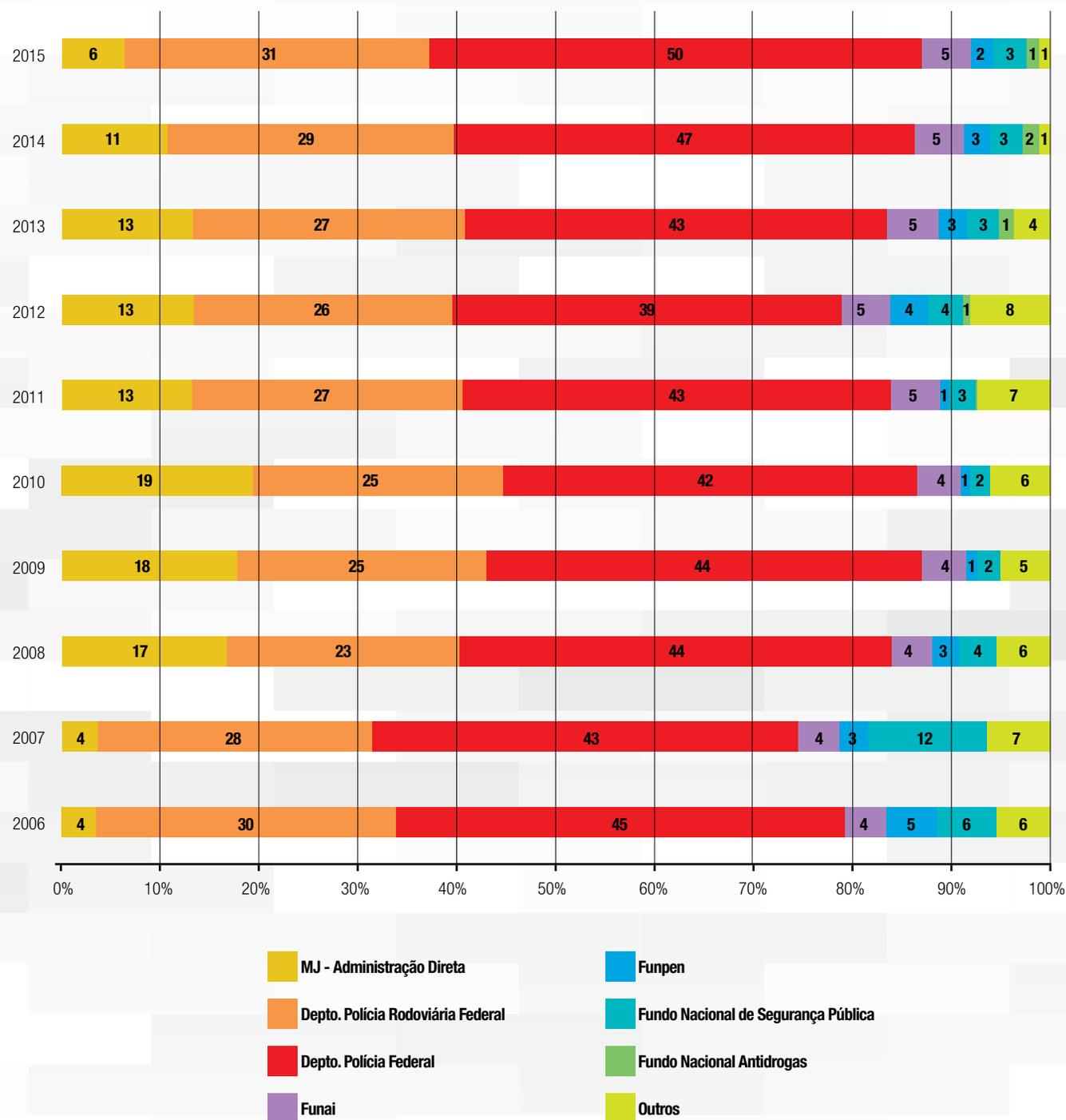
Fonte: Execução Orçamentária dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Orçamento Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Valores atualizados pelo IPCA de dez./2015.

(-) Fenômeno inexistente.

GRÁFICO 10

Participação dos Órgãos/Unidades Orçamentárias do Ministério da Justiça no orçamento total da pasta, por ano (em %)



Fonte: Execução Orçamentária dos Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social da União; Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; Secretaria de Orçamento Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Valores atualizados pelo IPCA de dez./2015.

(-) Fenômeno inexistente.

TABELA 35

Execução Orçamentária do Fundo Nacional de Segurança Pública, por Natureza de Despesa

União - 2002-2015

Em R\$ constantes de 2015 ⁽¹⁾

Ano	Natureza de Despesa		Total
	Corrente	Capital	
2002	138.689.507,44	585.726.776,73	724.416.284,16
2003	143.070.082,18	471.326.897,05	614.396.979,22
2004	157.632.634,25	374.061.835,58	531.694.469,84
2005	127.809.532,86	302.758.259,61	430.567.792,47
2006	116.046.883,26	466.842.769,14	582.889.652,40
2007	657.016.006,01	718.948.500,75	1.375.964.506,75
2008	238.182.772,03	256.102.766,65	494.285.538,68
2009	138.482.786,37	180.949.438,19	319.432.224,55
2010	142.061.353,93	149.378.061,91	291.439.415,84
2011	124.189.497,82	226.703.069,68	350.892.567,50
2012	131.556.523,99	332.418.132,46	463.974.656,44
2013	207.297.503,32	222.076.698,20	429.374.201,52
2014	258.533.607,80	141.727.417,29	400.261.025,09
2015	212.515.593,31	164.874.243,45	377.389.836,76

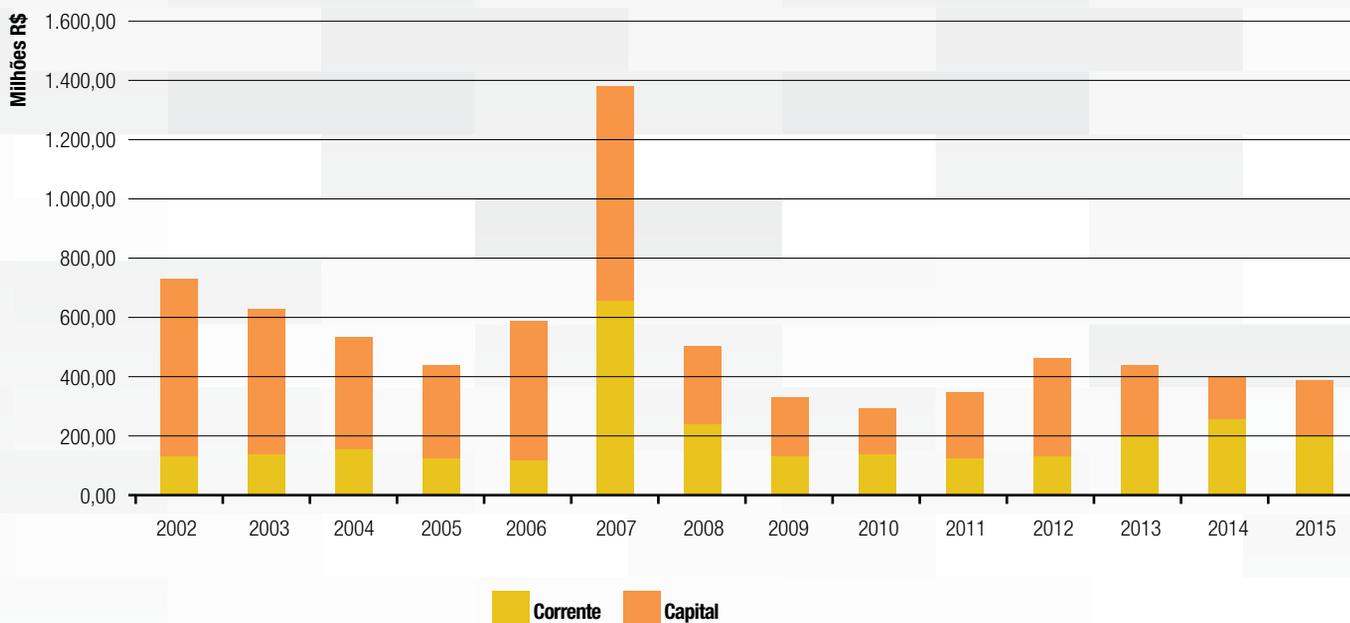
Conclusão

Fonte: Peres, Bueno e Tonelli, 2016. "Os Municípios e a Segurança Pública no Brasil: uma análise da relevância dos entes locais para o financiamento da segurança pública desde a década de 1990". Revista Brasileira de Segurança Pública, 2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Valores atualizados pelo IPCA de dez./2015.

GRÁFICO 11

Execução Orçamentária do Fundo Nacional de Segurança Pública, por Natureza de Despesa



Fonte: Peres, Bueno e Tonelli, 2016. "Os Municípios e a Segurança Pública no Brasil: uma análise da relevância dos entes locais para o financiamento da segurança pública desde a década de 1990". Revista Brasileira de Segurança Pública, 2016; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Valores atualizados pelo IPCA de dez./2015.

TABELA 36

Execução Orçamentária da Força Nacional de Segurança Pública

União - 2004-2015

Em R\$ constantes de 2015 (1)

Ano	Total
2004	25.879.758,03
2005	34.329.397,08
2006	233.925.617,32
2007	73.996.093,95
2008	27.027.283,30
2009	36.409.568,71
2010	51.984.095,52
2011	97.191.764,00
2012	126.653.585,39
2013	186.008.222,48
2014	155.493.155,73
2015	162.646.813,24

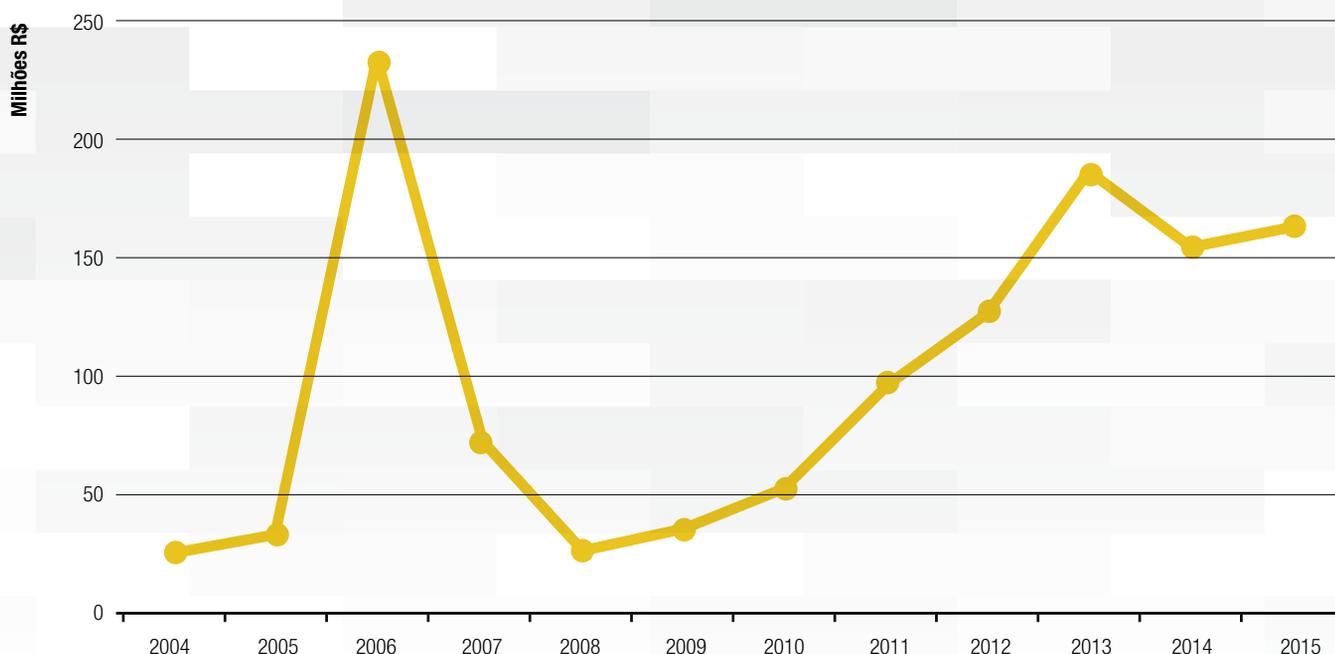
Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública; Ministério da Justiça; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

(1) Valores atualizados pelo IPCA de dez./2015.

Conclusão

GRÁFICO 12

Execução Orçamentária da Força Nacional de Segurança Pública



Fonte: Secretaria Nacional de Segurança Pública; Ministério da Justiça; Fórum Brasileiro de Segurança Pública

Desafios do financiamento das políticas públicas de segurança

Ursula Dias Peres

Os dados relativos ao financiamento da segurança pública, apresentados neste presente Anuário, trazem informações importantes e instigantes para repensar as políticas públicas de segurança, em especial em um cenário de crise fiscal.

A partir da apresentação da evolução das despesas realizadas pelos três entes na função segurança pública a partir de 2002, é interessante perceber que todos os entes aumentaram seus gastos em termos reais ao longo do período em análise, o que implica que o gasto em segurança passou de R\$ 48 bilhões em 2002 para R\$ 81 bilhões em 2015, representando um total gasto de 1,5% do PIB. A maior parte desse aumento é dada pelos estados, o que se explica, fundamentalmente, pela manutenção das principais forças policiais do país em termos de contingentes, isto é, a maior parte desse gasto se deu com despesas de pessoal ativo e inativo.

Quando analisamos os gastos do governo federal, segundo maior ente em gastos com segurança pública, percebe-se uma trajetória os-

cilante, com crescimento até 2010 e depois redução de patamar até o presente momento. No período de 2002 a 2010, é importante lembrar, concentra-se o maior volume de recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP). Volume importante desse recurso foi usado no período para transferir recursos aos municípios e estados, principalmente por meio de convênios, em especial para despesas de capital para a aquisição de equipamentos e material permanente para as polícias, guardas e bombeiros¹. Nos últimos anos esse recurso foi sendo reduzido e, em 2015, o valor foi aproximadamente metade do realizado em 2002.

Outro dado importante sobre os gastos do governo federal refere-se à execução orçamentária do Ministério da Justiça. É possível perceber que os recursos do ministério concentram-se em dotações da administração direta e dos departamentos das polícias federais em patamar de aproximadamente 90%, restando aos Fundos – como o Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), o Fundo Penitenciário

¹ Grossi, 2004; Peres, Bueno e Tonelli, 2016

Nacional (Funpen) e Fundo Nacional Antidrogas – apenas 7% da execução orçamentária.

Já quanto aos municípios, é importante destacar que estes entes, que praticamente não tinham despesas relevantes na década de 1990, passam a apresentar um crescimento continuado desde 2002 e mais significativo a partir de 2004. Parte dos recursos executados pelos municípios é originária de repasses federais, por meio do FNSP, como já mencionado. No entanto, percebe-se que, mesmo após a redução desses recursos, os municípios continuaram a aumentar seus gastos até recentemente, ou seja, é possível considerar que houve um esforço em financiar políticas locais de segurança em um contexto de maior demanda por essa política por parte da população. Como apresentam os dados, o volume de recursos empenhados pelos municípios brasileiros, entre 1998 e 2015, passou de menos de R\$ 1 bilhão no início da série histórica para R\$ 4,5 bilhões em 2015.

Outra informação relevante sobre o financiamento da segurança pública apresentada é a de que não são apenas os municípios de grande (mais de 500 mil habitantes) e médio porte (entre 100 e 500 mil) apresentam crescimento contínuo, como também municípios intermediários (entre 50 e 100 mil) e pequenos (de 10 a 20 mil). Esse fato é revelador da importância

e priorização da segurança pública em municípios com as mais diferentes características.

A segurança pública apresentou volume de recursos crescentes por mais de uma década com destaques importantes para os três entes, e em especial os municípios. Porém é forçoso reconhecer que não se percebeu uma ação coordenada entre esses entes em uma programação adequada para a redução geral de homicídios ou redução da violência em centros urbanos. Os municípios aumentaram fortemente seus gastos, mas de que forma? Houve indução do estado correspondente ou da União? É preciso aprofundar as pesquisas sobre questões como essas e compreender melhor o que foi feito, como foi feito e que resultados foram obtidos pelos entes locais.

Neste momento, no qual passamos por séria crise fiscal, a queda de arrecadação já permite perceber que há menos recursos disponíveis para a segurança pública e seus fundos. Como garantir políticas adequadas de segurança nesse contexto, para que a situação de violência nos diferentes territórios não piore ainda mais? Na atual conjuntura é imprescindível uma ação integrada e sistêmica em torno de um objetivo comum de segurança pública, envolvendo todos entes e atores relevantes para que se consiga, mesmo com menor volume de recursos, avançar e garantir um pacto pela vida.

GRÁFICO 13

Número de Operações da Força Nacional de Segurança Pública, por Unidade da Federação
2004-2015

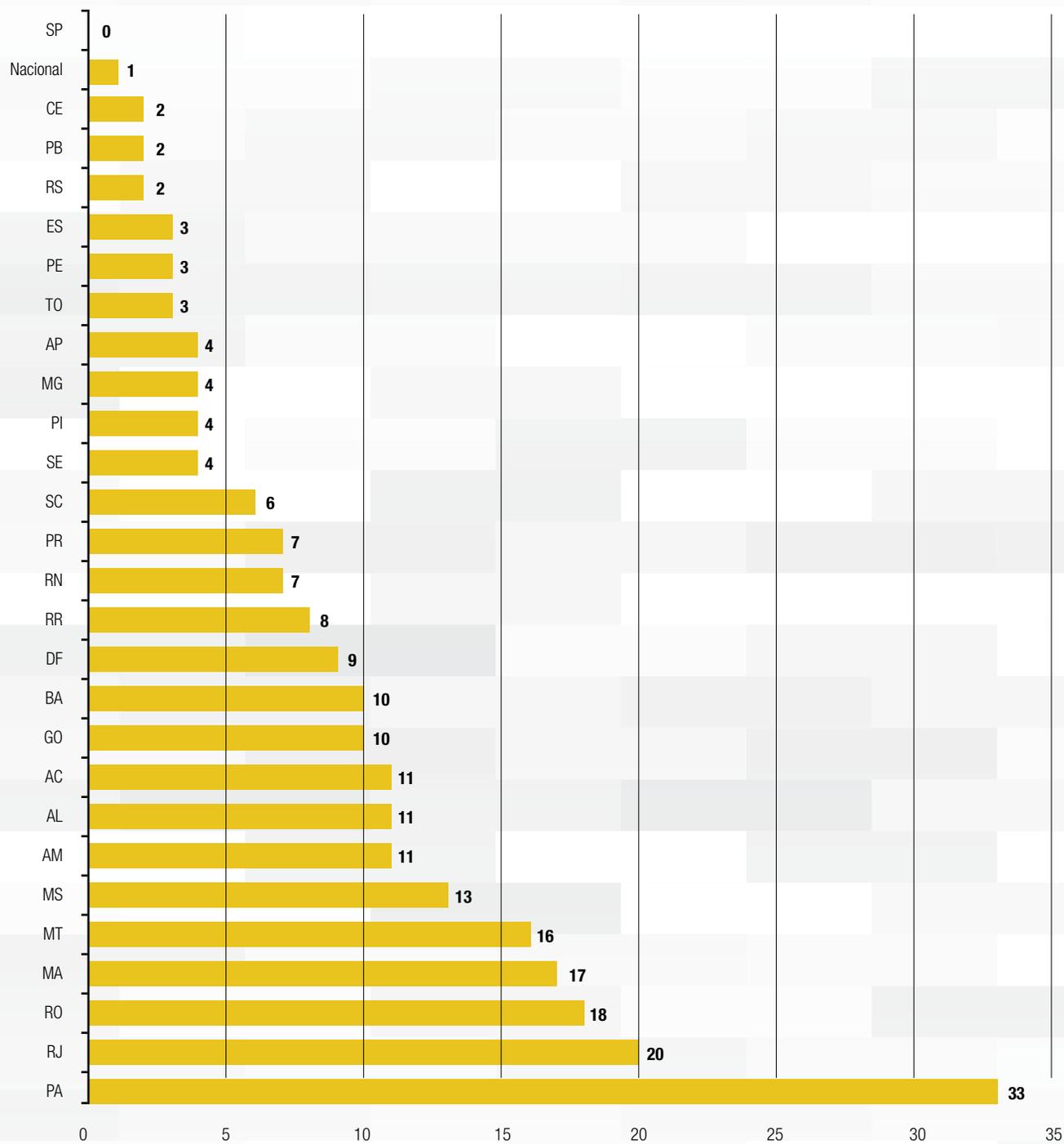


GRÁFICO 14

Operações da Força Nacional de Segurança Pública, por Tipo
2004-2015

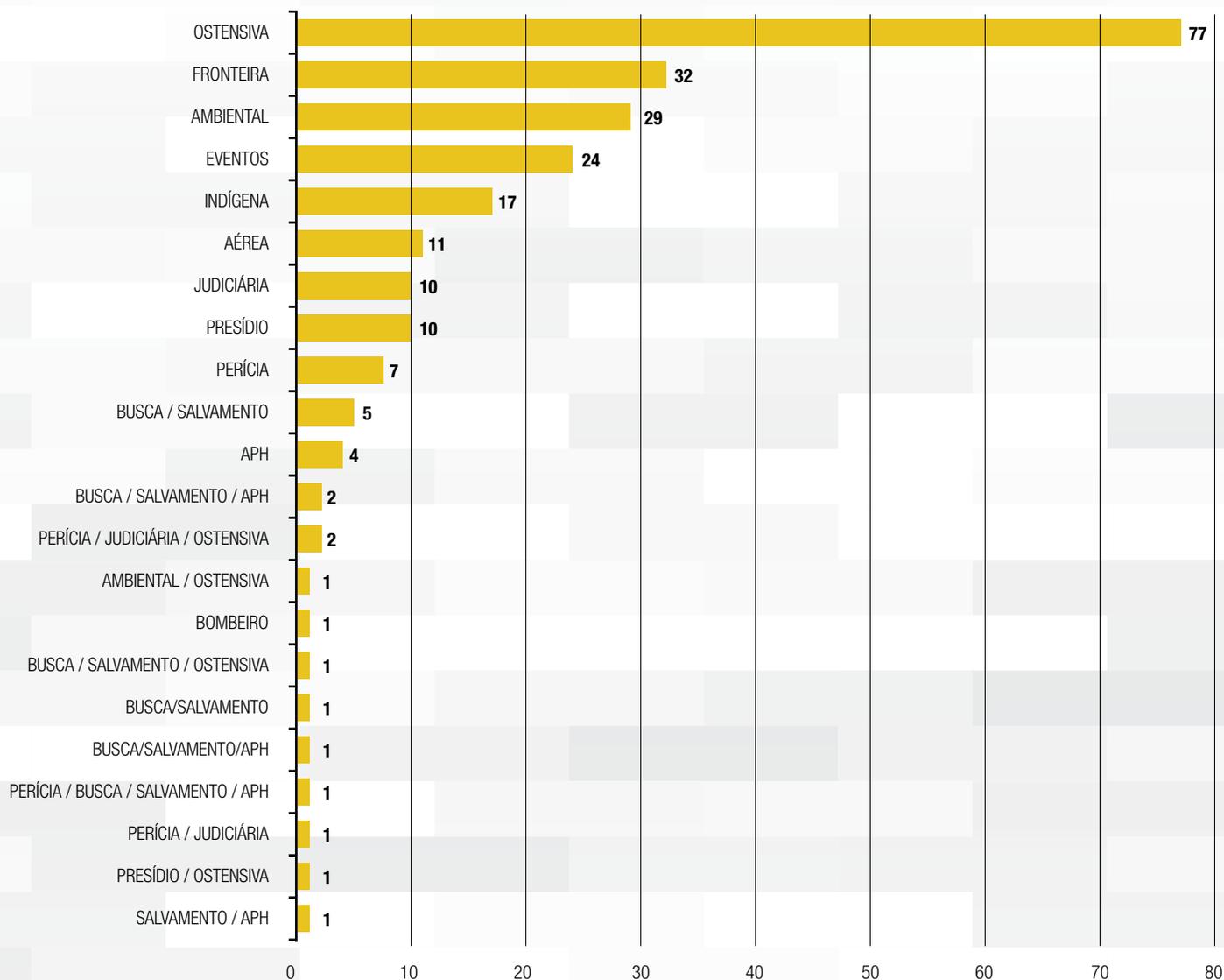


TABELA 37

Efetivo capacitado pelo Departamento da Força Nacional de Segurança Pública 2004-2015

Ano	Efetivo Capacitado
2004	1.378
2005	4.121
2006	7.732
2007 ⁽¹⁾	-
2008	8.105
2009	8.564
2010	9.957
2011	10.649
2012	11.397
2013	12.467
2014	13.168
2015	13.263

Conclusão

Fonte: Pedido de informação nº 08850.003536/2015-72; Serviço de Informação ao Cidadão - SIC Central; Ministério da Justiça.

Portal da Transparência.

(1) No ano de 2007 não houve capacitação de novos profissionais devido a atuação da Força Nacional nos Jogos Panamericanos ocorrido no Brasil.

(-) Fenômeno inexistente.

TABELA 38

Efetivo mobilizado do Departamento da Força Nacional de Segurança Pública 2013-2015

Ano	Efetivo
2013	1.244
2014	1.463
2015	1.446

Conclusão

Fonte: Pedido de informação nº 08850.003536/2015-72; Serviço de Informação ao Cidadão - SIC Central; Ministério da Justiça.

Nota: mês de referência é setembro de cada ano.

Mais do Mesmo

Daniel Cerqueira

Em meio à verdadeira crise civilizatória por que passa o país, onde mais de 60 mil pessoas são assassinadas a cada ano, o país se ressent da ausência de uma política nacional efetiva de segurança pública, baseada em diagnósticos precisos, com princípios e objetivos claros, de modo que se possa construir um planejamento estratégico, em que as ações sejam monitoradas e os resultados avaliados.

Com tal instrumento em mãos, o Governo Federal poderia ter um papel de protagonista no cenário da segurança pública nacional, por meio de articulação junto aos membros federados e indução de métodos e programas que já se mostraram efetivos para prevenir e controlar crimes. Para tanto, os recursos transferidos para estados e municípios – por meio do Fundo Nacional de Segurança Pública (FNSP), do Fundo Penitenciário Nacional (Funpen) e do Fundo Nacional Antidrogas (FNA) – deveriam criar os necessários incentivos a favor da efetividade.

Infelizmente, uma breve olhada nos dados da execução orçamentária do Ministério da Justiça permite-nos compreender o rudimentar estado das artes atual, muito distante do cenário apontado nos primeiros parágrafos. Enquanto, em 2015, os três fundos somaram R\$ 0,8 bilhão, o que correspondeu a 6% do orçamento total do MJ, verificou-se uma redução do volume de recursos dos FNSP e do Funpen, em termos reais, na ordem de 48%, desde 2006.

Tão ruim quanto a diminuição desses recursos é a destinação dos mesmos. Apenas para dar um exemplo, neste mesmo ano, o Ministério da Justiça despendeu com a Força Nacional (FN) cerca de R\$ 163 milhões, o que representa 43% do orçamento total do FNSP. Esse valor serviu para que se financiasse a mobilização de um efetivo que não chegou a 1.500 profissio-

nais. Qual a real efetividade dessa mobilização de recursos? Há alternativas mais efetivas e duradouras para o uso desses R\$ 162 milhões?

Pouco se sabe para responder a essas questões, mediante a falta de transparência do Ministério da Justiça, que não fornece informações mais detalhadas sobre o passado, com o argumento de tratar-se de informação estratégica. Contudo, ainda que se mobilizasse o total do efetivo de prontidão da FN para um estado como São Paulo ou Rio de Janeiro, isso iria contribuir para aumentar o efetivo das polícias desses estados em irrisórios 1,2% e 2,6%. Naturalmente não estamos falando de várias questões pertinentes como o desconhecimento da área por tais policiais (que são provenientes de outros estados), ou o sentimento de frustração dos profissionais do estado que recebem menos por seu trabalho.

Nesta semana, o ministro da Justiça anunciou como carro-chefe do seu programa de segurança pública, a proposta de aumentar para sete mil o efetivo da Força Nacional. Para tranquilizar os governadores, quanto à dificuldade de mobilizar esses policiais junto às corporações, o ministro explicou que o contingente adicional viria dos agentes inativos, quando vaticinou que “o aumento de quadro da Força Nacional não terá repercussão nos estados”. Talvez tenha se tratado de um ato falho, pois é o que de fato se espera: não haverá repercussão alguma na segurança pública nos estados. Trata-se da velha política baseada no “achismo”, onde sobram certezas e faltam diagnósticos. Mais intrigante ainda é de onde o ministro conseguirá obter os R\$ 760 milhões para manter tal efetivo, o que corresponde a quase duas vezes o orçamento do FNSP. Em tempos de PEC 55, talvez seja necessário tirar de algum programa social.

TABELA 39

Inquéritos de homicídio instaurados, relatados com autoria, relatados sem autoria e relatados com autoria de criança ou adolescente

Brasil e Unidades da Federação, 2014-2015

Brasil e Unidades da Federação	Inquéritos de homicídio instaurados		Inquéritos de homicídio relatados com indiciamento e/ou homicídios esclarecidos		Inquéritos de homicídio relatados sem indiciamento		Inquéritos de homicídio relatados com autoria de criança ou adolescente e/ou adolescentes autores de homicídio	
	Ns. Absolutos		Ns. Absolutos		Ns. Absolutos		Ns. Absolutos	
	2014	2015	2014 ⁽¹⁾	2015	2014	2015	2014 ⁽¹⁾	2015
Brasil
Acre	191	191	119	111	1	4	19	21
Alagoas	2.113	1.817	1.026	1.059	1.282	1.416	124	182
Amapá
Amazonas ⁽³⁾	832	473	475	301	357	172	51	69
Bahia	5.120	4.720	1.665	1.433	1.663	557	114	...
Ceará ⁽⁴⁾	4.056	3.794
Distrito Federal ⁽²⁾⁽⁵⁾	816	647	280	317	131	189	139	132
Espírito Santo
Goiás ⁽²⁾	2.618	41	...
Maranhão
Mato Grosso
Mato Grosso do Sul ⁽⁶⁾	547	513	392	384	69	75
Minas Gerais
Pará ⁽²⁾	2.936	2.968	1.089	1.117	1.847	1.851	405	...
Paraíba ⁽⁷⁾	1.431	1.407	645	672	89	...
Paraná ⁽²⁾	907	143	...
Pernambuco ⁽²⁾⁽⁴⁾	1.159	127	...
Piauí ⁽⁸⁾	368	294	194	142	34	21	29	47
Rio de Janeiro
Rio Grande do Norte	718	534	115	...	548	445	12	...
Rio Grande do Sul	1.273	1.439	565	579	842	702	90	87
Rondônia	543	575	192	202	351	373	25	31
Roraima
Santa Catarina	691	661	574	89	...
São Paulo
Sergipe ⁽⁹⁾	201	17	...
Tocantins

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícias Cíveis Estaduais; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Retificação das informações publicadas no Anuário Brasileiro de Segurança Pública, ano 9, 2015.

(2) Total de inquéritos relatados no ano de referência. O total de inquéritos relatados pode incluir ocorrências de homicídios de anos anteriores.

(3) Não há registros de inquéritos de homicídio em relação a crianças e adolescentes, apenas informações de Auto de Investigação Social (A.I.S.).

(4) Dados referem-se a inquéritos de Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLI), que incluem as ocorrências de homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte.

(5) Número de despachos com autoria de criança ou adolescente em Procedimentos de Apuração de Ato Infracional no ano de referência, independente do ano de registro do documento gerador.

(6) Número de atos infracionais análogos à homicídio.

(7) Dados de 2014 e 2015 coletados respectivamente no mês de março do ano subsequente conforme metodologia da Operação de Autoria Identificada PC/PB.

(8) Informações referentes apenas à Delegacia de Homicídios de Teresina. Sobre inquéritos relatados com autoria de criança e/ou adolescente, contabilizou-se os casos de homicídio tentado e consumado.

(9) Os dados de homicídios esclarecidos e autoria referem-se apenas à capital, Aracaju.

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de complemento de dados disponibilizado pelo estado de Rondônia em 04 de novembro de 2016.

TABELA 40**Tipos penais registrados em inquéritos instaurados e relatados da Polícia Federal
2014-2015**

Tipificação Penal ⁽¹⁾	Inquéritos Instaurados				Inquéritos Relatados			
	2014	%	2015	%	2014	%	2015	%
Total	429.338	100,0	345.933	100,0	261.227	100,0	235.739	100,0
Estelionato (Código Penal - Art. 171)	74.403	17,3	50.233	14,5	47.311	18,1	36.249	15,4
Contrabando ou descaminho (Código Penal - Art. 334)	28.930	6,7	21.469	6,2	17.816	6,8	15.451	6,6
Uso de documento falso (Código Penal - Art. 304)	19.378	4,5	17.811	5,1	10.322	4,0	11.866	5,0
Falsidade ideológica (Código Penal - Art. 299)	18.726	4,4	15.815	4,6	10.005	3,8	10.389	4,4
Furto (Código Penal - Art. 155)	12.600	2,9	9.561	2,8	7.946	3,0	6.095	2,6
Falsificação de moeda (Código Penal - Art. 289)	13.080	3,0	8.132	2,4	9.414	3,6	6.025	2,6
Falsificação de documento público (Código Penal - Art. 297)	9.631	2,2	9.154	2,6	5.492	2,1	5.858	2,5
Roubo (Código Penal - Art. 157)	13.637	3,2	8.531	2,5	8.179	3,1	5.623	2,4
Consumação e tentativa (Código Penal - Art. 14)	5.791	1,3	6.127	1,8	3.118	1,2	3.708	1,6
Outros artigos do Código Penal ⁽²⁾	63.353	14,8	53.721	15,5	38.030	14,6	36.081	15,3
Corrupção e Delitos Econômicos ⁽³⁾	50.614	11,8	46.806	13,5	28.047	10,7	29.494	12,5
Entorpecentes (Lei 11.343/06, Lei 6.368/76 e Lei 5.726/71)	34.847	8,1	30.278	8,8	22.990	8,8	21.610	9,2
Crimes contra o Meio Ambiente (Lei 7.347/85, Lei 9.605/98 e Lei 3.179/99)	22.379	5,2	19.234	5,6	13.222	5,1	12.708	5,4
Crimes Eleitorais ⁽⁴⁾	19.111	4,5	12.527	3,6	14.294	5,5	9.703	4,1
Telecomunicações (Lei 4.117/62, Lei 9.472/97, Decreto 3.451/00)	8.036	1,9	5.781	1,7	5.242	2,0	4.357	1,8
Estatuto da Criança e Adolescente (Lei 8.069/90)	5.505	1,3	5.482	1,6	3.282	1,3	3.538	1,5
Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/03)	5.035	1,2	3.734	1,1	3.561	1,4	2.767	1,2
Estrangeiros (Lei 6.815/80, Decreto 66.689/70)	2.001	0,5	1.505	0,4	235	0,1	1.173	0,5
Reforma Agrária (Lei 4.947/66)	1.487	0,3	1.584	0,5	836	0,3	904	0,4
Discriminação Racial (Lei 7.716/89, 9.459/97, Lei 7.437/85)	560	0,1	531	0,2	369	0,1	357	0,2
Abuso de Poder (Lei 4.898/65)	450	0,1	346	0,1	327	0,1	234	0,1
Consolidação das Leis do Trabalho - CLT (Decreto-Lei 5452/43)	335	0,1	267	0,1	210	0,1	185	0,1
Constituição Federal	208	0,0	225	0,1	141	0,1	159	0,1
Sonegação Fiscal (Lei 4.729/65)	170	0,0	130	0,0	110	0,0	86	0,0
Crimes contra o Mercado de Capitais (Lei 4.728/65 e Lei 6.385/76)	180	0,0	106	0,0	108	0,0	55	0,0
Interceptação Telefônica (Lei 9.296/96)	89	0,0	76	0,0	60	0,0	45	0,0
Lei Maria da Penha (Lei 11.340/06)	46	0,0	110	0,0	18	0,0	34	0,0
Tortura (Lei 9.455/97)	66	0,0	68	0,0	45	0,0	30	0,0
Estatuto do Índio (Lei 6.001/73)	66	0,0	41	0,0	48	0,0	26	0,0
Outros	18.624	4,3	16.548	4,8	10.449	4,0	10.929	4,6

Conclusão

Fonte: Polícia Federal; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) O atual sistema de controle de inquéritos da Polícia Federal aceita até 04 registros de tipo penal por inquérito. Assim, a quantidade de tipos penais registrados pode ser até quatro vezes superiores ao volume de inquéritos policiais.

(2) Exceto aqueles contabilizados em "Crimes de Corrupção e Delitos Econômicos".

(3) Peculato, Inserção de dados falsos para obter vantagem indevida, Extravio, Sonegação ou inutilização de livro ou documento, Concussão, Corrupção passiva, Corrupção ativa, Sonegação de contribuição previdenciária, Corrupção ativa em transação internacional, Tráfico de influência internacional, Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, Crimes contra a Ordem Tributária, Crimes de "lavagem" ou ocultação de bens e valores, Crimes da Lei de Licitações.

(4) Leis 4.737/65, 6.901/74, 7.021/82, 7.664/88, 8.214/91, 8.713/93, 9.100/95, 9.504/97 e 9.840/99.

TABELA 41

Tipos penais de corrupção e delitos econômicos registrados em inquéritos instaurados e relatados da Polícia Federal ^{(1) (2)}

Brasil - 2014-2015

Tipificação Penal	Inquéritos Instaurados			Inquéritos Relatados		
	Ns. Absolutos		Varição 2014-2015	Ns. Absolutos		Varição 2014-2015
	2014	2015	%	2014	2015	%
Total	50.614	46.806	-7,5	28.047	29.494	5,2
Código Penal - Art. 312 (Peculato)	6.473	6.109	-5,6	3.638	4.022	10,6
Código Penal - Art. 313 (Inserção de dados falsos para obter vantagem indevida)	2.218	1.970	-11,2	1.090	1.260	15,6
Código Penal - Art. 314 (Extravio, sonegação ou inutilização de livro ou documento)	354	281	-20,6	130	182	40,0
Código Penal - Art. 316 (Concussão)	489	385	-21,3	239	226	-5,4
Código Penal - Art. 317 (Corrupção passiva)	2.438	2.672	9,6	1.408	1.581	12,3
Código Penal - Art. 333 (Corrupção ativa)	1.690	1.777	5,1	1.087	1.064	-2,1
Código Penal - Art. 337 (Sonegação de contribuição previdenciária, Corrupção ativa em transação internacional e Tráfico de influência internacional)	5.306	4.558	-14,1	3.228	2.945	-8,8
Lei 7.492/86 (Crimes Financeiros)	7.874	7.943	0,9	4.424	4.997	13,0
Lei 8.137/90 (Crimes Tributários)	12.615	10.606	-15,9	7.552	6.568	-13,0
Lei 9.613/98 (Lavagem de Dinheiro)	2.786	2.802	0,6	1.339	1.466	9,5
Lei 8.666/93 (Lei de Licitações e Contratos)	8.371	7.703	-8,0	3.912	5.183	32,5

Conclusão

Fonte: Polícia Federal; Conselho Nacional do Ministério Público; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) O atual sistema de controle de inquéritos da Polícia Federal aceita até 04 registros de tipo penal por inquérito. Assim, a quantidade de tipos penais registrados pode ser até quatro vezes superiores ao volume de inquéritos policiais.

(2) Selecionados segundo critérios adotados na pesquisa "A Investigação e a Persecução Penal da Corrupção e dos Delitos Econômicos: Uma Pesquisa Empírica no Sistema de Justiça Federal " (2015), realizada pela Escola Superior do Ministério Público da União e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Violência nas escolas

TABELA 42

Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental em escolas que informaram que a localidade onde a escola está situada foi considerada área de risco, em termos de violência ⁽¹⁾

Brasil e Unidades da Federação - 2015

Brasil e Unidades da Federação	Em porcentagem		
	Total	Dependência Administrativa	
		Pública	Privada
Brasil	50,8	53,5	34,5
Acre	47,6	48,5	33,1
Alagoas	54,3	58,8	35,5
Amapá	63,0	65,5	38,4
Amazonas	63,3	65,9	28,5
Bahia	47,6	46,8	52,7
Ceará	36,9	38,0	30,4
Distrito Federal	77,4	80,9	67,4
Espírito Santo	64,9	67,2	50,4
Goiás	45,5	47,1	37,1
Maranhão	34,7	35,1	30,7
Mato Grosso	54,6	54,9	51,0
Mato Grosso do Sul	33,0	36,4	-
Minas Gerais	44,9	49,1	6,3
Pará	53,4	53,8	49,4
Paraíba	55,9	60,0	37,2
Paraná	29,3	30,1	24,2
Pernambuco	58,9	65,8	28,6
Piauí	32,4	31,5	38,9
Rio de Janeiro	48,0	49,1	45,2
Rio Grande do Norte	61,0	61,6	58,5
Rio Grande do Sul	47,2	49,1	16,2
Rondônia	30,4	32,6	-
Roraima	38,9	41,3	-
Santa Catarina	28,6	29,4	21,9
São Paulo	66,7	73,4	31,3
Sergipe	42,7	44,8	34,8
Tocantins	26,6	28,0	8,9

Conclusão

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 (Amostra 1); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Nos 12 meses anteriores à pesquisa.

TABELA 43

Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental em escolas que informaram ter suspenso ou interrompido as aulas por motivo de segurança, em termos de violência ⁽¹⁾

Brasil e Unidades da Federação - 2015

Brasil e Unidades da Federação	Em porcentagem		
	Total	Dependência Administrativa	
		Pública	Privada
Brasil	8,6	9,3	4,7
Acre	7,3	6,7	16,5
Alagoas	9,5	10,2	6,6
Amapá	12,2	13,4	-
Amazonas	4,1	4,4	-
Bahia	9,8	7,8	21,8
Ceará	5,5	6,4	-
Distrito Federal	-	-	-
Espírito Santo	12,3	14,3	-
Goiás	2,3	2,8	-
Maranhão	4,2	4,6	-
Mato Grosso	8,6	9,4	-
Mato Grosso do Sul	3,7	4,1	-
Minas Gerais	11,9	13,2	-
Pará	16,1	17,6	3,1
Paraíba	18,9	22,9	-
Paraná	2,3	2,6	-
Pernambuco	15,9	19,5	-
Piauí	5,5	6,3	-
Rio de Janeiro	16,4	18,9	10,2
Rio Grande do Norte	22,2	26,8	2,1
Rio Grande do Sul	4,1	4,3	-
Rondônia	4,9	5,3	-
Roraima	7,4	7,9	-
Santa Catarina	0,6	0,7	-
São Paulo	6,4	6,6	5,5
Sergipe	10,1	12,8	-
Tocantins	1,8	1,9	-

Conclusão

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 (Amostra 1); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(-) Fenômeno Inexistente.

(1) Pelo menos uma vez nos 12 meses anteriores à pesquisa.

TABELA 44

Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que não compareceram à escola por falta de segurança no trajeto casa-escola ou na escola ⁽¹⁾

Brasil e Unidades da Federação - 2015

Em porcentagem

Brasil e Unidades da Federação	Total	Local		Dependência Administrativa	
		Trajeto casa-escola	Escola	Pública	Privada
Brasil	14,8	11,5	9,5	15,8	9,0
Acre	11,0	8,2	7,6	11,4	4,4
Alagoas	14,5	11,9	8,9	15,5	10,4
Amapá	16,9	13,1	11,3	17,7	9,2
Amazonas	17,3	13,5	11,2	18,0	6,8
Bahia	14,7	11,5	9,0	15,4	10,0
Ceará	15,2	11,4	10,0	16,1	10,4
Distrito Federal	14,8	11,9	8,1	16,7	8,8
Espírito Santo	12,7	10,1	7,6	13,6	6,9
Goias	13,9	10,9	8,3	15,2	7,2
Maranhão	14,2	10,2	9,6	14,6	10,5
Mato Grosso	19,9	15,5	14,1	20,9	9,3
Mato Grosso do Sul	15,1	11,4	11,8	15,8	8,3
Minas Gerais	13,5	10,1	9,0	14,4	5,3
Pará	15,0	11,6	9,1	15,6	9,5
Paraíba	15,1	12,4	9,0	15,9	11,4
Paraná	11,4	8,0	8,4	12,1	6,5
Pernambuco	17,4	14,3	10,7	19,2	9,4
Piauí	11,0	8,4	6,5	11,0	10,8
Rio de Janeiro	17,2	14,2	9,6	19,0	12,7
Rio Grande do Norte	15,2	12,5	7,9	15,3	14,4
Rio Grande do Sul	12,3	9,6	7,8	12,6	7,3
Rondônia	11,1	8,0	7,1	11,1	10,6
Roraima	15,7	11,8	10,9	16,1	8,8
Santa Catarina	8,8	6,2	5,6	9,1	7,2
São Paulo	16,3	12,6	10,9	18,0	7,5
Sergipe	10,3	7,8	5,8	11,0	7,5
Tocantins	14,4	10,7	10,5	14,9	7,8

Conclusão

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 (Amostra 1); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Nos 30 dias anteriores à pesquisa.

TABELA 45

Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que não compareceram à escola por falta de segurança no trajeto casa-escola ou na escola ⁽¹⁾

Brasil e Grandes Regiões - 2012 e 2015

Em porcentagem

Brasil e Grandes Regiões	Total		Local				Dependência Administrativa			
			Trajeto casa-escola		Escola		Pública		Privada	
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015
Brasil	12,1	14,8	8,8	11,5	8,0	9,5	13,2	15,8	7,0	9,0
Centro-Oeste	12,7	15,6	9,4	12,2	8,4	10,1	13,5	17,0	7,8	8,1
Nordeste	10,1	14,8	6,9	11,6	6,9	9,2	10,7	15,6	7,1	10,3
Norte	12,6	15,0	8,9	11,5	8,6	9,6	13,2	15,6	7,8	8,7
Sudeste	13,3	15,6	9,9	12,1	8,7	10,0	15,2	16,9	6,7	8,7
Sul	11,2	11,0	8,1	8,0	7,4	7,5	11,6	11,5	7,9	6,8

Conclusão

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012 e 2015 (Amostra 1); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Nos 30 dias anteriores à pesquisa.

TABELA 46

Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que esculcharam, zombaram, mangaram, intimidaram ou caçoaram algum(a) colega da escola, tanto que ele(a) ficou magoado(a), aborrecido(a), ofendido(a) ou humilhado(a) ⁽¹⁾

Brasil e Unidades da Federação - 2015

Em porcentagem

Brasil e Unidades da Federação	Total	Sexo		Dependência Administrativa	
		Masculino	Feminino	Pública	Privada
Brasil	19,8	24,2	15,6	19,5	21,2
Acre	19,9	25,2	14,7	19,9	21,0
Alagoas	15,4	20,0	11,3	14,1	20,7
Amapá	18,6	22,8	14,5	18,4	19,8
Amazonas	21,0	25,3	16,8	21,1	20,5
Bahia	16,5	22,1	12,1	16,0	19,4
Ceará	18,7	23,6	14,0	18,3	21,1
Distrito Federal	23,6	29,7	18,2	23,2	25,1
Espírito Santo	20,2	25,5	15,3	20,2	20,4
Goiás	18,6	23,6	13,6	18,1	21,3
Maranhão	16,8	19,7	14,4	16,5	20,0
Mato Grosso	19,9	23,2	16,5	19,7	22,2
Mato Grosso do Sul	20,0	25,4	14,8	20,0	20,1
Minas Gerais	20,2	25,7	14,8	20,0	21,6
Pará	16,0	19,2	13,1	15,1	23,4
Paraíba	17,9	22,3	14,3	17,2	21,0
Paraná	20,2	24,7	15,5	20,3	19,9
Pernambuco	18,0	23,2	13,1	17,8	19,1
Piauí	14,0	17,3	11,2	13,5	17,8
Rio de Janeiro	19,8	22,2	17,7	20,2	18,7
Rio Grande do Norte	14,8	19,5	10,8	14,1	18,0
Rio Grande do Sul	17,0	21,8	12,3	16,7	22,2
Rondônia	16,7	20,6	13,0	16,3	21,9
Roraima	22,8	24,9	20,7	22,6	27,0
Santa Catarina	18,8	24,5	13,9	18,8	18,7
São Paulo	24,2	28,1	20,2	24,2	24,4
Sergipe	14,7	19,7	10,6	14,1	16,7
Tocantins	16,4	18,4	14,5	16,5	15,3

Conclusão

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 (Amostra 1); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Nos 30 dias anteriores à pesquisa.

TABELA 47

Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que esculacharam, zombaram, mangaram, intimidaram ou caçoaram algum(a) colega da escola, tanto que ele(a) ficou magoado(a), aborrecido(a), ofendido(a) ou humilhado(a) ⁽¹⁾

Brasil e Grandes Regiões - 2012 e 2015

Em porcentagem

Brasil e Grandes Regiões	Total		Sexo				Dependência Administrativa			
			Masculino		Feminino		Pública		Privada	
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015
Brasil	20,8	19,8	26,1	24,2	16,0	15,6	20,3	19,5	23,6	21,2
Centro-Oeste	20,5	20,2	25,6	25,0	15,7	15,4	19,9	19,7	24,0	22,6
Nordeste	16,1	16,9	21,2	21,6	12,0	12,8	14,8	16,4	23,1	19,6
Norte	16,5	17,9	20,5	21,5	13,2	14,5	16,0	17,5	21,2	21,9
Sudeste	23,6	22,2	29,1	26,4	18,2	18,1	23,6	22,3	23,7	22,2
Sul	23,2	18,9	28,1	23,8	18,6	14,1	23,0	18,8	25,4	20,0

Conclusão

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012 e 2015 (Amostra 1); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Nos 30 dias anteriores à pesquisa.

TABELA 48

Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que se sentiram humilhados por provocações de colegas da escola ⁽¹⁾

Brasil e Unidades da Federação - 2015

Em porcentagem

Brasil e Unidades da Federação	Total			Sexo					
	Nenhuma vez	Raramente ou às vezes	Na maior parte do tempo ou sempre	Masculino			Feminino		
				Nenhuma vez	Raramente ou às vezes	Na maior parte do tempo ou sempre	Nenhuma vez	Raramente ou às vezes	Na maior parte do tempo ou sempre
Brasil	53,4	39,2	7,4	52,6	39,7	7,6	54,1	38,7	7,2
Acre	54,6	36,7	8,6	54,4	36,7	8,9	54,8	36,8	8,4
Alagoas	57,6	36,9	5,4	55,5	38,8	5,7	59,4	35,3	5,2
Amapá	57,9	35,6	6,5	57,9	35,3	6,8	57,8	35,9	6,2
Amazonas	56,5	36,1	7,4	54,6	37,6	7,8	58,3	34,7	7,0
Bahia	58,3	35,2	6,5	56,7	35,8	7,4	59,5	34,7	5,8
Ceará	53,8	39,9	6,3	51,4	41,2	7,5	56,1	38,7	5,2
Distrito Federal	53,1	40,2	6,7	52,2	40,5	7,3	54,0	39,9	6,1
Espírito Santo	53,2	39,4	7,4	52,2	40,2	7,6	54,2	38,7	7,1
Goiás	53,5	38,2	8,3	53,1	38,1	8,9	54,0	38,4	7,6
Maranhão	57,7	35,5	6,8	58,5	34,6	6,9	57,1	36,2	6,7
Mato Grosso	54,8	36,8	8,4	55,3	36,5	8,2	54,2	37,2	8,6
Mato Grosso do Sul	51,6	40,1	8,4	51,3	39,0	9,8	51,8	41,1	7,0
Minas Gerais	53,0	39,2	7,8	52,6	39,1	8,3	53,4	39,3	7,3
Pará	59,9	34,9	5,1	57,7	37,1	5,1	61,9	33,0	5,1
Paraíba	55,6	37,9	6,5	55,0	37,5	7,4	56,1	38,2	5,8
Paraná	51,5	39,7	8,8	51,6	40,3	8,1	51,4	39,1	9,5
Pernambuco	57,2	35,4	7,4	53,8	37,5	8,8	60,4	33,5	6,1
Piauí	60,4	34,9	4,7	60,9	34,2	5,0	60,0	35,5	4,5
Rio de Janeiro	56,2	36,6	7,2	56,1	37,2	6,7	56,3	36,0	7,8
Rio Grande do Norte	58,1	36,5	5,3	56,6	37,3	6,0	59,4	35,9	4,7
Rio Grande do Sul	55,1	38,6	6,3	56,1	38,1	5,8	54,2	39,1	6,7
Rondônia	55,6	38,3	6,1	53,4	39,8	6,8	57,7	36,9	5,4
Roraima	56,2	36,2	7,6	56,4	36,8	6,8	56,1	35,5	8,4
Santa Catarina	54,9	39,9	5,2	55,1	39,9	5,0	54,7	40,0	5,3
São Paulo	46,2	44,8	9,0	46,2	45,0	8,8	46,2	44,6	9,2
Sergipe	57,0	36,9	6,1	54,5	39,1	6,4	59,0	35,2	5,8
Tocantins	52,7	40,7	6,6	54,4	38,7	6,9	51,1	42,6	6,4

Continua

Em porcentagem

Brasil e Unidades da Federação	Dependência Administrativa					
	Pública			Privada		
	Nenhuma vez	Raramente ou às vezes	Na maior parte do tempo ou sempre	Nenhuma vez	Raramente ou às vezes	Na maior parte do tempo ou sempre
Brasil	53,7	38,8	7,6	51,7	41,8	6,5
Acre	54,9	36,4	8,7	50,3	41,5	8,2
Alagoas	59,0	35,9	5,1	51,9	41,2	7,0
Amapá	58,9	34,8	6,3	47,9	43,5	8,6
Amazonas	56,6	36,0	7,3	54,1	37,5	8,3
Bahia	58,9	34,6	6,5	55,0	38,6	6,4
Ceará	54,6	39,4	6,1	49,2	43,0	7,8
Distrito Federal	54,5	38,6	6,9	48,8	45,0	6,1
Espírito Santo	53,1	39,2	7,7	54,1	40,9	5,0
Goiás	54,1	37,4	8,5	50,7	42,5	6,8
Maranhão	58,3	35,2	6,6	52,3	38,5	9,2
Mato Grosso	54,8	36,7	8,5	54,4	38,6	7,0
Mato Grosso do Sul	51,4	40,2	8,4	53,1	39,2	7,7
Minas Gerais	53,2	38,9	7,9	51,7	42,2	6,1
Pará	61,0	34,0	5,0	50,6	43,1	6,4
Paraíba	56,3	37,3	6,4	52,3	40,5	7,2
Paraná	52,1	38,9	9,0	47,8	45,3	7,0
Pernambuco	57,6	35,0	7,4	55,2	37,3	7,5
Piauí	61,3	34,2	4,5	54,4	39,1	6,5
Rio de Janeiro	57,0	35,6	7,4	54,1	39,0	6,8
Rio Grande do Norte	60,1	34,9	5,0	49,7	43,5	6,8
Rio Grande do Sul	55,6	38,2	6,2	47,2	45,6	7,2
Rondônia	55,9	38,1	6,0	51,1	41,5	7,4
Roraima	56,9	35,7	7,4	46,1	43,9	10,0
Santa Catarina	54,8	40,2	5,0	55,3	37,8	6,8
São Paulo	45,6	44,7	9,7	49,5	45,3	5,3
Sergipe	57,1	36,8	6,0	56,5	37,2	6,3
Tocantins	52,4	40,8	6,8	55,9	39,9	4,2

Conclusão

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 (Amostra 1); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Nos 30 dias anteriores à pesquisa.

TABELA 49

Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que se sentiram humilhados por provocações de colegas da escola ⁽¹⁾

Brasil e Grandes Regiões - 2012 e 2015

Em porcentagem

Brasil e Grandes Regiões	Nenhuma vez		Raramente ou às vezes		Na maior parte do tempo ou sempre	
	2012	2015	2012	2015	2012	2015
Brasil	64,7	53,4	28,2	39,2	7,2	7,4
Centro-Oeste	66,5	53,4	26,8	38,6	6,7	8,0
Nordeste	69,2	57,1	24,8	36,5	6,0	6,4
Norte	69,0	57,6	25,4	36,2	5,7	6,2
Sudeste	62,4	50,0	29,7	41,7	7,8	8,3
Sul	60,4	53,5	31,4	39,4	8,2	7,1

Conclusão

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012 e 2015 (Amostra 1); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Nos 30 dias anteriores à pesquisa.

TABELA 50

Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que se sentiram humilhados por provocações de colegas da escola, por sexo ⁽¹⁾

Brasil e Grandes Regiões - 2012 e 2015

Em porcentagem

Brasil e Grandes Regiões	Masculino						Feminino					
	Nenhuma vez		Raramente ou às vezes		Na maior parte do tempo ou sempre		Nenhuma vez		Raramente ou às vezes		Na maior parte do tempo ou sempre	
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015
Brasil	63,2	52,6	28,9	39,7	7,9	7,6	66,0	54,1	27,5	38,7	6,5	7,2
Centro-Oeste	63,6	53,1	28,2	38,3	8,2	8,6	69,2	53,7	25,6	38,9	5,3	7,4
Nordeste	66,1	55,5	26,5	37,3	7,4	7,2	71,7	58,5	23,4	35,8	5,0	5,7
Norte	67,3	56,1	26,3	37,5	6,4	6,4	70,4	59,0	24,6	35,0	5,0	6,0
Sudeste	61,7	49,8	29,9	42,0	8,3	8,3	63,1	50,2	29,6	41,4	7,3	8,3
Sul	60,7	53,8	31,0	39,5	8,3	6,7	60,0	53,2	31,8	39,3	8,1	7,5

Conclusão

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012 e 2015 (Amostra 1); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Nos 30 dias anteriores à pesquisa.

TABELA 51

Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que se sentiram humilhados por provocações de colegas da escola, por dependência administrativa ⁽¹⁾

Brasil e Grandes Regiões - 2012 e 2015

Em porcentagem

Brasil e Grandes Regiões	Pública						Privada					
	Nenhuma vez		Raramente ou às vezes		Na maior parte do tempo ou sempre		Nenhuma vez		Raramente ou às vezes		Na maior parte do tempo ou sempre	
	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015	2012	2015
Brasil	65,6	53,7	27,3	38,8	7,1	7,6	60,2	51,7	32,3	41,8	7,6	6,5
Centro-Oeste	67,0	53,9	26,3	37,9	6,7	8,2	63,3	50,8	29,8	42,5	6,9	6,7
Nordeste	70,8	57,9	23,3	35,9	5,9	6,3	60,5	53,1	32,6	39,7	6,9	7,2
Norte	69,8	58,1	24,7	35,7	5,5	6,2	61,7	51,4	31,3	41,6	7,0	6,9
Sudeste	63,1	49,7	29,2	41,5	7,7	8,8	60,0	51,4	31,9	42,8	8,2	5,9
Sul	60,7	53,9	30,9	39,0	8,4	7,1	57,3	49,8	36,0	43,2	6,7	7,0

Conclusão

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2012 e 2015 (Amostra 1); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Nos 30 dias anteriores à pesquisa.

TABELA 52

Escolares frequentando o 9º ano do ensino fundamental que se sentiram humilhados por provocações de colegas da escola, por motivo/causa da humilhação⁽¹⁾

Brasil e Unidades da Federação - 2015

Em porcentagem

Brasil e Unidades da Federação	Cor ou raça	Religião	Aparência do rosto	Aparência do corpo	Orientação sexual	Região de origem	Outros motivos/causas
Brasil	5,6	3,4	10,9	15,6	2,1	1,3	61,1
Acre	7,3	4,2	9,6	14,2	1,8	0,7	62,2
Alagoas	5,0	3,8	9,1	14,8	2,0	1,4	63,9
Amapá	5,9	3,9	7,5	12,5	2,6	2,3	65,2
Amazonas	6,1	5,6	9,6	12,3	2,2	1,1	63,1
Bahia	6,5	4,2	9,9	14,2	2,3	1,4	61,6
Ceará	5,2	3,7	8,4	15,4	1,8	1,3	64,2
Distrito Federal	5,1	3,3	9,5	17,0	1,8	1,6	61,8
Espírito Santo	3,8	2,3	11,6	16,5	1,7	1,2	62,9
Goiás	6,2	2,9	9,0	16,5	1,8	1,8	61,8
Maranhão	7,2	4,8	11,1	13,3	1,3	1,0	61,2
Mato Grosso	6,0	4,1	8,2	15,4	2,1	1,8	62,4
Mato Grosso do Sul	7,1	3,1	7,9	15,9	2,1	1,1	62,9
Minas Gerais	5,6	2,2	9,9	16,0	2,3	1,1	63,1
Pará	4,9	5,4	8,3	12,9	2,4	1,4	64,8
Paraíba	5,2	3,7	11,5	17,1	1,4	0,9	60,1
Paraná	5,8	2,9	10,2	16,0	1,0	1,1	62,8
Pernambuco	5,7	4,2	12,3	15,4	2,0	1,8	58,7
Piauí	6,0	5,6	8,9	14,4	1,3	1,5	62,4
Rio de Janeiro	4,4	3,2	12,7	15,4	3,1	1,5	59,8
Rio Grande do Norte	4,0	4,7	9,1	17,1	1,5	1,4	62,2
Rio Grande do Sul	3,1	3,5	12,6	16,2	2,6	1,5	60,4
Rondônia	4,4	2,7	9,6	14,5	1,6	0,7	66,5
Roraima	7,5	3,7	11,2	14,7	2,3	2,2	58,4
Santa Catarina	3,6	3,3	7,1	14,8	1,7	1,5	68,1
São Paulo	6,3	2,8	13,2	16,6	2,2	1,3	57,6
Sergipe	3,6	3,6	9,8	14,2	1,8	1,0	66,0
Tocantins	7,3	4,6	10,1	14,1	1,7	1,6	60,5

Conclusão

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar 2015 (Amostra 1); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(1) Nos 30 dias anteriores à pesquisa.

Insegurança dentro e fora das escolas

Patrícia Nogueira Pröglhöf

Um estudante de 12 anos morre vítima de uma surra dada por colegas em Belém.¹ Adolescente é baleado na frente de escola durante tentativa de homicídio em Vitória.² Guerra do tráfico fecha escolas no Rio de Janeiro.³ Manchetes como estas, embora não deixem de causar espanto e indignação, são frequentes em nossos noticiários.

Na tentativa de que a discussão sobre tais situações não seja apartada do quadro mais amplo de segurança pública vivenciada pelo nosso país, o Fórum Brasileiro de Segurança Pública traz novamente neste anuário o tema da violência nas escolas, a partir dos dados recentemente publicados da Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2015. Realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE com amostra representativa dos estudantes do 9º ano do ensino fundamental de todo o país, a pesquisa observa a realidade dos jovens brasileiros a partir de um conceito abrangente de saúde, o qual – para além de questões básicas como hábitos alimentares e de higiene pessoal,

prática de atividades físicas, saúde mental, entre outros – preocupa-se também com a convivência destes jovens com a violência.

No cenário apresentado pela pesquisa, chama inicialmente à atenção a constatação de que metade dos escolares (50,8%) frequentam escolas que declaram estar situadas em áreas de risco em termos de violência, ou seja, com presença de roubos, furtos, assaltos, troca de tiros, consumo de drogas, homicídios, entre outros. Dentre as unidades da federação, as escolas públicas do Distrito Federal e de São Paulo são as que apresentam o maior percentual de estudantes em unidades nestas áreas, respectivamente, 80,9% e 73,4% dos escolares.

Ainda segundo a pesquisa, o contexto de violência interfere diretamente no dia a dia das escolas, prejudicando o desenvolvimento das aulas (9,3% das escolas públicas e 4,7% das particulares informam ter suspenso ou interrompido as aulas em ao menos um dia do ano por motivo de segurança) e a frequência dos alunos (11,5% dos escolares afirmam que falta-

1 <http://educacao.uol.com.br/noticias/2016/08/31/aluno-de-12-anos-morre-depois-de-surra-na-escola-em-belem-pa-diz-familia.htm>

2 <http://veja.abril.com.br/brasil/guerra-do-trafico-fecha-escolas-no-rio/>

3 <http://www.folhavoritória.com.br/policia/noticia/2016/04/adolescente-e-baleado-na-frente-de-escola-durante-tentativa-de-homicidio-em-vitoria.html>

ram às aulas ao menos uma vez no mês anterior à pesquisa por não se sentirem seguros no trajeto entre suas casas e a escola).

E se a violência presente fora das escolas atrapalha o cotidiano escolar, também as situações que acontecem em seu interior são objeto de preocupação: no mês anterior à pesquisa, 9,5% dos escolares faltaram às aulas por não se sentirem seguros no interior da própria escola e 46,6% afirmam que se sentiram humilhados por provocações de colegas (aumento de 11,3% em relação ao verificado em 2012).

Quanto a esta última situação, alunos de escolas públicas e particulares enfrentam desafios semelhantes, sendo o percentual de relatos bastante próximo (46,6% para estudantes da rede pública e 48,3% para os da rede privada). De forma também parecida, os estudantes brasileiros relatam que as características físicas como a aparência do corpo (15,6%) ou do rosto (10,9%) estão entre os principais motivos de se sentirem humilhados pelos colegas no ambiente escolar.

A reprodução de uma lógica de violência é assumida também pelos próprios alunos, 1 em

cada 5 (19,8%) deles reconhecendo que – no mês anterior à pesquisa – adotaram comportamentos que magoaram, aborreceram, ofenderam ou humilharam algum de seus colegas. Embora levemente inferior ao verificado na edição de 2012 (20,8%), estes comportamentos permanecem elevados e prevalecem entre os escolares do sexo masculino (24,2% os escolares).

À medida que dados como estes são produzidos nacionalmente e de forma periódica, o contorno das diferentes formas de violência que afetam nosso sistema educacional torna-se cada vez mais concreto e manchetes como as inicialmente mencionadas podem ser compreendidas como parte de um contexto mais amplo. Se queremos que o país reduza seus índices de criminalidade e violência devemos, entre tantas medidas necessárias, garantir que a insegurança não prejudique a oferta de educação, o acesso de nossos jovens a ela e a qualidade do aprendizado. Sobretudo, é preciso que – para além dos conteúdos curriculares – o ambiente escolar seja capaz de ensinar pela prática às nossas crianças e jovens que a paz é possível.

População carcerária

TABELA 53

Presos no sistema penitenciário: condenados e provisórios

Brasil e Unidades da Federação – 2014

Brasil e Unidades da Federação	Condenados		Provisórios		Total	
	Ns. Absolutos	%	Ns. Absolutos	%	Ns. Absolutos (1)	Taxas (2)
Brasil	372.183	63,7	212.178	36,3	584.361	393,0
Acre	3.105	73,2	1.139	26,8	4.244	873,3
Alagoas	3.588	64,6	1.970	35,4	5.558	245,0
Amapá	1.775	66,7	888	33,3	2.663	549,1
Amazonas	3.313	42,0	4.574	58,0	7.887	312,9
Bahia	5.617	45,9	6.632	54,1	12.249	113,6
Ceará	11.151	51,6	10.443	48,4	21.594	340,2
Distrito Federal	10.365	76,8	3.138	23,2	13.503	641,8
Espírito Santo	9.506	57,0	7.179	43,0	16.685	582,4
Goiás	7.880	51,2	7.518	48,8	15.398	321,9
Maranhão	2.302	43,7	2.966	56,3	5.268	118,6
Mato Grosso	4.466	44,1	5.672	55,9	10.138	438,7
Mato Grosso do Sul	9.764	73,2	3.571	26,8	13.335	700,4
Minas Gerais	30.680	54,5	25.662	45,5	56.342	363,3
Pará	6.563	54,9	5.395	45,1	11.958	223,9
Paraíba	6.516	62,5	3.905	37,5	10.421	368,9
Paraná	13.390	71,2	5.417	28,8	18.807	227,4
Pernambuco	13.182	49,2	13.627	50,8	26.809	401,7
Piauí	1.334	41,9	1.848	58,1	3.182	142,6
Rio de Janeiro	23.442	58,2	16.859	41,8	40.301	317,9
Rio Grande do Norte	5.058	66,3	2.566	33,7	7.624	305,8
Rio Grande do Sul	18.364	65,3	9.761	34,7	28.125	326,8
Rondônia	8.460	86,3	1.346	13,7	9.806	803,8
Roraima	761	47,4	843	52,6	1.604	486,1
Santa Catarina	12.372	73,5	4.456	26,5	16.828	328,3
São Paulo	155.694	71,8	61.132	28,2	216.826	647,1
Sergipe	2.095	47,6	2.308	52,4	4.403	282,8
Tocantins	1.440	51,4	1.363	48,6	2.803	271,9

Conclusão

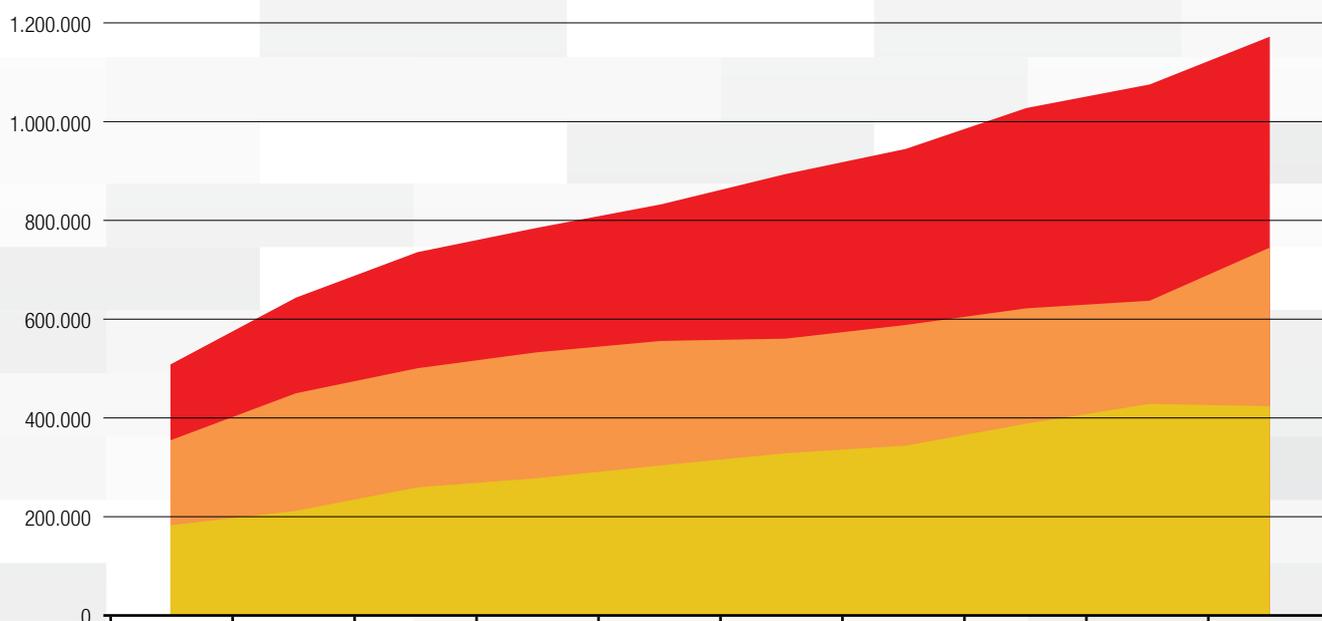
Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referência: dez./2014.

(1) Não inclui pessoas presas nas carceragens das delegacias.

(2) Por 100 mil habitantes com mais de 18 anos, segundo Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD/IBGE.

GRÁFICO 15

Evolução da população sistema prisional brasileiro, número de vagas e presos provisórios 2005 - 2014



	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014
População prisional	254.601	321.435	366.359	393.488	417.112	445.705	471.254	513.713	537.790	584.361
Nº de vagas	175.908	224.277	249.515	266506	277846	281.081	294.929	310.243	317.423	370.860
Presos provisórios	91.317	103.662	127.562	138.939	152.612	164.683	173.818	195.036	215.639	212.178

TABELA 54

População prisional, número de vagas e relação preso/vaga por situação da prisão/regime de cumprimento de pena. Presos no sistema penitenciário: condenados e provisórios

Brasil e Unidades da Federação – 2014

Brasil e Unidades da Federação	Provisórios			Condenados					
	População	Vagas	Relação preso/vaga	Regime fechado			Regime semiaberto		
				População	Vagas	Relação preso/vaga	População	Vagas	Relação preso/vaga
Brasil	212.178	118.340	1,8	249.537	171.078	1,5	101.346	67.677	1,5
Acre	1.139	444	2,6	2.389	1.430	1,7	698	634	1,1
Alagoas	1.970	630	3,1	1.265	1.861	0,7	1.327	-	-
Amapá	888	434	2,0	1.182	579	2,0	561	395	1,4
Amazonas	4.574	2.444	1,9	1.605	651	2,5	1.021	266	3,8
Bahia	6.632	2.327	2,9	3.408	1.215	2,8	2.139	714	3,0
Ceará	10.443	8.291	1,3	4.654	1.948	2,4	3.440	927	3,7
Distrito Federal	3.138	1.296	2,4	5.822	3.226	1,8	4.478	2.288	2,0
Espírito Santo	7.179	5.413	1,3	6.197	5.418	1,1	3.232	2.618	1,2
Goiás	7.518	3.970	1,9	4.838	3.905	1,2	2.316	870	2,7
Maranhão	2.966	2.062	1,4	1.413	1.575	0,9	820	520	1,6
Mato Grosso	5.672	2.553	2,2	4.170	3.061	1,4	201	167	1,2
Mato Grosso do Sul	3.571	-	-	6.961	4.190	1,7	1.825	2.115	0,9
Minas Gerais	25.662	16.012	1,6	16.726	11.620	1,4	10.610	6.832	1,6
Pará	5.395	1.301	4,1	4.766	5.451	0,9	1.694	1.054	1,6
Paraíba	3.905	2.159	1,8	4.658	3.720	1,3	1.232	1.061	1,2
Paraná	5.417	5.010	1,1	10.573	9.839	1,1	2.533	2.766	0,9
Pernambuco	13.627	6.214	2,2	8.587	3.235	2,7	3.865	1.464	2,6
Piauí	1.848	466	4,0	892	1.288	0,7	338	366	0,9
Rio de Janeiro	16.859	10.139	1,7	12.704	11.128	1,1	9.963	5.947	1,7
Rio Grande do Norte	2.566	2.013	1,3	3.155	1.933	1,6	1.046	755	1,4
Rio Grande do Sul	9.761	2.069	4,7	9.629	12.875	0,7	6.754	5.902	1,1
Rondônia	1.346	1.228	1,1	4.562	2.822	1,6	1.751	1.346	1,3
Roraima	843	60	14,1	394	786	0,5	184	120	1,5
Santa Catarina	4.456	5.972	0,7	7.036	4.407	1,6	3.716	1.597	2,3
São Paulo	61.132	32.955	1,9	119.324	71.638	1,7	34.907	26.385	1,3
Sergipe	2.308	1.416	1,6	1.657	789	2,1	284	220	1,3
Tocantins	1.363	1.462	0,9	970	488	2,0	411	348	1,2

Continua

Brasil e Unidades da Federação	Condenados						Total		
	Regime aberto			Medida de segurança ⁽¹⁾			População ⁽²⁾	Vagas ⁽³⁾	Relação preso/vaga
	População	Vagas	Relação preso/vaga	População	Vagas	Relação preso/vaga			
Brasil	17.858	4.421	4,0	2.947	4.040	0,7	583.866	370.860	1,6
Acre	8	-	-	3	-	-	4.237	2.508	1,7
Alagoas	950	-	-	46	105	0,4	5.558	2.596	2,1
Amapá	19	1	19,0	13	57	0,2	2.663	1.484	1,8
Amazonas	666	2	333,0	8	28	0,3	7.874	3.427	2,3
Bahia	15	-	-	55	90	0,6	12.249	8.597	1,4
Ceará	3.010	157	19,2	47	153	0,3	21.594	11.476	1,9
Distrito Federal	-	-	-	65	110	0,6	13.503	6.920	2,0
Espírito Santo	11	-	-	65	100	0,7	16.684	13.562	1,2
Goiás	715	299	2,4	5	-	-	15.392	9.056	1,7
Maranhão	69	142	0,5	-	-	-	5.268	4.299	1,2
Mato Grosso	75	-	-	20	32	0,6	10.138	5.909	1,7
Mato Grosso do Sul	930	381	2,4	22	-	-	13.309	6.686	2,0
Minas Gerais	3.137	1.721	1,8	202	236	0,9	56.337	36.653	1,5
Pará	-	-	-	103	83	1,2	11.958	7.889	1,5
Paraíba	585	427	1,4	40	91	0,4	10.420	7.486	1,4
Paraná	-	-	-	284	659	0,4	18.807	18.278	1,0
Pernambuco	283	-	-	226	210	1,1	26.588	11.278	2,4
Piauí	87	101	0,9	17	-	-	3.182	2.221	1,4
Rio de Janeiro	686	414	1,7	85	220	0,4	40.297	28.130	1,4
Rio Grande do Norte	767	160	4,8	42	45	0,9	7.576	4.906	1,5
Rio Grande do Sul	1.925	-	-	56	441	0,1	28.125	21.287	1,3
Rondônia	1.972	502	3,9	28	44	0,6	9.659	6.113	1,6
Roraima	183	114	1,6	-	-	-	1.604	1.080	1,5
Santa Catarina	1.527	-	-	90	72	1,3	16.825	12.048	1,4
São Paulo	36	-	-	1.414	1.264	1,1	216.813	132.248	1,6
Sergipe	154	-	-	-	-	-	4.403	2.425	1,8
Tocantins	48	-	-	11	-	-	2.803	2.298	1,2

Conclusão

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referência: dez./2014.

(-) Fenômeno Inexistente.

(1) Inclui apenas o regime Medida de Segurança - Internação e não incluem Tratamento Ambulatorial.

(2) A população total não inclui pessoas condenadas a tratamento ambulatorial que não ocupam vaga no sistema prisional e pessoas presas nas carceragens das delegacias.

(3) Inclui Outras vagas.

TABELA 55

Pessoas presas sob custódia das polícias
Brasil e Unidades da Federação – 2014-2015

Brasil e Unidades da Federação	Custódia das polícias	
	Ns. absolutos	
	2014	2015
Brasil	36.850	28.420
Acre
Alagoas	459	446
Amapá	-	...
Amazonas	756	797
Bahia	3.362	3.372
Ceará	5.121	11.865
Distrito Federal	79	94
Espírito Santo	9	...
Goiás	176	...
Maranhão	1.385	1.158
Mato Grosso	-	...
Mato Grosso do Sul	580	633
Minas Gerais
Pará	398	433
Paraíba	29	...
Paraná	9.174	9.212
Pernambuco
Piauí
Rio de Janeiro	-	...
Rio Grande do Norte	522	113
Rio Grande do Sul
Rondônia	-	-
Roraima
Santa Catarina	-	-
São Paulo	3.204	...
Sergipe	446	297
Tocantins	2.969	...

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referências: dez./2014 - dez./2015.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

Observação: Dados atualizados em 16 de novembro de 2016, em função de complemento de dados disponibilizado pelo estado de Rondônia em 04 de novembro de 2016.

TABELA 56

Servidores em atividade de custódia e razão pessoas presas/servidores na custódia

Brasil e Unidades da Federação – 2014

Brasil e Unidades da Federação	Servidores em atividade de custódia	Razão pessoas presas/servidores em atividade de custódia na UF	Maior número de pessoas presas por servidor em atividade de custódia em uma unidade na UF
Brasil	76.766	7,6	723
Acre	828	5,1	184
Alagoas	518	10,7	227
Amapá	792	3,4	302
Amazonas	807	9,8	165
Bahia	2.241	5,5	335
Ceará	1.754	12,3	234
Distrito Federal	1.122	12,0	239
Espírito Santo	3.356	5,0	266
Goiás	1.467	10,5	81
Maranhão	677	7,8	81
Mato Grosso	2.194	4,6	227
Mato Grosso do Sul	1.098	12,1	94
Minas Gerais	15.861	3,6	723
Pará	1.795	6,7	147
Paraíba	1.336	7,8	101
Paraná	3.413	5,5	211
Pernambuco	1.182	22,7	123
Piauí	500	6,4	87
Rio de Janeiro	1.393	28,9	87
Rio Grande do Norte	632	12,1	56
Rio Grande do Sul	2.919	9,6	185
Rondônia	1.966	5,0	156
Roraima	206	7,8	91
Santa Catarina	2.901	5,8	410
São Paulo	24.563	8,8	399
Sergipe	411	10,7	112
Tocantins	834	3,4	175

Conclusão

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referência: dez./2014.

TABELA 57

Servidores na área de saúde e razão entre pessoas custodiadas e servidores da área de saúde

Brasil e Unidades da Federação – 2014

Brasil e Unidades da Federação	Médicos (exceto psiquiatras), enfermeiros e auxiliares de enfermagem		Saúde mental - psiquiatras, psicólogos e terapeutas ocupacionais	
	Quantidade de servidores	Razão entre servidores e pessoas custodiadas	Quantidade de servidores	Razão entre servidores e pessoas custodiadas
Brasil	4.512	129,5	1.658	352,5
Acre	17	249,7	15	282,9
Alagoas	56	99,3	19	292,5
Amapá	14	190,2	9	295,9
Amazonas	73	108,0	25	315,5
Bahia	229	53,5	95	128,9
Ceará	124	174,2	21	1.028,3
Distrito Federal	42	321,5	49	275,6
Espírito Santo	146	114,3	70	238,4
Goiás	82	187,8	29	531,0
Maranhão	112	47,0	22	239,5
Mato Grosso	151	67,1	29	349,6
Mato Grosso do Sul	89	149,8	40	333,4
Minas Gerais	660	85,4	273	206,4
Pará	178	67,2	64	186,8
Paraíba	63	165,4	21	496,2
Paraná	157	119,8	39	482,2
Pernambuco	150	178,7	83	323,0
Piauí	49	64,9	14	227,3
Rio de Janeiro	436	92,4	130	310,0
Rio Grande do Norte	27	282,4	4	1.906,0
Rio Grande do Sul	137	205,3	152	185,0
Rondônia	201	48,8	14	700,4
Roraima	5	320,8	4	401,0
Santa Catarina	107	157,3	52	323,6
São Paulo	1.126	192,6	368	589,2
Sergipe	51	86,3	10	440,3
Tocantins	30	93,4	7	400,4

Conclusão

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referência: dez./2014.

TABELA 58

Pessoas no sistema prisional envolvidas em atividades educacionais
Brasil e Unidades da Federação – 2014

Brasil e Unidades da Federação	Pessoas envolvidas em atividades do ensino formal		Pessoas envolvidas em outras atividades educacionais	
	Ns. absolutos	%	Ns. absolutos	%
Brasil	63.852	11	10.514	2
Acre	253	6	22	1
Alagoas	502	9	-	-
Amapá	1.014	38	120	5
Amazonas	548	7	203	3
Bahia	2.544	21	328	3
Ceará	3.222	15	40	0
Distrito Federal	1.696	13	253	2
Espírito Santo	4.360	26	368	2
Goiás	597	4	34	0
Maranhão	288	5	-	-
Mato Grosso	1.950	19	195	2
Mato Grosso do Sul	1.161	9	12	0
Minas Gerais	5.808	10	2.151	4
Pará	846	7	-	-
Paraíba	1.124	11	21	0
Paraná	4.787	25	2.642	14
Pernambuco	5.611	21	-	-
Piauí	131	4	-	-
Rio de Janeiro	5.014	12	19	0
Rio Grande do Norte	353	5	-	-
Rio Grande do Sul	3.018	11	126	0
Rondônia	1.151	12	277	3
Roraima	343	21	-	-
Santa Catarina	1.748	10	576	3
São Paulo	15.265	7	2.423	1
Sergipe	219	5	615	14
Tocantins	299	11	89	3

Conclusão

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referência: dez/2014.

(-) Fenômeno inexistente.

TABELA 59

Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborerápicas no sistema prisional
Brasil e Unidades da Federação – 2014

Brasil e Unidades da Federação	Pessoas privadas de liberdade trabalhando	% de pessoas privadas de liberdade que trabalham em relação ao total da população prisional	Entre as pessoas privadas de liberdade que trabalham			
			Pessoas privadas de liberdade em atividade externa à unidade prisional	% em atividade externa à unidade prisional	Pessoas privadas de liberdade em atividade interna à unidade prisional	% em atividade interna à unidade prisional
Brasil	115.794	19,8	29.264	25,3	86.530	74,7
Acre	639	15,1	97	15,2	542	84,8
Alagoas	769	13,8	403	52,4	366	47,6
Amapá	921	34,6	409	44,4	512	55,6
Amazonas	1.097	13,9	344	31,4	753	68,6
Bahia	1.991	16,3	291	14,6	1.700	85,4
Ceará	1.790	8,3	472	26,4	1.318	73,6
Distrito Federal	2.057	15,2	809	39,3	1.248	60,7
Espírito Santo	2.484	14,9	1.205	48,5	1.279	51,5
Goiás	2.373	15,4	571	24,1	1.802	75,9
Maranhão	736	14,0	142	19,3	594	80,7
Mato Grosso	2.558	25,2	642	25,1	1.916	74,9
Mato Grosso do Sul	4.941	37,1	1.814	36,7	3.127	63,3
Minas Gerais	8.194	14,5	1.516	18,5	6.678	81,5
Pará	1.108	9,3	496	44,8	612	55,2
Paraíba	497	4,8	144	29,0	353	71,0
Paraná	5.154	27,4	1.387	26,9	3.767	73,1
Pernambuco	2.943	11,0	678	23,0	2.265	77,0
Piauí	646	20,3	44	6,8	602	93,2
Rio de Janeiro	2.223	5,5	349	15,7	1.874	84,3
Rio Grande do Norte	199	2,6	108	54,3	91	45,7
Rio Grande do Sul	8.582	30,5	2.375	27,7	6.207	72,3
Rondônia	2.960	30,2	1.749	59,1	1.211	40,9
Roraima	183	11,4	56	30,6	127	69,4
Santa Catarina	5.446	32,4	1.379	25,3	4.067	74,7
São Paulo	54.541	25,2	11.519	21,1	43.022	78,9
Sergipe	254	5,8	56	22,0	198	78,0
Tocantins	508	18,1	209	41,1	299	58,9

Conclusão

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referências: dez./2014.

TABELA 60

Pessoas privadas de liberdade envolvidas em atividades laborterápicas no sistema prisional, por faixas de remuneração

Brasil e Unidades da Federação – 2014

Brasil e Unidades da Federação	Não recebe		Menos do que 3/4 do salário mínimo mensal		Entre 3/4 e 1 salário mínimo mensal		Entre 1 e 2 salários mínimos mensais		Mais que 2 salários mínimos mensais	
	Ns. absolutos	%	Ns. absolutos	%	Ns. absolutos	%	Ns. absolutos	%	Ns. absolutos	%
Brasil	41.280	38,0	40.324	37,1	21.578	19,9	5.142	4,7	235	0,2
Acre	40	34,8	-	-	75	65,2	-	-	-	-
Alagoas	-	-	-	-	32	100,0	-	-	-	-
Amapá
Amazonas	368	68,4	96	17,8	74	13,8	-	-	-	-
Bahia	50	3,8	161	12,2	640	48,3	295	22,3	178	13,4
Ceará	521	49,9	387	37,0	122	11,7	15	1,4	-	-
Distrito Federal	153	68,3	-	-	71	31,7	-	-	-	-
Espírito Santo	438	29,0	-	-	305	20,2	766	50,8	-	-
Goiás	1.478	65,9	361	16,1	328	14,6	77	3,4	-	-
Maranhão	65	23,0	43	15,2	93	33,0	65	23,0	16	5,7
Mato Grosso	561	70,4	18	2,3	143	17,9	74	9,3	1	0,1
Mato Grosso do Sul	956	36,5	601	22,9	331	12,6	734	28,0	-	-
Minas Gerais	3.131	55,8	748	13,3	1.617	28,8	113	2,0	2	0,0
Pará	245	25,2	456	46,8	237	24,3	36	3,7	-	-
Paraíba	207	39,4	156	29,7	161	30,6	2	0,4	-	-
Paraná	638	19,4	984	30,0	1.660	50,6	-	-	-	-
Pernambuco	4284	72,2	415	7,0	918	15,5	306	5,2	8	0,1
Piauí	347	98,6	-	-	-	-	5	1,4	-	-
Rio de Janeiro	2.088	47,6	352	8,0	1.869	42,6	80	1,8	-	-
Rio Grande do Norte	167	82,3	17	8,4	1	0,5	18	8,9	-	-
Rio Grande do Sul	4.151	65,9	1.381	21,9	424	6,7	341	5,4	1	0,0
Rondônia	86	22,8	32	8,5	256	67,7	4	1,1	-	-
Roraima
Santa Catarina	415	7,4	2.294	40,8	2.285	40,7	626	11,1	-	-
São Paulo	20.710	32,5	31.676	49,7	9.801	15,4	1.520	2,4	1	0,0
Sergipe	50	26,3	55	28,9	78	41,1	7	3,7	-	-
Tocantins	131	49,4	80	30,2	31	11,7	23	8,7	-	-

Conclusão

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referência: dez/2014.

(...) Informação não disponível

(-) Fenômeno inexistente.

TABELA 61

Óbitos no sistema prisional, por tipo
Brasil e Unidades da Federação – 2014

Brasil e Unidades da Federação	Óbitos naturais		Óbitos Criminais		Óbitos Suicídios		Óbitos Acidentais		Óbitos Causa Desconhecida	
	Ns. Abs.	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Abs.	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Abs.	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Abs.	Taxa ⁽¹⁾	Ns. Abs.	Taxa ⁽¹⁾
Brasil ⁽²⁾	570	17,4	312	9,5	106	3,2	55	1,7	108	3,3
Acre	4	9,4	4	9,4	2	4,7	-	-	-	-
Alagoas	8	14,4	13	23,4	1	1,8	-	-	-	-
Amapá	2	7,5	3	11,3	-	-	-	-	-	-
Amazonas	12	15,2	18	22,8	2	2,5	-	-	5	6,3
Bahia	16	13,1	20	16,3	7	5,7	1	0,8	-	-
Ceará	15	6,9	24	11,1	4	1,9	2	0,9	57	26,4
Distrito Federal	14	10,4	10	7,4	-	-	4	3,0	-	-
Espírito Santo	15	9,0	9	5,4	-	-	-	-	3	1,8
Goiás	21	13,6	16	10,4	5	3,2	1	0,6	2	1,3
Maranhão	7	13,3	38	72,1	8	15,2	2	3,8	1	1,9
Mato Grosso	18	17,8	2	2,0	1	1,0	-	-	4	3,9
Mato Grosso do Sul	18	13,5	4	3,0	2	1,5	2	1,5	7	5,2
Minas Gerais	86	15,3	21	3,7	20	3,5	4	0,7	6	1,1
Pará	28	23,4	26	21,7	5	4,2	14	11,7	-	-
Paraíba	21	20,2	11	10,6	4	3,8	-	-	2	1,9
Paraná	56	29,8	2	1,1	2	1,1	-	-	-	-
Pernambuco	48	17,9	29	10,8	4	1,5	-	-	5	1,9
Piauí	11	34,6	10	31,4	6	18,9	-	-	-	-
Rio de Janeiro
Rio Grande do Norte	10	13,1	4	5,2	6	7,9	1	1,3	-	-
Rio Grande do Sul	90	32,0	27	9,6	10	3,6	10	3,6	14	5,0
Rondônia	11	11,2	7	7,1	1	1,0	4	4,1	1	1,0
Roraima	2	12,5	-	-	-	-	-	-	-	-
Santa Catarina	48	28,5	4	2,4	12	7,1	8	4,8	1	0,6
São Paulo
Sergipe	7	15,9	4	9,1	-	-	-	-	-	-
Tocantins	2	7,1	6	21,4	4	14,3	2	7,1	-	-

Conclusão

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referência: dez./2014.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Taxa por 10 mil pessoas presas.

(2) Taxas desconsideram as populações prisionais de Rio de Janeiro e São Paulo, para os quais não há informações sobre óbitos no período.

TABELA 62

**Prevalência de agravos transmissíveis no sistema prisional
Brasil e Unidades da Federação – 2014**

Brasil e Unidades da Federação	HIV		Sífilis		Hepatite		Tuberculose		Outros agravos	
	Ns. Abs.	Taxa (1)	Ns. Abs.	Taxa (1)	Ns. Abs.	Taxa (1)	Ns. Abs.	Taxa (1)	Ns. Abs.	Taxa (1)
Brasil	7.412	126,8	2.978	51,0	3.360	57,5	5.534	94,7	2.738	46,9
Acre	6	14,1	41	96,6	22	51,8	41	96,6	1	2,4
Alagoas	6	10,8	-	-	-	-	2	3,6	-	-
Amapá	66	247,8	285	1070,2	639	2399,5	9	33,8	300	1126,5
Amazonas	184	233,3	182	230,8	19	24,1	216	273,9	43	54,5
Bahia	340	277,6	315	257,2	20	16,3	75	61,2	26	21,2
Ceará	45	20,8	41	19,0	7	3,2	223	103,3	51	23,6
Distrito Federal	141	104,4	99	73,3	103	76,3	31	23,0	23	17,0
Espírito Santo	127	76,1	153	91,7	68	40,8	48	28,8	88	52,7
Goiás	69	44,8	51	33,1	31	20,1	22	14,3	198	128,6
Maranhão	72	136,7	22	41,8	11	20,9	309	586,6	146	277,1
Mato Grosso	72	71,0	49	48,3	80	78,9	201	198,3	86	84,8
Mato Grosso do Sul	137	102,7	87	65,2	97	72,7	164	123,0	135	101,2
Minas Gerais	547	97,1	332	58,9	294	52,2	115	20,4	157	27,9
Pará	96	80,3	34	28,4	4	3,3	155	129,6	2	1,7
Paraíba	90	86,4	82	78,7	20	19,2	109	104,6	4	3,8
Paraná	208	110,6	93	49,4	53	28,2	83	44,1	8	4,3
Pernambuco	255	95,1	124	46,3	53	19,8	654	243,9	38	14,2
Piauí	29	91,1	20	62,9	7	22,0	17	53,4	2	6,3
Rio de Janeiro	180	44,7	39	9,7	13	3,2	335	83,1	96	23,8
Rio Grande do Norte	19	24,9	15	19,7	34	44,6	56	73,5	-	-
Rio Grande do Sul	1.491	530,1	158	56,2	366	130,1	667	237,2	19	6,8
Rondônia	46	46,9	55	56,1	44	44,9	28	28,6	83	84,6
Roraima	18	112,2	3	18,7	3	18,7	5	31,2	24	149,6
Santa Catarina	333	197,9	76	45,2	79	46,9	218	129,5	386	229,4
São Paulo	2.806	129,4	614	28,3	1.289	59,4	1.716	79,1	819	37,8
Sergipe	15	34,1	-	-	-	-	30	68,1	-	-
Tocantins	13	46,4	8	28,5	2	7,1	3	10,7	3	10,7

Conclusão

Fonte: Ministério da Justiça/Departamento Penitenciário Nacional – Depen; Fórum Brasileiro de Segurança Pública. Referências: dez./2014.

(...) Informação não disponível.

(-) Fenômeno inexistente.

(1) Por 10 mil pessoas privadas de liberdade.

Efetivos das forças policiais e vigilantes

TABELA 63

Número de vigilantes e empresas de segurança privada, por tipo
Brasil e Unidades da Federação, 2016

Brasil e Unidades da Federação	Vigilantes ativos ⁽¹⁾	Empresas de segurança privada ⁽²⁾		
		Empresa Especializada	Serviço Orgânico	Total
Brasil	519.014	2.194	2.188	4.382
Acre	1.606	10	18	28
Alagoas	5.751	17	63	80
Amapá	3.908	13	4	17
Amazonas	10.165	39	49	88
Bahia	32.778	163	59	222
Ceará	16.902	72	116	188
Distrito Federal	20.319	62	37	99
Espírito Santo	10.997	31	28	59
Goiás	15.753	82	77	159
Maranhão	10.018	39	42	81
Mato Grosso	6.180	40	25	65
Mato Grosso do Sul	5.019	37	35	72
Minas Gerais	33.255	125	144	269
Pará	14.127	71	121	192
Paraíba	6.974	37	30	67
Paraná	25.373	161	92	253
Pernambuco	20.173	60	151	211
Piauí	5.010	22	73	95
Rio de Janeiro	53.899	200	96	296
Rio Grande do Norte	7.260	32	34	66
Rio Grande do Sul	26.755	157	143	300
Rondônia	4.865	18	33	51
Roraima	1.022	3	1	4
Santa Catarina	21.179	125	117	242
São Paulo	151.857	548	580	1.128
Sergipe	5.896	17	12	29
Tocantins	1.973	13	8	21

Conclusão

Fonte: MJ - Departamento de Polícia Federal. Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada. Data da consulta: 28/10/2016.

(1) Dados referentes à situação em 24/02/2016. Pedido 08850000516201621.

(2) Dados referentes à situação em 19/01/2016. Pedido 08850000065201621.

TABELA 64

Efetivo fixado e disponível das Polícias Militares e Cíveis
Brasil e Unidades da Federação, 2014-2015

Brasil e Unidades da Federação	Polícia Militar				Polícia Civil			
	Efetivo fixado em dezembro de cada ano		Efetivo existente em dezembro de cada ano		Efetivo fixado em dezembro de cada ano		Efetivo existente em dezembro de cada ano	
	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015
Brasil	165.834	227.112	436.303	206.976	32.838	32.838	116.096	49.077
Acre	2.712	1.086	...
Alagoas	12.165	12.165	7.873	7.732	2.042	2.128
Amapá	3.700	1.102	...
Amazonas	15.000	15.000	10.090	9.256	3.871	3.871	2.319	2.209
Bahia	31.039	5.660	...
Ceará	17.551	17.551	15.351	16.191	2.800	2.734
Distrito Federal	14.345	4.586	...
Espírito Santo	9.323	9.231	2.674	...
Goiás	11.950	3.039	...
Maranhão	7.709	2.034	...
Mato Grosso	6.579	2.328	2.818
Mato Grosso do Sul	8.954	9.142	5.888	5.766	3.780	3.780	1.880	2.464
Minas Gerais	42.115	9.744	...
Pará	15.579	15.455	3.034	2.963
Paraíba	17.935	17.935	9.774	10.027	8.530	8.530	1.961	2.247
Paraná (1)	27.329	27.948	20.438	19.433	7.305	7.305	4.363	4.547
Pernambuco	19.519	19.627	5.679	5.358
Piauí	9.888	9.888	5.422	5.610	3.355	3.355	1.556	1.455
Rio de Janeiro	...	60.471	48.859	48.318	9.947	10.246
Rio Grande do Norte	9.050	8.800	1.591	1.655
Rio Grande do Sul	37.050	37.050	21.725	19.647	5.331	5.318
Rondônia	5.200	2.427	...
Roraima	1.669	859	...
Santa Catarina	19.962	19.962	12.401	11.883	5.997	5.997	2.791	2.935
São Paulo	89.478	32.278	...
Sergipe	4.660	1.306	...
Tocantins	3.855	1.679	...

Conclusão

Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social; Polícias Militares e Cíveis estaduais; Pesquisa de Informações Básicas Estaduais; Perfil dos Estados e Municípios Brasileiros - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

(...) Informação não disponível.

(1) Efetivo fixado da Polícia Militar inclui Corpo de Bombeiros.

Segurança Privada no Brasil

André Zanetic

A exemplo do que vem ocorrendo em diversos países do mundo, a expansão dos serviços de segurança privada no Brasil tem sido marcante, sobretudo pela sua presença em uma grande variedade de contextos e pela rápida evolução do número de empresas e funcionários, com o número de vigilantes tendo superado o número de policiais.

O setor da segurança privada divide-se em dois grandes grupos no país: por um lado, há as organizações coletivas que realizam serviços destinados à segurança (as empresas especializadas de segurança) e, por outro, as empresas que, ao invés de contratar serviços especializados das empresas de proteção, constituem o seu próprio organismo de segurança (as empresas de segurança orgânica). O campo das empresas especializadas é constituído por cinco áreas distintas: Vigilância Patrimonial; Segurança Pessoal; Curso de Formação; Escolta Armada e Transporte de Valores.

Em 19/01/2016, estavam cadastradas pela Coordenação Geral de Controle de Segurança Privada – CGCSP, do Departamento de

Polícia Federal, 2.194 empresas especializadas e 2.188 empresas de segurança orgânica (considerando tanto as matrizes das empresas quanto suas filiais). Dentre as empresas especializadas, 238 estavam cadastradas como empresas ativas em Curso de Formação, 1.983 em Vigilância Patrimonial, 129 em Transporte de valores, 621 em Escolta Armada e 589 em Segurança Pessoal.¹

De acordo com informações do Sistema de Gestão Eletrônica de Segurança Privada – GESP, havia nas empresas especializadas, em 2015, 519.014 vigilantes em atividade. Embora não tenhamos o número de vigilantes orgânicos em atividade em 2015, o IV Estudo das Empresas de Segurança Privada – Esseg, desenvolvido pela Federação Nacional das Empresas de Segurança e Transporte de Valores – FENAVIST, estimou que havia, em 2013, entre 625 a 645 mil vigilantes empregados regularmente no total das empresas de segurança privada. Logo, pode-se inferir, uma vez que o número de vigilantes continua crescendo no Brasil², que o total de vigilantes regulares em atuação no Brasil

1 Cada empresa pode atuar em mais de um segmento

2 Nas últimas duas décadas o setor da segurança privada cresce seguidamente acima do PIB e é um dos poucos setores que mantiveram crescimento apesar da crise econômica atual.

esteja atualmente entre 650 e 700 mil vigilantes (sem contar com o enorme contingente da segurança privada que atua informalmente). A título de comparação, em 2014 o contingente das forças públicas de segurança somadas atingia 552.399 pessoas, considerando-se apenas os policiais civis e militares (436.303 policiais militares e 116.096 policiais civis).

Um dos importantes problemas relativos às empresas de segurança é a questão das armas de fogo, sobretudo pela maior vulnerabilidade desses profissionais quando estão desenvolvendo seu serviço, podendo ter suas armas roubadas ou furtadas com mais facilidade do que os policiais. Ao contrário de muitos países, em que há o impedimento do uso de armas em determinados tipos de serviço, no Brasil não há nenhuma lei que impeça o exercício da segurança privada armada em determinados setores. Apenas

existe, pelo contrário, a exigência de que a vigilância seja feita obrigatoriamente com o uso de arma de fogo em setores como bancos, transporte de valores e escolta armada.

De acordo com a CGCSP, entre 09/12/2015 e 25/10/2016 foram registrados 4.077 roubos e furtos de armas das empresas de segurança. Assim, junto com a necessidade de aprimorar o controle de outras adversidades, como a fiscalização das empresas clandestinas, melhorias na formação dos vigilantes e regulação eficiente do relacionamento dos agentes da segurança privada com os policiais, é fundamental o estabelecimento de mudanças nas regras relativas ao uso das armas de fogo pelos vigilantes, sobretudo dado o grande volume de armas em circulação pelos vigilantes das empresas de segurança que, em 2015, somavam 248.184 armas registradas.

Parte 2

Estado, crime e violência

Datafolha

Tabelas

TABELA 65

Medo de morrer assassinado, por sexo, idade, escolaridade, renda familiar, região de residência, natureza e porte do município e número de habitantes

População brasileira

Em porcentagem

Medo de morrer assassinado		Tem medo	Não sabe	Não tem medo
Total		76	1	24
Sexo	Masculino	69	1	31
	Feminino	83	1	17
Idade	16 a 24 anos	80	1	20
	25 a 34 anos	76	1	24
	35 a 44 anos	76	1	24
	45 a 59 anos	73	1	27
	60 anos ou mais	74	2	26
Escolaridade	Fundamental	77	1	23
	Médio	77	1	23
	Superior	72	1	28
Renda familiar mensal	Até 5 S.M.	78	1	22
	Mais de 5 a 10 S.M.	70	1	30
	Mais de 10 S.M.	65	1	35
Região do país	Sudeste	74	1	26
	Sul	66	1	34
	Nordeste	84	1	16
	Centro-Oeste	76	3	24
	Norte	81	1	19
Natureza do município	Região Metropolitana	78	1	22
	Interior	75	1	25
Porte do município	Até 50 mil habitantes	77	1	23
	Mais de 50 a 200 mil	76	1	24
	Mais de 200 a 500 mil	74	1	26
	Mais de 500 mil habitantes	77	1	23
Número de habitantes	Municípios com menos de 100 mil habitantes	76	1	24
	Municípios com mais de 100 mil habitantes	76	1	24

Conclusão

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha; Agosto de 2016.

Nota Metodológica: Trata-se de uma pesquisa quantitativa conduzida pelo Datafolha com abordagem pessoal dos entrevistados em pontos de fluxo populacional. O universo da pesquisa é a população brasileira com 16 anos ou mais, sendo a amostra total de 3.625 entrevistas em 217 municípios de todos os portes. A coleta de dados foi realizada entre os dias 01 e 05 de agosto de 2016. A margem de erro máxima para o total da amostra é 2,0 pontos percentuais para mais ou para menos.

TABELA 66

Medo de ser vítima de agressão sexual, por sexo, idade, escolaridade, renda familiar, região de residência, natureza e porte do município e número de habitantes

População brasileira

Em porcentagem

Medo de ser vítima de agressão sexual		Tem medo	Não sabe	Não tem medo
Total		65	1	35
Sexo	Masculino	46	1	54
	Feminino	85	0	15
Idade	16 a 24 anos	75	1	25
	25 a 34 anos	70	1	30
	35 a 44 anos	63	1	37
	45 a 59 anos	61	0	39
	60 anos ou mais	52	1	48
Escolaridade	Fundamental	63	1	37
	Médio	68	1	32
	Superior	62	1	38
Renda familiar mensal	Até 5 S.M.	67	1	33
	Mais de 5 a 10 S.M.	58	0	42
	Mais de 10 S.M.	48	1	52
Região do país	Sudeste	66	1	34
	Sul	51	1	49
	Nordeste	72	1	28
	Centro-Oeste	62	2	38
	Norte	72	2	28
Natureza do município	Região Metropolitana	66	1	34
	Interior	65	1	35
Porte do município	Até 50 mil habitantes	64	1	36
	Mais de 50 a 200 mil	68	1	32
	Mais de 200 a 500 mil	62	0	38
	Mais de 500 mil habitantes	67	1	33
Número de habitantes	Municípios com menos de 100 mil habitantes	66	1	34
	Municípios com mais de 100 mil habitantes	65	1	35

Conclusão

Fonte: Pesquisa #APolíciaPrecisaFalarSobreEstupro. Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha; Agosto de 2016.

TABELA 67

Medo de ser vítima de violência por parte da Polícia Militar, aquela que executa o policiamento fardado e ostensivo nas ruas, por sexo, idade, escolaridade, renda familiar, região de residência, natureza e porte do município e número de habitantes

População brasileira

Em porcentagem

Medo de ser vítima de violência por parte da Polícia Militar, aquela que executa o policiamento fardado e ostensivo nas ruas		Tem medo	Não sabe	Não tem medo
Total		59	1	41
Sexo	Masculino	55	1	45
	Feminino	62	1	38
Idade	16 a 24 anos	67	0	33
	25 a 34 anos	64	1	36
	35 a 44 anos	56	1	44
	45 a 59 anos	56	1	44
	60 anos ou mais	43	0	57
Escolaridade	Fundamental	59	1	41
	Médio	62	1	38
	Superior	50	0	50
Renda familiar mensal	Até 5 S.M.	61	0	39
	Mais de 5 a 10 S.M.	50	1	50
	Mais de 10 S.M.	42	1	58
Região do país	Sudeste	58	1	42
	Sul	45	1	55
	Nordeste	67	0	33
	Centro-Oeste	53	1	47
	Norte	65	1	35
Natureza do município	Região Metropolitana	62	1	38
	Interior	57	0	43
Porte do município	Até 50 mil habitantes	57	1	43
	Mais de 50 a 200 mil	60	1	40
	Mais de 200 a 500 mil	54	1	46
	Mais de 500 mil habitantes	62	0	38
Número de habitantes	Municípios com menos de 100 mil habitantes	58	0	42
	Municípios com mais de 100 mil habitantes	60	1	40

Conclusão

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha; Agosto de 2016.

TABELA 68

Medo de ser vítima de violência por parte da Polícia Civil, aquela que atua investigando crimes e registra ocorrência nas delegacias, por sexo, idade, escolaridade, renda familiar, região de residência, natureza e porte do município e número de habitantes

População brasileira

Em porcentagem

Medo de ser vítima de violência por parte da Polícia Civil, aquela que atua investigando crimes e registra ocorrência nas delegacias		Tem medo	Não sabe	Não tem medo
Total		53	1	47
Sexo	Masculino	49	1	51
	Feminino	57	1	43
Idade	16 a 24 anos	60	0	40
	25 a 34 anos	58	1	42
	35 a 44 anos	52	1	48
	45 a 59 anos	52	1	48
	60 anos ou mais	40	0	60
Escolaridade	Fundamental	55	1	45
	Médio	57	1	43
	Superior	44	0	56
Renda familiar mensal	Até 5 S.M.	56	1	44
	Mais de 5 a 10 S.M.	43	1	57
	Mais de 10 S.M.	32	-	68
Região do país	Sudeste	52	1	48
	Sul	41	1	59
	Nordeste	61	0	39
	Centro-Oeste	49	1	51
	Norte	62	1	38
Natureza do município	Região Metropolitana	56	1	44
	Interior	51	1	49
Porte do município	Até 50 mil habitantes	52	1	48
	Mais de 50 a 200 mil	56	1	44
	Mais de 200 a 500 mil	46	0	54
	Mais de 500 mil habitantes	56	1	44
Número de habitantes	Municípios com menos de 100 mil habitantes	54	1	46
	Municípios com mais de 100 mil habitantes	53	1	47

Conclusão

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha; Agosto de 2016.

(-) Fenômeno inexistente.

TABELA 69

Medo de ser vítima de violência por parte de criminosos, por sexo, idade, escolaridade, renda familiar, região de residência, natureza e porte do município e número de habitantes

População brasileira

Em porcentagem

Medo de ser vítima de violência por parte de criminosos		Tem medo	Não sabe	Não tem medo
Total		85	1	15
Sexo	Masculino	80	1	20
	Feminino	90	0	10
Idade	16 a 24 anos	86	0	14
	25 a 34 anos	87	1	13
	35 a 44 anos	83	0	17
	45 a 59 anos	84	1	16
	60 anos ou mais	83	1	17
Escolaridade	Fundamental	84	1	16
	Médio	86	1	14
	Superior	85	1	15
Renda familiar mensal	Até 5 S.M.	85	1	15
	Mais de 5 a 10 S.M.	86	1	14
	Mais de 10 S.M.	85	0	15
Região do país	Sudeste	85	1	15
	Sul	78	1	22
	Nordeste	89	0	11
	Centro-Oeste	86	1	14
	Norte	85	1	15
Natureza do município	Região Metropolitana	86	1	14
	Interior	84	0	16
Porte do município	Até 50 mil habitantes	83	0	17
	Mais de 50 a 200 mil	86	1	14
	Mais de 200 a 500 mil	84	1	16
	Mais de 500 mil habitantes	86	1	14
Número de habitantes	Municípios com menos de 100 mil habitantes	85	1	15
	Municípios com mais de 100 mil habitantes	86	1	14

Conclusão

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha; Agosto de 2016.

TABELA 70

Grau de concordância com a afirmação "a Polícia Militar é eficiente em garantir a segurança da população", por sexo, idade, escolaridade, renda familiar, região de residência, natureza e porte do município e número de habitantes

População brasileira

Em porcentagem

A Polícia Militar é eficiente em garantir a segurança da população		Concorda	Não concorda, nem discorda	Discorda	Não sabe
Total		50	7	42	2
Sexo	Masculino	50	7	42	1
	Feminino	49	7	42	2
Idade	16 a 24 anos	49	6	43	1
	25 a 34 anos	45	7	46	1
	35 a 44 anos	48	8	43	2
	45 a 59 anos	51	6	41	1
	60 anos ou mais	57	7	33	3
Escolaridade	Fundamental	57	8	32	3
	Médio	47	7	45	1
	Superior	41	6	53	-
Renda familiar mensal	Até 5 S.M.	51	7	40	2
	Mais de 5 a 10 S.M.	45	5	51	-
	Mais de 10 S.M.	45	2	52	-
Região do país	Sudeste	50	5	44	1
	Sul	46	13	38	3
	Nordeste	51	6	42	1
	Centro-Oeste	50	13	35	1
	Norte	50	6	42	3
Natureza do município	Região Metropolitana	44	8	47	1
	Interior	54	6	38	2
Porte do município	Até 50 mil habitantes	56	7	34	2
	Mais de 50 a 200 mil	52	6	39	2
	Mais de 200 a 500 mil	47	4	47	2
	Mais de 500 mil habitantes	43	8	49	1
Número de habitantes	Municípios com menos de 100 mil habitantes	55	7	36	2
	Municípios com mais de 100 mil habitantes	44	7	48	1

Conclusão

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha; Agosto de 2016.

(-) Fenômeno inexistente.

TABELA 71

Grau de concordância com a afirmação "a Polícia Civil é eficiente no esclarecimento de crimes", por sexo, idade, escolaridade, renda familiar, região de residência, natureza e porte do município e número de habitantes

População brasileira

Em porcentagem

A Polícia Civil é eficiente no esclarecimento de crimes		Concorda	Não concorda, nem discorda	Discorda	Não sabe
Total		52	8	37	3
Sexo	Masculino	54	7	37	2
	Feminino	50	8	38	4
Idade	16 a 24 anos	54	7	38	1
	25 a 34 anos	50	6	42	2
	35 a 44 anos	51	8	38	4
	45 a 59 anos	52	7	37	3
	60 anos ou mais	54	11	29	6
Escolaridade	Fundamental	55	9	31	5
	Médio	52	7	39	2
	Superior	45	7	46	1
Renda familiar mensal	Até 5 S.M	53	7	37	3
	Mais de 5 a 10 S.M.	51	4	44	1
	Mais de 10 S.M.	46	5	49	-
Região do país	Sudeste	51	5	41	3
	Sul	47	12	37	4
	Nordeste	54	7	36	3
	Centro-Oeste	59	12	25	3
	Norte	52	8	36	4
Natureza do município	Região Metropolitana	45	8	43	3
	Interior	56	7	34	3
Porte do município	Até 50 mil habitantes	58	8	30	3
	Mais de 50 a 200 mil	54	7	36	3
	Mais de 200 a 500 mil	49	7	41	3
	Mais de 500 mil habitantes	46	7	44	2
Número de habitantes	Municípios com menos de 100 mil habitantes	57	8	32	3
	Municípios com mais de 100 mil habitantes	47	7	43	3

Conclusão

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha; Agosto de 2016.

(-) Fenômeno inexistente.

TABELA 72

Grau de concordância com a afirmação "Bandido bom é bandido morto", por sexo, idade, escolaridade, renda familiar, região de residência, natureza e porte do município e número de habitantes

População brasileira

Em porcentagem

Bandido bom é bandido morto		Concorda	Não concorda, nem discorda	Discorda	Não sabe
Total		57	6	34	3
Sexo	Masculino	60	5	32	2
	Feminino	55	6	36	4
Idade	16 a 24 anos	54	5	39	2
	25 a 34 anos	54	5	39	1
	35 a 44 anos	59	5	33	3
	45 a 59 anos	60	6	31	3
	60 anos ou mais	61	7	25	7
Escolaridade	Fundamental	62	6	27	5
	Médio	57	6	35	2
	Superior	50	4	44	2
Renda familiar mensal	Até 5 S.M.	58	5	33	3
	Mais de 5 a 10 S.M.	51	4	45	1
	Mais de 10 S.M.	60	3	35	1
Região do país	Sudeste	53	4	39	4
	Sul	61	11	24	4
	Nordeste	60	4	33	2
	Centro-Oeste	59	9	31	1
	Norte	61	4	33	2
Natureza do município	Região Metropolitana	56	6	35	3
	Interior	58	5	34	3
Porte do município	Até 50 mil habitantes	62	6	30	3
	Mais de 50 a 200 mil	56	6	33	5
	Mais de 200 a 500 mil	54	4	38	3
	Mais de 500 mil habitantes	55	6	37	2
Número de habitantes	Municípios com menos de 100 mil habitantes	60	6	31	4
	Municípios com mais de 100 mil habitantes	55	6	37	3

Conclusão

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha; Agosto de 2016.

TABELA 73

Grau de concordância com a afirmação "Policiais são caçados pelo crime no Brasil", por sexo, idade, escolaridade, renda familiar, região de residência, natureza e porte do município e número de habitantes

População brasileira

Em porcentagem

Policiais são caçados pelo crime no Brasil		Concorda	Não concorda, nem discorda	Discorda	Não sabe
Total		64	7	24	5
Sexo	Masculino	65	8	25	3
	Feminino	63	7	24	6
Idade	16 a 24 anos	64	6	27	4
	25 a 34 anos	66	7	26	2
	35 a 44 anos	66	7	24	4
	45 a 59 anos	64	8	23	5
	60 anos ou mais	59	10	19	11
Escolaridade	Fundamental	63	8	20	8
	Médio	65	6	26	3
	Superior	63	7	28	2
Renda familiar mensal	Até 5 S.M	65	8	23	4
	Mais de 5 a 10 S.M.	64	4	29	3
	Mais de 10 S.M.	72	4	21	2
Região do país	Sudeste	66	5	25	5
	Sul	59	12	22	7
	Nordeste	62	8	27	3
	Centro-Oeste	69	14	14	3
	Norte	67	4	22	7
Natureza do município	Região Metropolitana	61	9	26	4
	Interior	66	6	23	5
Porte do município	Até 50 mil habitantes	66	7	21	6
	Mais de 50 a 200 mil	66	7	22	5
	Mais de 200 a 500 mil	63	6	26	6
	Mais de 500 mil habitantes	61	8	27	3
Número de habitantes	Municípios com menos de 100 mil habitantes	66	7	22	5
	Municípios com mais de 100 mil habitantes	62	7	26	4

Conclusão

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha; Agosto de 2016.

TABELA 74

Grau de concordância com a afirmação "Os policiais brasileiros têm boas condições de trabalho", por sexo, idade, escolaridade, renda familiar, região de residência, natureza e porte do município e número de habitantes

População brasileira

Em porcentagem

Os policiais brasileiros têm boas condições de trabalho		Concorda	Não concorda, nem discorda	Discorda	Não sabe
Total		29	5	63	3
Sexo	Masculino	28	5	65	2
	Feminino	30	5	60	4
Idade	16 a 24 anos	34	5	58	2
	25 a 34 anos	27	4	66	3
	35 a 44 anos	26	5	66	3
	45 a 59 anos	25	6	66	3
	60 anos ou mais	33	7	54	6
Escolaridade	Fundamental	36	6	52	6
	Médio	29	5	64	2
	Superior	16	4	79	1
Renda familiar mensal	Até 5 S.M.	31	5	61	3
	Mais de 5 a 10 S.M.	19	4	75	2
	Mais de 10 S.M.	9	2	88	-
Região do país	Sudeste	27	4	66	3
	Sul	22	9	63	6
	Nordeste	33	3	61	3
	Centro-Oeste	36	12	50	2
	Norte	32	5	59	5
Natureza do município	Região Metropolitana	24	6	67	3
	Interior	32	4	59	4
Porte do município	Até 50 mil habitantes	36	5	55	4
	Mais de 50 a 200 mil	33	4	58	4
	Mais de 200 a 500 mil	22	4	72	3
	Mais de 500 mil habitantes	23	6	68	2
Número de habitantes	Municípios com menos de 100 mil habitantes	35	5	56	4
	Municípios com mais de 100 mil habitantes	23	5	69	3

Conclusão

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha; Agosto de 2016.

(-) Fenômeno inexistente.

TABELA 75

Grau de concordância com a afirmação "Os policiais brasileiros exageram no uso da violência", por sexo, idade, escolaridade, renda familiar, região de residência, natureza e porte do município e número de habitantes

População brasileira

Em porcentagem

Os policiais brasileiros exageram no uso da violência		Concorda	Não concorda, nem discorda	Discorda	Não sabe
Total		70	6	21	3
Sexo	Masculino	70	5	24	2
	Feminino	70	7	19	4
Idade	16 a 24 anos	75	3	21	1
	25 a 34 anos	72	5	22	2
	35 a 44 anos	71	6	20	3
	45 a 59 anos	67	9	21	3
	60 anos ou mais	61	9	24	6
Escolaridade	Fundamental	69	7	18	5
	Médio	72	6	20	2
	Superior	64	5	30	1
Renda familiar mensal	Até 5 S.M	71	6	20	3
	Mais de 5 a 10 S.M.	65	4	30	-
	Mais de 10 S.M.	62	5	32	-
Região do país	Sudeste	71	5	22	2
	Sul	64	9	22	4
	Nordeste	72	4	21	2
	Centro-Oeste	64	13	21	2
	Norte	73	6	18	4
Natureza do município	Região Metropolitana	68	8	21	2
	Interior	71	5	22	3
Porte do município	Até 50 mil habitantes	70	7	19	3
	Mais de 50 a 200 mil	72	5	20	4
	Mais de 200 a 500 mil	67	4	27	2
	Mais de 500 mil habitantes	70	6	22	2
Número de habitantes	Municípios com menos de 100 mil habitantes	71	6	19	3
	Municípios com mais de 100 mil habitantes	68	6	24	2

Conclusão

Fonte: Anuário Brasileiro de Segurança Pública; Fórum Brasileiro de Segurança Pública; Datafolha; Agosto de 2016.

(-) Fenômeno inexistente.

A ameaça do medo

Olaya Hanashiro

A sociedade brasileira continua fraturada pelo medo. A pesquisa Datafolha encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública aponta que 76% dos brasileiros têm medo de morrer assassinados e 85% têm medo de ser vítima de violência por parte de criminosos. A percepção de que vivemos em uma sociedade violenta não surpreende quando vemos os dados apresentados neste Anuário, o que estarrece é a insistência em responder de maneira equivocada a esses problemas.

Entre altas taxas de impunidade e baixa capacidade de investigação, especialmente para crimes graves como homicídio, a população oscila entre a falta de confiança nas leis e instituições e o apoio ao endurecimento das leis e das ações policiais. Essa aparente contradição também se expressa na concordância de 70% da população com a afirmação de que “os policiais brasileiros exageram no uso da violência” e no apoio de 57% da população à máxima de que “bandido bom é bandido morto”.

A falta de respostas adequadas do poder público à violência faz com que a população reaja com medo e ansiedade por repostas rápidas. Ao mesmo tempo, a população reconhece o uso abusivo da força e teme ser vítima de violência policial, tanto por parte da polícia militar (59% da população) quanto por parte da polícia civil (53% da população).

É nessa aparente contradição que reside um dos maiores desafios a todos que atuam na área da segurança pública, mostrar que respostas fáceis e violentas não são capazes de garantir a segurança da população nem de contribuir para uma sensação de segurança, pelo contrário, respostas violentas aumentam a sensação de insegurança por promoverem uma convivência social violenta e baseada na desconfiança permanente, inclusive em relação às próprias insti-

tuições policiais. O número de vítimas da letalidade policial (3.345 pessoas mortas pela polícia) continua superando o de vítimas de latrocínio (2.314 vítimas), o roubo seguido de morte que tanto amedronta a população.

Evidências empíricas não faltam para indicar o fracasso desse modelo de segurança pública. Como indicam vários dados de 2015 levantados por este Anuário, além do alto número de crimes violentos letais intencionais – CVLI (55.574 crimes), as polícias brasileiras ganham destaque como as polícias que mais matam e as que mais morrem no mundo (393 policiais mortos). Em termos comparativos, para o mesmo ano de 2015, nos EUA, as polícias mataram 442 pessoas¹ e 127 policiais foram assassinados².

Esses dados corroboram com a percepção de 64% dos brasileiros de que os policiais são caçados pelo crime, sobretudo quando se observa que a maior parte de suas mortes ocorre fora de serviço. No caso dos policiais militares foram 244 mortes fora de serviço, mais de três vezes o número de policiais mortos em serviço (76 mortes). Entretanto, a maior parte das mortes causadas por polícias é decorrente de intervenção policial, ou seja, ocorrem durante o trabalho policial. A letalidade policial e a vitimização policial devem ser pensadas como parte de um mesmo processo, como a expressão mais dramática de uma política de segurança pública que se oculta na promoção de um embate entre a polícia e uma grande parcela da sociedade.

Nessa lógica, todos perdem, mas especialmente os segmentos mais vulneráveis da sociedade e os bons policiais que fazem parte dessas instituições. Grande parte da população teme a polícia e sofre cotidianamente com o uso abusivo da força. Ao mesmo tempo, muitos policiais são transformados em alvo de criminosos ou em reféns de um modelo corporativo autoritário

1 <https://www.statista.com/statistics/251894/number-of-justifiable-homicides-in-the-us/>

2 <https://www.fbi.gov/news/pressrel/press-releases/fbi-releases-2015-statistics-on-law-enforcement-officers-killed-and-assaulted>

que, se não promove a violência, não pune o uso abusivo da força policial. As relações entre o Estado e a sociedade e, em particular, entre a polícia e a comunidade são, assim, pautadas pelo medo.

Não é só a população que vivencia o medo cotidiano, de acordo com a “Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre profissionais do sistema de segurança pública”³, 61,8% dos policiais evitam usar transporte coletivo, 44,3% escondem a farda ou distintivo no trajeto entre a casa e o trabalho e 65,7% ainda afirmam que já foram discriminados por sua profissão, entre os policiais militares essa porcentagem chega a 73,8%. Esses profissionais reclamam não apenas da falta de apoio da sociedade (59,7%), mas também da falta de apoio de seus comandos (55,1%).

O uso abusivo da força não se traduz em uma instituição policial eficiente, ou seja, capaz de proteger a vida e garantir direitos, e tampouco se traduz em uma instituição capaz de valorizar seus profissionais. De fato, a população reconhece a dificuldade de trabalho das polícias ao concordar (63%) com a afirmação de que policiais não tem boas condições de trabalho. Apesar do aumento nos gastos em segurança pública nos últimos anos, a maior parte dos policiais continua sendo mal paga e trabalhando sem equipamentos adequados, sem mencionarmos a questão da formação que os policiais recebem para lidar com as demandas que encontram fora das academias de polícia.

Nesse cenário, podemos fazer duas leituras diferentes sobre a percepção da população a respeito da eficiência das polícias. A primeira, olhar com otimismo para o “copo meio cheio” com a constatação de que 50% acham que a polícia militar é eficiente em garantir a segurança da população e 52% acreditam que a polícia civil é eficiente no esclarecimento de crimes. Ou, a segunda, olhar com preocupação para o “copo meio vazio”, pois também é significativa a parcela da sociedade que não acredita em sua eficiência (42% acham que a polícia mi-

litar não é eficiente). Essa percepção negativa é menor em relação à polícia civil (37%), mas entre a população com escolaridade mais alta a discordância com a eficiência da polícia civil sobe para 46% e em relação à polícia militar a discordância chega a 53%. Entre a população com escolaridade mais alta e nos municípios de maior porte parece haver um grau de exigência mais alto no que se refere aos serviços prestados pelas polícias.

Nessas aparentes contradições, podemos ver claramente uma demanda da população por mudanças que deem conta dessas questões. O sistema de justiça criminal como um todo é oneroso e pouco eficiente, entretanto, o debate sobre a necessidade de uma reforma estrutural tem sido ignorado pelas lideranças políticas. Quando inseridos na agenda política, os temas referentes à segurança pública normalmente são resultado de interesses corporativos ou respostas imediatistas ao medo da população.

A polícia não é a única responsável por essa lógica do medo, mas é parte fundamental da relação entre Estado e sociedade. A sociedade precisa da polícia como protetora de seus direitos tanto quanto a polícia precisa estar próxima da sociedade para desenvolver eficientemente o seu trabalho. Para isso é necessário aumentar a transparência e a prestação de contas das instituições policiais com o objetivo de evidenciar os reais problemas existentes, o modo como eles vem sendo enfrentados e mensurar os resultados obtidos. Da mesma maneira, também é fundamental fortalecer os mecanismos de controle, sobretudo, os externos às instituições policiais para monitorar e avaliar suas ações.

Fica evidente pelos dados levantados por este Anuário que a violência letal, para além das questões legais e de princípios éticos que se impõem, não é a melhor resposta para dar segurança à população e aos próprios agentes do Estado. O desafio urgente é romper essa espiral de violência letal que dessensibiliza e obstaculiza soluções eficientes e duradouras. Afinal, todas as vidas importam!

3 “Pesquisa de vitimização e percepção de risco entre profissionais do sistema de segurança pública”, realizado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o Núcleo de Estudos de Organizações e Pessoas da EASP-FGV e Senasp-MJ, entre junho e julho de 2015.

Mortes e sensação de insegurança

Marina Pinheiro

Nas comunidades urbanas com largos grupos socialmente excluídos, as mulheres sobrevivem confrontadas com um cenário de violência criminal e policial constante que tem forte impacto no seu cotidiano. As mulheres estão menos envolvidas no crime, no entanto lidam com níveis altíssimos de violência criminal e ausência de proteção do Estado¹. O Atlas da Violência, elaborado pelo Ipea com o FBSP, indica que houve um crescimento de 11,6% da taxa de homicídios de mulheres entre 2004 e 2014. Esses homicídios decorrem de crimes relacionados tanto à questão de gênero como também à violência em geral que se abate sobre homens e mulheres². Entre a população afrodescendente a probabilidade de sofrer homicídio é ainda maior³. Enquanto as taxas de homicídio da população branca tende a cair, as taxas de mortalidade entre os negros aumentam. O índice de vitimização da população negra cresceu de forma drástica. No ano de 2004 as mulheres brancas representavam 44% das vítimas de homicídio e as mulheres negras 48%. Em 2014 os homicídios de mulheres brancas reduziram proporcionalmente, constituindo 32,5% do total de vítimas; já as mulheres negras representaram 62% das vítimas.

Homicídios de Mulheres		2004	2014
Taxa		4,2	4,7
Proporção entre as vítimas	Mulheres Brancas	44%	32%
	Mulheres Negras	48%	62%

Fonte: SIM/Datasus. Anuário Brasileiro de Segurança Pública. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

De modo complementar, o mapa da Violência aponta para uma redução de 9,8% de homicídios de mulheres brancas e um aumento de 54,2% de homicídios de negras na última década.⁴

O impacto da violência na vida das mulheres toma formas complexas e profundas, colocando-as em uma condição de vulnerabilidade e permanente sensação de insegurança. A pesquisa do FBSP em parceria com o Datafolha revelou que o medo de morrer assassinado é maior entre as mulheres, 85% das mulheres brasileiras afirmam ter medo em comparação a 69% dos homens. Além disso, 62% das mulheres tem medo de ser vítima de violência por parte da Polícia Militar, enquanto 57% das mulheres tem medo de ser vítima de violência por parte da Polícia Civil.⁵

O ano 2015 marcou os 10 anos da criação do Ligue 180, das ligações registradas 50,15% corresponderam a relatos de violência física,

1 Anistia Internacional, “Por traz do Silêncio: Experiências de mulheres com violência urbana no Brasil”, Amnesty International Publications, 2008.

2 E que não é definida como feminicídio. Cerqueira, D. et al., 2016, Idem.

3 Cerqueira, D. et al., “Atlas da Violência 2016”, Ipea, Nota Técnica No 17, Brasília, março de 2016.

4 Waiselfisz, J.J., “Mapa da Violência 2015: Homicídios de mulheres do Brasil”, Flacso, Brasília, 2015, p.29, 30.

5 Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Datafolha, 2016.

6 Secretaria de Políticas para as mulheres, “Balanço 2015, Uma década de conquistas, Ligue 180 Central de Atendimento à Mulher”.

7 Fórum Brasileiro de Segurança Pública e Datafolha, p.6.

8 Como a Lei Maria Da Penha, No 11.340 que entrou em vigor em 2006 e a Lei de Femicídio, No 13.104 de 2015.

38,54% das ligações foram encaminhadas para outros serviços de tele atendimento; dentre essas ligações encaminhadas para outro serviço 45,88% foram encaminhadas para o Disque 190 da Polícia Militar. ⁶ Apesar disso, 50% das mulheres discordam da afirmação “Policiais militares são bem preparados para atender mulheres vítimas de violência sexual” ⁷.

Não obstante os avanços na legislação⁸, o atendimento da polícia em relação a vítimas de violência sexual e doméstica ainda é falho. Para reverter essa situação, é necessário refletir sobre um novo tipo de política que seja implementada para enfrentar a violência de gênero.

Além de qualificar as delegacias especializadas e comuns para atender vítimas de estupro, os direitos das mulheres e as questões de gênero devem ser estabelecidos como temas transversais em todas as corporações policiais, em todos os níveis de atendimento.

As mulheres querem e precisam contar com a ajuda das polícias. Embora notemos uma maior conscientização em reconhecer e condenar a violência contra as mulheres, o tema de combate à violência de gênero deve estar presente nas instituições para que as atitudes discriminatórias cessem de se reproduzir e as mulheres possam ser ouvidas.

Parte 3

Apêndice Metodológico

Grupos de Qualidade

A cada edição o Anuário Brasileiro de Segurança Pública apresenta os dados de estatísticas criminais dividindo as unidades da federação em grupos de qualidade. Essa forma de apresentação visa a chamar a atenção do leitor para os desafios que a administração pública enfrenta na produção de dados criminais e, no acompanhamento da série histórica, permite jogar luz sobre o empenho dos gestores em aperfeiçoar seus sistemas de coleta, checagem, divulgação e uso das informações.

Para formar os grupos, os gestores locais são convidados a responder um questionário online. As diferentes respostas são pontuadas e o conjunto é posteriormente avaliado pela metodologia de análise de clusters. Desse modo, a própria análise define quantos grupos serão obtidos no resultado final: quanto mais grupos formados, mais heterogêneo é o conjunto das unidades federativas.

Nos últimos anos foi possível perceber mudanças positivas no conjunto das UFs em relação à área. Na pergunta se existe dentro do local um setor específico de georeferenciamento, produzindo mapas com as informações coletadas, em 2013 59,3% dos respondentes disseram que sim, porcentagem que aumentou para 70,4 em 2015.

Em 2013 63% dos gestores declararam que existia um setor específico de controle de qualidade dos dados coletados sendo que 81% fizeram a mesma afirmação em 2015. A prática de retificar informações estatísticas quando há alteração posterior na natureza da ocorrência (por exemplo, no curso da investigação) aumentou de 70,4 para 74,1% no mesmo período. Essa evolução indica que o procedimento de avaliação tem sido apropriado pelos estados como ferramenta útil no aperfeiçoamento técnico da produção de dados.

Durante os últimos três anos, manteve-se consistente a ordem dos estados na pontuação, com pequenas variações de um ano para outro. As mudanças podem ser conferidas na tabela abaixo em que o sinal de igual indica a manutenção da UF no mesmo grupo em relação ao ano anterior; a seta apontando para cima indica uma mudança para um grupo de melhor qualidade e a seta apontando para baixo significa que o estado caiu para um grupo de qualidade inferior. Um dos destaques fica para o estado do Rio Grande do Norte que subiu de grupo em dois anos consecutivamente, indicando um esforço empreendido no sentido de profissionalização do setor.

	2012	2013	2014
G1	Acre	Acre =	Alagoas =
	Alagoas	Alagoas =	Bahia =
	Amazonas	Amazonas =	Ceará =
	Bahia	Bahia =	Distrito Federal =
	Ceará	Ceará =	Espírito Santo =
	Distrito Federal	Distrito Federal =	Goiás =
	Espírito Santo	Espírito Santo =	Maranhão =
	Goiás	Goiás =	Mato Grosso =
	Mato Grosso	Maranhão ↑	Mato Grosso do Sul =
	Mato Grosso do Sul	Mato Grosso =	Minas Gerais =
	Minas Gerais	Mato Grosso do Sul =	Pará =
	Pará	Minas Gerais =	Paraná =
	Paraíba	Pará =	Pernambuco =
	Paraná	Paraíba =	Piauí ↑
	Pernambuco	Paraná =	Rio de Janeiro =
	Rio de Janeiro	Pernambuco =	Rio Grande do Norte ↑
	Rio Grande do Sul	Rio de Janeiro =	Rio Grande do Sul =
	São Paulo	Rio Grande do Sul =	Roraima ↑
	Sergipe	Rondônia ↑	Santa Catarina ↑
	São Paulo =	São Paulo =	
		Sergipe ↑	
G2	Maranhão	Amapá ↑	Acre ↓
	Piauí	Piauí =	Amapá =
	Rondônia	Rio Grande do Norte ↑	Paraíba ↓
	Roraima	Roraima =	Rondônia ↓
	Santa Catarina	Santa Catarina =	Tocantins =
	Tocantins	Sergipe ↓	
	Tocantins =		
G3	Rio Grande do Norte	-	Amazonas ↓
G4	Amapá	-	-

Pela primeira vez em 2014, o gestor de uma unidade da federação optou por não responder ao questionário, tendo sido necessário criar um grupo específico, que não foi formado pela análise de cluster, é o grupo G3 de 2014 em que ficou alocado o estado do Amazonas.

É muito importante lembrar que a metodologia utiliza exclusivamente as respostas informadas pelos gestores da área de estatística das unidades da federação de modo que a acurácia das res-

postas está diretamente ligada ao resultado final. Além disso, ela avalia a qualidade dos dados produzidos de forma agregada de modo que não é possível isolar, por exemplo, a qualidade dos dados de crimes violentos letais intencionais das demais naturezas criminais. A explicação completa sobre a metodologia bem como o questionário podem ser consultados nas versões anteriores do anuário disponíveis no website do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Os projetos do Fórum Brasileiro de Segurança Pública recebem o apoio de



FORDFOUNDATION

acesse a versão digital:

www.forumseguranca.org.br/produtos/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica



**FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA**

Rua Amália de Noronha, 151 · Conj. 405

Pinheiros · São Paulo · SP · Brasil

CEP: 05410-010

tel/fax: 55 11 3081-0925

www.forumseguranca.org.br



Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2016



FÓRUM BRASILEIRO DE
SEGURANÇA PÚBLICA

Rua Amália de Noronha, 151 · Conj. 405
Pinheiros · São Paulo · SP · Brasil
CEP: 05410-010
tel/fax: 55 11 3081-0925
www.forumseguranca.org.br

